Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Departamento de Epidemiologia

**Acessibilidade de pessoas com deficiência a serviços
de saúde em áreas do Estado de São Paulo – Projeto
AceSS.**

Shamyr Sulyvan de Castro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do título de doutor em
Saúde Pública.

Área de concentração: Epidemiologia

Orientador: Prof. Dr. Chester Luiz Galvão Cesar

**São Paulo
2010**

Acessibilidade de pessoas com deficiência a serviços de saúde em áreas do Estado de São Paulo – Projeto AceSS.

Shamyr Sulyvan de Castro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Epidemiologia

Orientador: Prof. Dr. Chester Luiz Galvão Cesar

**São Paulo
2010**

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. CHESTER LG CESAR pela orientação e estímulo que sempre direcionou à realização deste trabalho e à minha carreira profissional; à Profa. Dra. ALARCOS CIEZA, pela atenção e respeito que dedicou a mim durante o período em que trabalhamos juntos; aos professores que compõem a banca de avaliação desta pesquisa, pelas sugestões e comentários na qualificação e defesa deste doutorado.

À CAMILA, pela dedicação, paciência e compreensão que sempre mostrou em relação às minhas ausências e mudanças de endereço; espero que continuemos trilhando o mesmo caminho, para que eu possa ter sempre sua presença e seu apoio.

À minha família, que sempre está presente, mesmo distante, e com quem divido com muito prazer esta conquista.

Aos amigos NEUBER e RODRIGO, sempre próximos e trazendo alegria e descontração para os dias de trabalho mais pesado.

Aos outros amigos, ausentes ou presente, próximos ou distantes, que acompanharam todo processo de realização desta pesquisa e deram seu apoio.

Aos funcionários e professores da FSP que sempre me atenderam com respeito e educação.

Aos entrevistadores/pesquisadores que colaboraram na execução deste estudo e às pessoas que concederam um pouco de seu tempo para responder as entrevistas realizadas.

Agradeço especialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (proc. 409724/2006-8) pelo financiamento da fase de campo desta pesquisa; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (proc. 2006/59655-2) pela bolsa de doutorado a mim concedida e ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) que juntamente com o CNPq financiou meu estágio de doutorado-sanduíche na Alemanha (proc. 290006/2008-2).

Epígrafe

“Sólo le pido a Dios
que el dolor no me sea indiferente,
que la resaca muerte no me encuentre
vacío y solo, sin haber hecho lo suficiente.

Sólo le pido a Dios
que lo injusto no me sea indiferente,
que no me abofeteen la otra mejilla,
después que una garra me arañó esta suerte.”
(Sólo le pido a Dios – León Gieco)

“Somos nós que fazemos a vida
Como der ou puder ou quiser
Sempre desejada, por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte, só saúde e sorte...”
(O que é, o que é – Gonzaguinha)

“Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.”
(Tocando em frente – Almir Sater e Renato Teixeira)

Castro SS. Acessibilidade de pessoas com deficiência a serviços de saúde em áreas do Estado de São Paulo – Projeto AceSS [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2010.

Resumo

Introdução. As pessoas com deficiência são um grupo populacional que em virtude de suas condições de saúde, apresentam algumas dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde. **Objetivo.** Estudar os problemas de acessibilidade de pessoas com deficiências físicas, visuais e/ou auditivas aos serviços de saúde em áreas do Estado de São Paulo, bem como as variações existentes segundo o tipo de deficiência e variáveis sociodemográficas. **Material e Métodos.** Estudo transversal com entrevistas domiciliares realizado em duas fases distintas. Fase I: entrevistas com 25 indivíduos com alguma deficiência, por meio de questionário qualitativo, com perguntas abertas, sobre os problemas de acessibilidade enfrentados no uso dos serviços de saúde, analisadas pelo método do “Discurso do Sujeito Coletivo”. Fase II: entrevistas com 333 pessoas com deficiência, por meio de questionário fechado, que teve como tema os problemas de acessibilidade aos serviços de saúde, além de outros. Esse questionário originou-se dos resultados da Fase I, de perguntas encontradas em outras pesquisas e de conceitos da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Os dados foram analisados com frequências simples, Qui-quadrado, Qui-Quadrado de tendência e regressão de Poisson com variância robusta. O *software* utilizado na análise é o *Stata 9.2®*. **Resultados.** Os principais problemas de acessibilidade citados pelos entrevistados são o tempo de espera para ser atendido, a ausência de rampas, de estacionamento e de sanitários adaptados, de salas de espera com lugares insuficientes, falta de cadeira de rodas para pacientes e salas bloqueadas por obstáculos. Problemas de acessibilidade aos serviços de saúde foram relatados por 15,92% dos 333 entrevistados. As pessoas com paralisia, amputação ou deficiências múltiplas, as pessoas com idade menor que 78 anos de idade ou as que precisavam de ajuda para ir ao serviço de saúde, tiveram mais problemas que os outros. Dos 160 entrevistados

com alguma deficiência auditiva, 35% relataram problemas para ouvir e entender o que foi dito pelos profissionais de saúde. **Conclusões.** Problemas como tempo de espera, ausência de rampas e/ou estacionamento, dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde e acessibilidade às salas do serviço de saúde foram relatados pelos entrevistados. O estudo dos problemas de acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde pode ajudar na orientação e na criação de políticas e de programas específicos para esse grupo populacional, visando a melhoria da sua saúde geral e qualidade de vida, por meio do incremento da acessibilidade aos serviços de saúde.

Descritores: Perfil de Saúde; Pessoas com Deficiência; Inquéritos de Saúde; Acessibilidade aos Serviços de Saúde.

Castro SS. Accessibility by people with disabilities to health services in areas of São Paulo state – AceSS Project. [doctoral thesis]. São Paulo (BR): Faculty of Public Health. São Paulo University; 2010.

Abstract

Introduction. People with disabilities are a population group that have some difficulties in accessibility to health services due to their health conditions.

Objective. To study the problems of accessibility of people with physical, hearing and/or visual disabilities to health services in areas of São Paulo state, as well as some discrepancy according to the type of disability and socio-demographic variables.

Methods. Cross-sectional study with household interviews conducted in two phases. Phase I: 25 persons with disability were interviewed with an open questionnaire. The interviews were taped, transcribed and the method of data analysis was the Discourse of the Collective Subject. The program Qualiquantsoft was used to analyze the qualitative data. Phase II: 333 persons with disabilities were interviewed with a closed questionnaire that was derived from the original results of Phase I, questions found in other questionnaires and concepts of the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). Data were analyzed using simple frequencies, χ^2 -test, χ^2 -test for trend and Poisson regression with robust variance. The software used in the analysis was *Stata 9.2*®.

Results. The main accessibility problems cited by respondents was the waiting time to be served; no ramps, parking and/or adapted toilets; waiting room with insufficient places; lack of wheelchairs for patients; and rooms blocked by obstacles. Problems of accessibility to health services were reported by 15.92% of the 333 respondents. People with paralysis or amputation or multiple disabilities, as well as those younger than 78 years of age or those who needed help to go to health service, had more problems than others. 35% of the 160 interviewed reported hearing problems to listen and understand what had been said by health professionals.

Conclusions. Problems such the waiting time; no ramps; inappropriate parking; poor communication with health professionals and accessibility to the rooms of the health service were reported. The

determination of these issues may influence the creation of specific policies and programs for this population group, aiming to improve their overall health and quality of life, through the increment of the accessibility to health services.

Key Words: Health profile; Persons with Disabilities; Surveys; Health services accessibility

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ACESSIBILIDADE.....	4
2. JUSTIFICATIVA	14
3. OBJETIVO	14
3.1. OBJETIVO GERAL	14
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4. METODOLOGIA	14
4.1. ORIGENS DO ESTUDO.....	14
4.2. DESENHO DO ESTUDO	15
4.3. SUJEITOS	16
4.4. COLETA DOS DADOS	17
4.4.1. Fase I.....	19
4.4.2. Fase II	20
4.5. ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4.5.1. Fase I.....	23
4.5.2. Fase II	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5.1. MANUSCRITO 1	26
5.2. MANUSCRITO 2	44
5.3. MANUSCRITO 3	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
7. BIBLIOGRAFIA	71
8. ANEXOS	80
8.1. ANEXO I – QUESTIONÁRIO ABERTO UTILIZADO NA FASE I DO PROJETO ACESS.....	80
8.2. ANEXO II – QUESTIONÁRIO FECHADO UTILIZADO NA FASE II DO PROJETO ACESS	82
8.3. ANEXO III – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	127
8.4. ANEXO IV – GUIA DE ENCAMINHAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA	129

Lista de Figuras, Tabelas e Quadros

Figura 1 - Esquema representativo dos componentes principais da acessibilidade.....	6
Figura 2 - Descrição esquemática do Paradoxo das Barreiras.....	7
Figura 3 - Descrição do processo de obtenção da amostra final e do total de entrevistas, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.....	17
 Tabela 1 - Distribuição dos indivíduos entrevistados na Fase I segundo deficiência, sexo e média de idade, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.....	 20
Tabela 2 - Características sociodemográficas da amostra de sujeitos estudados, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.....	21
 Quadro 1 - "Modelos" de compreensão da experiência da deficiência.	 2
Quadro 2 - Conteúdo temático dos blocos dos questionários, segundo pesquisa, São Paulo, 2007.	19
Quadro 3 - Composição do questionário fechado do estudo AceSS, suas variáveis, temas, número de questões e especificidades segundo tipo de deficiência, 2008.	22

1. INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência têm tido diferentes representações sociais ao longo da história da humanidade, desde a Grécia antiga até os tempos de hoje (ROSE, 2006), assumindo, na atualidade, importância até então não alcançada. Os profissionais de saúde, por sua vez, começaram a voltar sua atenção às pessoas com algum tipo de deficiência a partir do século XVIII, com progressivo interesse até a evolução teórica e prática alcançada pela Classificação Internacional de Doenças e pelo surgimento da Classificação Internacional de Incapacidade e Funcionalidade (CIF) (AMIRALIAN et al., 2000).

Nesse contexto, as pessoas com deficiência vêm se configurando como um grupo populacional mais consciente e participativo, com marcada militância em favor de sua causa. No Brasil, essa militância ocorreu primariamente pelas ações de pais e parentes, nos anos 1960, contra a segregação e em favor da convivência social. Essas ações resultaram em reportagens sobre os protestos na imprensa brasileira no final da década de 70, época em que a mídia internacional também veiculava material relacionado às pessoas com deficiência. A mobilização global em favor das pessoas com deficiência favoreceu a proclamação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, entre outros documentos e ações positivas em torno do tema (FRANÇA e PAGLIUCA, 2009). Atualmente, a questão das pessoas com deficiência na sociedade e sua inclusão social têm recebido atenção especial em diversos países.

Por outro lado, a definição do termo “deficiência” tem sido objeto de inúmeras discussões entre os diversos pesquisadores da área, sendo uma construção teórica de pelo menos dois séculos (ROCHA, 2006). GRÖNVIK (2007) relata que esse assunto é controverso e que diferentes abordagens podem ser feitas considerando fatores humanistas, culturais e terminológicos. Por haver mais de um “modelo” que trabalhe o tema, as incongruências são frequentes. No Quadro 1, examinamos alguns modelos de compreensão da deficiência.

Quadro 1 - "Modelos" de compreensão da experiência da deficiência.

Modelo	Descrição	Referência
Médico	A deficiência é causada por uma doença ou trauma, sendo sua solução relacionada aos profissionais da área. A deficiência é um “desvio” da normalidade. Neste modelo a deficiência é considerada somente no âmbito individual.	SEULLION, 1999
Reabilitação	Baseado no modelo médico e assim como ele, centra seus argumentos no indivíduo e os responsabiliza pela superação de sua deficiência.	LOLLAR e CREWS, 2003.
Social	Associa a deficiência às questões sociais. Atribui esse acontecimento à falta de consciência e interesse da sociedade. Este modelo não prevê que fatores como doenças e traumas integrem a concepção de deficiência, considerando a sociedade como sua causa.	SHAKESPEARE e WALSON, 1997.
Interface	Baseia-se na premissa de que a deficiência existe a partir da interface entre os fatores biológicos (doenças) e o ambiente. A deficiência é vista como uma experiência de vida em que a pessoa com deficiência tem o controle de suas decisões.	GOODALL, 1995
Bio-psico-social	A deficiência é vista como produto de uma combinação entre fatores de níveis físicos, emocionais e ambientais.	LUTZ e BOWERS., 2005

Baseado em SMELTZER, 2007

Conforme o Quadro 1, a compreensão de deficiência parte de uma abordagem inicialmente voltada para a doença, com seu foco evoluindo da reabilitação e suas causas sociais, em direção a uma interação entre essas causas e outras mais ligadas ao campo biológico, chegando-se ao modelo bio-psico-social, que agrega os anteriores, considerando a interação entre esses fatores. A tendência em se aceitar a deficiência como um fato bio-psico-social, segue os conceitos publicados e preconizados pela CIF, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, lançada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003). A CIF considera que as deficiências são problemas na função ou estrutura corporal, tais como um desvio ou uma perda significativos, enquanto a incapacidade seria um

termo genérico para deficiências, limitações de atividades e restrições à participação (Di NUBILA e BUCHALLA, 2008), com foco mais direcionado à interação com o meio ambiente.

A vida de uma pessoa com deficiência altera-se consideravelmente após a ocorrência de um evento que leve a um processo incapacitante. As atividades de envolvimento social são prejudicadas e a restrição na participação social pode conduzir a pessoa à reclusão domiciliar. Essa reclusão reforça a diminuição dos estímulos, pela falta de experiências extradomiciliares, o que, por consequência, pode aumentar a dependência de outras pessoas e prejudicar a auto-estima (FÄNGE et al., 2002). Outras atividades, antes comuns, como vestir-se ou alimentar-se, passam a representar grandes obstáculos. Cuidados especiais devem ser direcionados aos aspectos nutricionais, à mobilidade, à alimentação, ao trânsito intestinal, à incontinência, à comunicação com outras pessoas, à higiene oral, à vida social e ao trabalho, entre outros (BEANGE, 1996; CHAVES et al., 2004; DETELS et al., 2004).

Diversos pesquisadores ressaltam que os indivíduos com deficiências diversas (físicas ou intelectuais) estão mais expostos a comorbidades associadas à sua deficiência (SEEKINS et al., 1994; BEANGE, 1996; RAVESLOOT et al., 1997; COYLE et al., 2000; CHRISTENSEN et al., 2005; RAVESLOOT et al., 2005; HARRISON, 2006; NOSEK et al., 2006). DEJONG (1997) relata que, entre os motivos que ocasionam maior prevalência de comorbidades entre as pessoas com deficiência, cita-se o que o autor chama de “*thinner margin of health*”, que se pode entender por um limiar de saúde mais tênue, ou seja, uma situação de saúde mais instável que a dos indivíduos sem deficiências. O autor ressalta que as pessoas com deficiência não são mais doentes que os outros e sim que a sua deficiência as torna mais vulneráveis às doenças.

Um segundo motivo que contribuiria para as comorbidades entre as pessoas com deficiência é que elas não têm as mesmas oportunidades de acesso aos serviços de manutenção e prevenção da saúde que os outros (BEANGE, 1996; DEJONG, 1997).

Outro fator apontado por DEJONG (1997) como predisponente às comorbidades entre as pessoas com deficiência é a precocidade com que as doenças

crônicas ocorrem. Esse fato tem sua origem na diminuição da mobilidade das pessoas com deficiências físicas e visuais, principalmente. A menor mobilidade tornaria mais fácil o aparecimento de doenças como diabetes e hipertensão.

As perdas funcionais secundárias são outro fator importante que contribui para o aparecimento de doenças, gerando maior exposição a fatores patógenos, causadores de morbidades. Assim, uma pessoa com tetraplegia e acamada pode ter seu funcionamento pulmonar alterado, facilitando o aparecimento de pneumonias, devido à imobilização no leito. Por último, a necessidade de cuidados de saúde constantes e de equipamentos (próteses, órteses, ventiladores mecânicos, etc.) pode proporcionar o aparecimento de outras doenças. Uma pessoa com deficiência que necessite usar sonda uretral, por exemplo, é mais sujeita a infecções urinárias (DEJONG, 1997).

As pessoas com deficiência também necessitam de transporte adequado e adaptações para se locomover de um ponto a outro sozinhas, já que nem sempre podem contar com ajuda para isso (LAWTHERS et al., 2003). Entretanto, em um artigo norte-americano, há relatos de que as equipes que fazem o transporte dos indivíduos com deficiências nem sempre têm o devido preparo e tampouco dispõem de equipamentos adequados (SUTTON e DEJONG, 1998).

Esse grupo populacional, como qualquer outro, deve realizar periodicamente exames preventivos para acompanhamento do seu estado geral de saúde e detecção precoce de possíveis agravos à saúde (LIANZA, 1995; SUTTON e DEJONG, 1998). Entretanto, o ambiente pode representar um obstáculo àqueles com algum tipo de deficiência, levando à não utilização dos serviços de saúde necessários. Conforme KROLL et al. (2006), a subutilização dos serviços de saúde resulta em prejuízos para as pessoas, principalmente se elas têm algum tipo de deficiências.

1.1.ACESSIBILIDADE

O conceito de acessibilidade é bastante discutido e tem diversas abordagens, como as de Donabedian, discutido por CUNHA e VIERA-da-SILVA, (2010); de Maxwell (MERREL et al., 2006); de Harding, de Aday e Andersen e de Joseph e Philips (WILSON e ROSEMBERG, 2004); e, também, a do modelo de interação

entre meio ambiente e pessoa (WERNGREM-ELGSTRÖM et al., 2009), entre outras. Para a presente pesquisa, consideramos o conceito de FRENK (1985), por se adequar melhor à realidade do Brasil e de seu sistema de saúde.

O termo “acessibilidade” aos serviços de saúde é frequentemente confundido e substituído por outros usados na área, como o “acesso” e a “disponibilidade”, conforme lembra FRENK (1985). Este autor desfaz as confusões a respeito desses conceitos delimitando e definindo **acesso** como “**a capacidade de um cliente ou grupo de clientes para buscar e obter atenção em saúde**”; e **disponibilidade** como “**presença dos recursos de atenção em saúde tendo em conta sua produtividade, ou seja, sua capacidade para produzir serviços**” (FRENK, 1985). Após explanar sobre os dois tópicos anteriores o autor define **acessibilidade** como “**o grau de ajuste entre as características dos recursos de atenção em saúde e as características das populações, no processo de busca e obtenção da atenção em saúde^A**” (FRENK, 1985). Verifica-se por essas definições que o acesso ao serviço de saúde está mais voltado às características da população e de disponibilidade de serviços de saúde do que às características dos recursos de atenção à saúde (FRENK; 1985). Assim, percebe-se que a acessibilidade compreende o universo ao redor e a interface entre a disponibilidade e o acesso aos serviços de saúde.

FRENK (1985) e RICKETTS e GOLDSMITH (2005) apresentam, ainda, outros conceitos importantes para o completo entendimento da acessibilidade. São eles: “resistência”, que seria o conjunto de obstáculos enfrentados na busca e na obtenção dos serviços de saúde; e “disponibilidade efetiva”, que pode ser entendida pela disponibilidade corrigida segundo a resistência à obtenção dos serviços de saúde.

Pelas definições anteriores, fica claro que a acessibilidade não pode ser entendida puramente como a relação entre disponibilidade e acesso, pois o autor introduz um novo e importante componente, a resistência. O esquema da Figura 1 explica melhor o que se descreveu anteriormente.

^ATraduções do autor

Figura 1 - Esquema representativo dos componentes principais da acessibilidade.

Baseado em FRENK (1985).

No esquema apresentado na Figura 1, percebe-se que os componentes (1) disponibilidade, (2) resistência e (3) disponibilidade efetiva têm relação direta com o meio ambiente. O acesso é uma característica mais ligada ao indivíduo, mas que é resultante de sua interação com o ambiente, significando, na verdade o uso final do serviço de saúde.

Os caminhos apontados por FRENK (1985) dentro da complexidade do termo acessibilidade sugerem uma interação dos conceitos apresentados. Pensando de maneira simplificada poderíamos representar o esquema anterior em uma fórmula matemática da seguinte maneira:

$[(A - B) + C] = D$, onde

A= disponibilidade

B= resistência

C= acesso

D= acessibilidade

Sendo que $(A - B)$ é igual à disponibilidade efetiva.

Assim, a acessibilidade seria o resultado da disponibilidade efetiva dos serviços de saúde somada ao acesso por parte da população.

A resistência apresentada anteriormente tem especial importância quando se estuda a acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde. Ela pode ser entendida como a dificuldade encontrada na obtenção dos serviços de saúde. O que ocorre é que, em virtude do quadro de saúde proporcionado pela deficiência e das comorbidades advindas desse quadro, mais e mais dificuldades interpõe-se entre a pessoa com deficiência e o serviço de saúde, aumentando, assim, a resistência (WILSON e ROSENBERG, 2004). Esse aumento da resistência pelas barreiras ambientais, que gera uma diminuição da participação da pessoa foi nomeado por WHITENECK e DIJKERS (2009) “O Paradoxo das Barreiras”, que é um fenômeno em que o aumento das barreiras diminui a participação da pessoa com deficiência. Por outro lado, a diminuição dessas barreiras aumenta a participação, mostrando uma relação inversamente proporcional (Figura 2).

Figura 2 - Descrição esquemática do Paradoxo das Barreiras^B.

Por apresentarem características um pouco diferentes da população em geral, as pessoas com deficiência enfrentam mais barreiras a serem transpostas na sociedade, que podem ser geográficas, comportamentais, arquitetônicas e financeiras, entre outras. KROLL et al. (2006) definem as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência como os fatores que impedem que a pessoa faça uso do serviço de saúde em sua totalidade em níveis satisfatórios. LIPSON e ROGERS (2000) relatam que, nos EUA, as pessoas com deficiência são uma minoria exposta a restrições no

^B Traduzido e adaptado de WHITENECK e DIJKERS; 2009.

acesso à educação e ao bem-estar, sendo ainda estigmatizadas e marginalizadas por outras pessoas em sua comunidade. Essas seriam outras modalidades de barreiras impostas às pessoas com deficiência, com natureza diversa das barreiras físicas, sendo caracterizadas como barreiras sociais ou comportamentais.

Mesmo tendo um perfil de saúde que necessite maior atenção, as pessoas com deficiência enfrentam alguns problemas para obter os serviços de saúde necessários. LAWTHERS et al. (2003) e outros estudiosos citam quatro dificuldades principais:

- barreiras físicas e de transporte, que são também citadas por GRAY et al. (2003); TALBOT et al. (2004) e THAPAR et al. (2004).
- acesso limitado a equipamentos e ajudas técnicas ou equipamentos de ajuda (SCHOPP et al., 2002; LAWTHERS et al., 2003).
- limitação do acesso a medicações e especialistas (LAWTHERS et al., 2003).
- dificuldade de acesso a atendimento de cuidados pessoais (LAWTHERS et al., 2003).

PEAT (1997) relata que a comunicação e o livre acesso físico garantem às pessoas com deficiência a completa utilização dos serviços de saúde, da mesma maneira que às outras pessoas. As pessoas com deficiência auditiva, por exemplo, enfrentam dificuldades em consultas médicas e odontológicas ou outros serviços de saúde em que os profissionais usam máscaras. O uso desses equipamentos de proteção inviabiliza a leitura labial que esses indivíduos usam para se comunicar, impossibilitando o entendimento, por parte do paciente, do que o profissional de saúde tem a dizer (BEANGE, 1996; HARMER, 1999; UBIDO et al., 2002; STEINBERG et al., 2006). Essa dificuldade soma-se ao fato de ser complicada a transmissão de mensagens da pessoa com alguma deficiência relacionada à fala para o profissional de saúde (STEINBERG et al., 1998; BRANIGAN et al., 2001; IEZZONI et al., 2004), que, quase sempre não tem treinamento para o atendimento de pessoas com necessidades especiais de comunicação (BEANGE, 1996).

Em um estudo com crianças com deficiências físicas e intelectuais, WHARTON et al. (2005) colheram relatos dos pais, que apontaram algumas

dificuldades encontradas por eles no acesso aos serviços de saúde do Reino Unido. Os principais problemas indicados foram:

- preparação para a ida ao hospital (preparação do paciente, veículo apropriado, etc.)
- horários de atendimento (a rigidez dos horários dificulta o acesso no caso de pacientes mais complicados ou que exijam uma maior mobilização de pessoal e equipamentos)
- estacionamento no local de atendimento (dificuldades com estacionamento próximo à entrada do estabelecimento de saúde, prejudicando o traslado do paciente e sua entrada no local)
- espaço físico (pacientes que faziam uso de cadeiras de rodas encontravam dificuldades com a mobilidade interna nos ambientes dos serviços de saúde)
- sala de espera (falta de espaço para cadeira de rodas e excesso de barulho)
- dificuldade dos profissionais de saúde em entender e conhecer a deficiência (muitos médicos tinham dificuldade em determinar se um problema de saúde era ligado à deficiência ou não)
- internação (quartos com dimensões diminutas e inadequadas)

Além dos obstáculos físicos, as pessoas com deficiência ainda encontram outros obstáculos não-físicos no acesso aos serviços de saúde. SCHOPP et al. (2002) pesquisaram a acessibilidade aos serviços de saúde por mulheres com deficiência e relatam que existem basicamente três tipos de barreiras não-físicas para essas pessoas:

- **Barreiras de informação:** o indivíduo com deficiência é privado de informações a respeito dos serviços de saúde e sobre como acessá-los mais facilmente. Esse tipo de barreira é prejudicial, uma vez que priva as pessoas de informações que poderiam facilitar seu acesso ao serviço de saúde. Nesse sentido, uma pessoa com deficiência visual fica prejudicada quando o principal meio de divulgação de uma campanha de saúde é a comunicação visual (cartazes, figuras, etc.).

- **Barreiras de comportamento:** a pessoa com deficiência pode deparar-se com comportamentos impróprios dos profissionais de saúde. O profissional de saúde de um hospital ou unidade básica de saúde nem sempre está adequadamente capacitado para receber uma pessoa com deficiência. Esse fato pode ocorrer por insegurança ou despreparo do funcionário, ou seja, o médico pode ter receio de atender uma pessoa com deficiência julgando que ela seja “diferente” das outras, quando, na verdade a doença que ele tem ou o motivo que o levou a procurar atendimento é igual ao de outras pessoas. O profissional de saúde pode não entender que o que leva uma pessoa com deficiência a procurar o serviço de saúde é uma doença, ou mesmo uma ação de prevenção, e não a deficiência.
- **Barreiras financeiras:** o custo do atendimento é alto para esses pacientes, o que pode gerar uma menor utilização dos serviços de saúde por motivos econômicos. As pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades ligadas ao pagamento de transporte, medicamentos, consultas particulares, entre outros, dificultando o uso adequado dos serviços de saúde necessários. Além disso, há ainda a dificuldade de pagamento de planos de saúde. No Brasil, existe uma legislação que beneficia as pessoas com deficiência com ajuda financeira, o que minimiza essa barreira, entretanto, ela não é completamente eliminada.

GRABOIS et al. (1999) em estudo feito com médicos do Estado americano do Texas, encontraram problemas no acesso físico aos consultórios médicos. O desenho arquitetônico dos locais de atendimento não atendia aos preceitos para livre acesso de pessoas com deficiência, impondo barreiras entre a pessoa e os serviços de saúde. Esse problema é tão importante que, em 1997, JONES e TAMARI (1997) publicaram um artigo estabelecendo medidas que os médicos deveriam adotar para tornar os consultórios totalmente acessíveis. CURRIE (1997) assegura que a facilidade na acessibilidade ao estabelecimento de saúde é de crucial importância para o bom uso do sistema de saúde. COPPEL et al. (1999) perceberam que adaptações arquitetônicas deveriam ser realizadas nos estabelecimentos de saúde

estudados, para o bom atendimento das pessoas com deficiência. Isso também foi verificado por EDWARDS e MERRY (2002), que mostraram em seu estudo, realizado com dentistas em Liverpool, no Reino Unido, que os consultórios odontológicos estudados não eram totalmente acessíveis.

BEANGE (1996) relata em seu artigo que, no Canadá, a prevalência de doenças dentárias na população de pessoas com deficiência intelectual era de 86%, e que os centros de tratamento especializado eram insuficientes. ODETTE et al. (2003) também mostraram que há maior necessidade de uso de serviços odontológicos entre pessoas com deficiência física, com menor utilização desses serviços por esses usuários. Esses estudos podem corroborar a afirmação feita por LIN et al. (2003) de que esses serviços de saúde não são adequados para o atendimento de pessoas com deficiência intelectual.

As dificuldades de acesso arquitetônico enfrentados por pessoas com deficiência no atendimento em saúde são tão importantes que, na cidade de São Paulo, a prefeitura municipal regulamentou, por meio de documento oficial, a adequação de todas as edificações públicas destinadas à saúde para, obrigatoriamente, facilitar o acesso de pessoas com deficiência ao serviço de saúde por meio de entradas e saídas facilitadas do local; mobiliário adequado; condições de circulação horizontal e vertical adequadas; largura e altura de portas e janelas; adequação de dependências de serviços; sanitários e vestiários próprios; sinalização adequada; telefones para pessoas com deficiência auditiva; bebedouros adaptados; vagas de estacionamento, entre outros (SMPED, 2005). Além disso, há o Decreto 5.296/04, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que estabelece as normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade. Dispomos também do conjunto de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam do tema: NBR-9050 (Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência^C a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos); NBR-13994 (Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência); NBR-14020 (Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso); NBR-14021 (Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem

^C Embora não seja o mais correto, o termo “portador de deficiência” foi mantido em alguns casos por se tratar da redação original do texto

metropolitano); NBR-14022 (Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal); NBR-14273 (Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial); NBR 15250 (Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário); NBR 15320 (Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário); NBR 14022:2006 (Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo); e a NBR 15450:2006 (Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário)^D.

Diante da exposição anterior, percebemos a existência de uma aparente contradição. Enquanto a pessoa com deficiência tem estados de saúde que inspiram mais cuidados de saúde que outras pessoas, ela tem, ao mesmo tempo, mais dificuldades no acesso aos serviços de saúde (SUTTON e DEJONG, 1998; KERSTEN et al., 2000; VELTMAN et al., 2001; BEATTY et al., 2003; DIAB e JOHNSTON, 2004).

Por outro lado, segundo RAVESLOOT et al. (2005), a promoção de saúde e a atenção em saúde adequadas para as pessoas com deficiência podem melhorar o estado de saúde e a sua qualidade de vida. WILLIAMS e BOWIE (1993) informam que o acesso ao serviço de saúde por pessoas com deficiência física severa pode proporcionar a manutenção da independência nas tarefas diárias. A não utilização dos serviços de saúde de forma satisfatória pelas pessoas com deficiência poderia exacerbar as diferenças no perfil de saúde desses indivíduos quando comparados com outras pessoas sem a deficiência (KROLL et al., 2006).

Pela Constituição da República Federativa do Brasil, todos os cidadãos têm direito à saúde, sendo seu oferecimento um dever do Estado (BRASIL, 1988). Além disso, o Decreto 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei 7.853, de 1989, cria a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que cita a saúde como direito básico da pessoa com deficiência e ratifica o Poder Público como agente que deve assegurar o cumprimento desse preceito (BRASIL, 1999). Outro documento que garante a saúde como direito das pessoas com deficiência é a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, que, em seu artigo 25,

^D <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/abnt.htm>, acesso em 17/jul/2010. SICORDE, Sistema Nacional de Informação sobre Deficiência. Brasília-DF.

trata do tema da saúde. Essa convenção foi proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o Brasil é um de seus signatários (BRASIL, 2007).

Entretanto, as desigualdades no acesso aos serviços de saúde são frequentes e podem variar dependendo de fatores como localização geográfica, sexo, nível socioeconômico, entre outros (WALLACE et al., 1995; CHAN et al., 1999; McALPINE e MECHANIC, 2000; CHAN et al., 2002; WITT et al., 2003). Essa variação no acesso aos serviços de saúde pode prejudicar a situação de saúde dos indivíduos. O fato de existirem barreiras entre a pessoa com deficiência e os serviços de saúde faz com que o indivíduo tenha seu direito à saúde cerceado (NERI e KROLL, 2003), o que contraria os preceitos da Constituição Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS), que têm como pilares de sua política o acesso universal à saúde com equidade.

Diante de todas essas dificuldades, os relatos de insatisfação com os serviços médicos utilizados são frequentes entre as pessoas com deficiência (ROSENBACH, 1995; DEJONG, 1997; FOUTS et al., 2000; IEZZONI et al., 2002; SHAPIRO et al., 2003).

Nas últimas décadas, mais atenção tem sido dada às pessoas com deficiência e, por consequência, as oportunidades de participação social para todas as pessoas tem aumentado (IWARSSON et al., 2003). Com as mudanças no perfil demográfico e o envelhecimento da população há um aumento da prevalência de deficiências. Além disso, o aumento de ocorrências de acidentes de trânsito também tem contribuído para a ampliação do número de pessoas com deficiência na sociedade (AMERATUNGA et al., 2004; 2006).

Pelo exposto anteriormente, a questão dos serviços de saúde para as pessoas com deficiência pode ser analisada sob três pontos diferentes: o uso, o acesso e a acessibilidade. O uso seria voltado ao produto final do serviço de saúde, sua utilização completa e satisfatória pelo indivíduo. O acesso compreende a entrada, o ingresso da pessoa no serviço de saúde. A acessibilidade, por sua vez, refere-se à facilidade na obtenção ou entrada nos serviços de saúde. Assim, para o completo uso do sistema de saúde, não basta que o serviço esteja disponível e que a pessoa possa ir até ele: é necessário que estes sejam acessíveis, isto é, não apresentem barreiras ao seu uso, sejam elas de ordem física ou não. CUNHA e VIEIRA-da-SILVA (2010)

ressaltam que a acessibilidade é um importante componente do sistema de saúde, considerando que ela efetiva o processo de busca e obtenção do atendimento.

2. JUSTIFICATIVA

A identificação dos problemas de acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde e de suas características, poderá fornecer subsídios para as políticas públicas voltadas para esse grupo, visando à concreta implantação e melhoria dessas políticas. Esses dados poderão nortear a assistência a essas pessoas, otimizando gastos e melhorando serviços.

3. OBJETIVO

3.1.OBJETIVO GERAL

Estudar os problemas de acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde na área dos municípios paulistas de São Paulo, Taboão da Serra, Embu e Itapeverica da Serra.

3.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar se há variação nos problemas de acessibilidade segundo características sociodemográficas.

Estudar a ocorrência de problemas de comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde durante o atendimento.

4. METODOLOGIA

4.1.ORIGENS DO ESTUDO

A amostra de pessoas com deficiências desta pesquisa tem origem em dois inquéritos de saúde que estão em processo de análise, sendo que alguns resultados já foram publicados, como por exemplo, o livro intitulado **“SAÚDE E CONDIÇÃO DE VIDA EM SÃO PAULO - Inquérito Multicêntrico de Saúde no Estado de São Paulo - ISA-SP”** (CESAR et al., 2005); artigos científicos (FISBERG et al., 2004; AMORIM et al., 2006; FRANCISCO et al., 2006; MARAGNO et al., 2006;

ZAITUNE et al., 2006; CASTRO et al., 2008; CARVALHO et al., 2008; BUENO et al., 2008; FRANCISCO et al., 2008, 2010; LIMA et al., 2008; TURRINI et al., 2008; MORIMOTO et al., 2008; LIMA et al., 2009a, 2009b; CRUZ et al., 2009; CAMPOS et al., 2009; FLORINDO et al., 2009; ANDRADE et al., 2010; FRANCISCO et al., 2010); teses de mestrado, doutorado e livre-docência defendidas (GUIMARÃES, 2003a, 2003b; ANDRADE, 2004; BUENO, 2004; CARVALHO, 2004; FERNANDEZ, 2004; FISBERG, 2005; GALVANESE, 2004; GODOY, 2004; PATERNEZ, 2004; MAGNABOSCO, 2005; MORIMOTO, 2005; PELICIONI, 2005; SOUZA, 2005). Foram também apresentados trabalhos em congressos e eventos e é mantido um site disponível em: <<http://hygeia.fsp.usp.br/isa-sp/index.htm>>, onde pode ser visualizada toda a produção bibliográfica proveniente dessas pesquisas.

4.2.DESENHO DO ESTUDO

Esta pesquisa é um estudo de corte transversal, com dados coletados por meio de entrevistas domiciliares realizadas com pessoas com uma ou mais deficiências, moradoras dos municípios paulistas de São Paulo, Taboão da Serra, Embu e Itapequerica da Serra, no ano de 2007. O presente estudo recebeu o nome de *Projeto AceSS – Acessibilidade aos Serviços de Saúde de pessoas com deficiências*.

Foram estudados, na presente pesquisa, os indivíduos que auto-referiram alguma deficiência (física, auditiva ou visual) em dois inquéritos de base populacional realizados em áreas do Estado de São Paulo: o Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP - 2002), realizado em Itapequerica da Serra, Embu, Taboão da Serra, Campinas e Botucatu, e o Inquérito de Saúde no Município de São Paulo (ISA - Capital - 2003). Houve um processo de busca e localização dessas pessoas para a re-entrevista desta pesquisa.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP (protocolo número 1653) e os entrevistadores explicaram a natureza da pesquisa aos participantes, que assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Os questionários e gravações telefônicas resultantes da pesquisa ficarão armazenados na Faculdade de Saúde Pública da USP e serão usados somente com

fins de pesquisa, sendo garantida a proteção das informações de identificação dos indivíduos.

A pesquisa foi realizada em duas fases, sendo a primeira por meio da realização de entrevistas abertas. Os dados dessa fase foram analisados qualitativamente e os resultados serviram para fundamentar a criação de um questionário fechado. Esse questionário foi usado nas entrevistas da segunda fase, junto a um número maior de entrevistados.

4.3.SUJEITOS

A listagem de pessoas com deficiência identificadas nos dois inquéritos citados anteriormente foi a amostra inicial da presente pesquisa. Essas pessoas relataram ter algum tipo de deficiência nos inquéritos referidos anteriormente. No momento das entrevistas, foi feita a seguinte pergunta:

“O senhor(a) tem algum desses problemas?” e eram listadas as opções a seguir:

- 1 – Dificuldade de enxergar
- 2 – Cegueira de um olho
- 3 – Cegueira de dois olhos
- 4 – Dificuldade de ouvir
- 5 – Surdez de um ouvido
- 6 – Surdez de dois ouvidos
- 7 – Paralisia total ou parcial de membros
- 8 – Perda de membros ou de parte deles
- 9 – Outro (especificar)
- 10 – Não
- 99 – NS/NR

A Figura 3 descreve o processo de obtenção da amostra final aqui estudada.

Figura 3 - Descrição do processo de obtenção da amostra final e do total de entrevistas, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.

Verifica-se na Figura 3, que houve uma taxa de resposta de 66,87%. A comparação entre a amostra final, representada pelo total de pessoas que deveriam ter sido entrevistadas, e a amostra de entrevistados mostrou diferença na composição etária dos dois grupos ($p < 0,05^E$), sendo que a amostra de entrevistados teve média de 55,75 anos (IC95%: 53,4-58,0) e a amostra final de 63,24 anos (IC95%: 61,6-64,8). Não houve diferenças com relação ao gênero^F.

4.4. COLETA DOS DADOS

A partir dos nomes, endereços e telefones obtidos nos questionários do ISA-SP e do ISA - Capital, foram destacados dois entrevistadores para trabalhar na localização e atualização dos endereços dos indivíduos a serem entrevistados. Os investigadores trabalharam antes da saída a campo da equipe de entrevistadores, de

^E Significância determinada pelo teste de Wilcoxon, respeitando a não-parametricidade dos dados.

^F Significância determinada pelo teste “t” de Student.

forma que a coleta de campo foi iniciada depois da finalização do trabalho de investigação.

A coleta dos dados foi feita por entrevistadores treinados para a aplicação do questionário da pesquisa, que foi especificamente elaborado para este estudo. O treinamento teve o objetivo de padronizar os procedimentos de coleta de dados empregados na pesquisa. Eles foram treinados com entrevistas aplicadas entre si e em terceiros, que reportaram depois, aos coordenadores, suas opiniões a respeito do entrevistador e sobre sua maneira de aplicação dos questionários. Houve uma verificação de 10% dos questionários para controle de qualidade do preenchimento e do trabalho dos entrevistadores.

As entrevistas foram realizadas com as pessoas com deficiência ou com seus cuidadores; com familiares ou pessoas mais próximas da pessoa com deficiência, caso a mesma não pudesse responder sem auxílio. Essa abordagem, onde uma pessoa próxima (“*proxy*”) responde por outra, já foi estudada e tem sua eficácia comprovada (CUSICK et al., 2001).

A existência de um banco de dados sobre as pessoas com deficiência facilitou o desenvolvimento do presente estudo uma vez que disponibilizou para os pesquisadores a lista com todas as informações necessárias sobre todas as pessoas com deficiência entrevistadas nos inquéritos ISA-SP e ISA - Capital. Além disso, esses inquéritos já haviam coletado informações referentes às características socioeconômicas (sexo, idade, escolaridade, estado conjugal, renda, entre outras), demográficas (número de pessoas da família, situação de domicílio e outras) e referentes ao uso de serviços de saúde (hospitalização, uso de medicamentos, uso de serviços odontológicos e outras) e sua cobertura entre as pessoas com deficiência (maiores informações no Quadro 2, a seguir, com a descrição dos temas já abordados pelo ISA-SP e ISA - Capital).

Quadro 2 - Conteúdo temático dos blocos dos questionários, segundo pesquisa, São Paulo, 2007.

Bloco	Assunto	ISA- SP	ISA - Capital
A	Composição familiar	X	X
B	Controle de visitas, identificação do entrevistado	X	X
C	Morbidade referida nos últimos 15 dias	X	X
D	Doenças crônicas	X	X
E	Deficiências	X	X
F	Acidentes e violências	X	X
G	Utilização de serviços de saúde	X	X
H	Exames preventivos	X	X
I	Cobertura vacinal e informações sobre a dengue	X	X
J	Consumo de medicamentos	X	X
K	Hospitalizações nos últimos 12 meses	X	X
L	Estilo de vida (hábitos alimentares, atividades físicas, fumo e álcool)	X	X
M	Saúde emocional	X	X
N	Qualidade de vida	X	X
O	Caracterização socioeconômica do entrevistado	X	X
P	Caracterização da família e do domicílio	X	X
Q	Caracterização socioeconômica do chefe da família	X	X
R	Gasto familiar mensal com saúde	X	X
S	Saúde materno infantil	X	X
T	Programa Saúde da Família		X
V	Informações sobre presença de animais		X

A coleta dos dados foi executada em duas fases distintas, com diferentes objetivos em cada uma delas conforme detalhado a seguir.

4.4.1. Fase I

Considerando que estudos com o mesmo enfoque e que possuem um questionário de coleta de dados específico sobre os problemas de acessibilidade aos serviços de saúde de pessoas com deficiência são escassos, houve alguma dificuldade para encontrar um instrumento de coleta de dados adequado. Devido a esse fato, definimos a estratégia de criar um questionário específico para esta pesquisa. Esse questionário final seria composto por questões fechadas. Entretanto, como fase prévia (Fase I), um instrumento de coleta de dados por entrevista foi montado com pergunta abertas. Esse primeiro questionário foi aplicado em uma amostra

intencional de pessoas com deficiências. A amostra foi composta por 25 indivíduos da cidade de São Paulo, que já faziam parte da amostra total. A descrição desse grupo inicial de entrevistados quanto à deficiência, sexo e idade pode ser verificada na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos indivíduos entrevistados na Fase I segundo deficiência, sexo e média de idade, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.

Deficiência	Idade média	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Dificuldade visual	58,25	4	4	8
Cegueira de um olho	61,33	1	2	3
Dificuldade de ouvir	45,0	3	2	5
Surdez de um ouvido	64,5	1	1	2
Perda ou paralisia de membros	62,28	3	4	7
Total	58,27	12	13	25

O questionário montado para essa etapa (Anexo I) foi confeccionado após reuniões e entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo (SMPED, 2005) para delineamento dos temas a serem abordados, com o objetivo de aproveitar a experiência de profissionais com deficiência que trabalham na secretaria na área de acessibilidade.

O principal objetivo da Fase I deste estudo foi determinar as queixas mais frequentes entre as pessoas com deficiência no que se refere às dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde.

4.4.2. Fase II

Durante a Fase II do Projeto AceSS foram entrevistadas, em domicílio, 333 pessoas com algum tipo de deficiência. O principal objetivo da Fase II da pesquisa foi obter os dados quantitativos necessários para a resposta das questões do estudo. A descrição das características sociodemográficas desse grupo é apresentada na Tabela 2:

Tabela 2 - Características sociodemográficas da amostra de sujeitos estudados, Projeto AceSS, São Paulo, 2007.

Variáveis	n(333)	% (100.00)
Deficiência		
Visual	137	41,14
Auditiva	96	28,82
Paralisia ou Amputação	26	7,82
Múltipla	74	22,22
Sexo		
M	162	48,64
F	171	51,36
Idade (anos)		
14-54	86	25,82
55-69	87	26,12
70-77	81	24,33
78-97	79	23,73
Renda do chefe da família⁽¹⁾		
<1	205	61,56
1	39	11,71
2-4,99	46	13,81
5-7,99	21	6,30
>8	22	6,61
Raça		
Branco	197	59,16
Não branco	136	40,84
Necessidade de ajuda nas atividades de vida diária⁽²⁾		
Não	296	88,89
Sim	37	11,11
Necessidade de ajuda para ir ao serviço de saúde por causa da deficiência⁽³⁾		
Não	260	79,03
Sim	69	20,97

Notas:

⁽¹⁾ Salários mínimos à época da entrevista

⁽²⁾ Ajuda para tomar banho, vestir-se, comer, levantar e/ou caminhar

⁽³⁾ Foi considerado o último serviço de saúde usado

O instrumento de coleta dos dados utilizado na Fase II foi um questionário fechado (Anexo II), contendo diferentes blocos, como explicado no Quadro 3.

Quadro 3 - Composição do questionário fechado do estudo AceSS, suas variáveis, temas, número de questões e especificidades segundo tipo de deficiência, 2008.

Bloco	Assunto	Número de questões	Deficiência		
			Visual	Auditiva	Física
A	Identificação do entrevistado	29	X	X	X
B1	Usos de serviço de saúde – acessibilidade – (pessoas com deficiência visual ou auditiva)	14	X	X	
B2	Usos de serviço de saúde – acessibilidade (pessoas com deficiência física)	33			X
C	Exames e orientações em saúde	41	X	X	X
D	Doenças crônicas	15	X	X	X
E1	Exames auditivos	04		X	
E2	Exames visuais	04	X		
F	Comunicação e atendimento	11		X	
G	Necessidade de saúde não suprida	14	X	X	X
H	Programa de Saúde da Família	03	X	X	X
I	Próteses/órteses e outros equipamentos/insumos (pessoas com deficiência auditiva)	06		X	
J	Próteses/órteses e outros equipamentos/insumos (pessoas com deficiência visual)	05	X		
K	Próteses/órteses e outros equipamentos/insumos (pessoas com deficiência física)	09			X
Total		188	125	137	144

Procurou-se, durante a construção do questionário da Fase II, contemplar as principais respostas obtidas na análise da Fase I, além de adicionar outros itens pesquisados na literatura. Alguns conceitos sobre fatores ambientais contidos na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) também serviram de orientação na criação desse questionário. Durante a montagem das perguntas, o marco teórico foi voltado às concepções de interação entre corpo e ambiente apresentados pela CIF.

Na Fase II, os entrevistadores foram a campo para a realização das entrevistas domiciliares portando um crachá de identificação, material explicativo sobre a pesquisa, no qual constavam os nomes e os contatos dos responsáveis pelo estudo, questionários de coleta de dados, manual do questionário para consulta de dúvidas e a cartilha *Guia de Encaminhamentos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida*^G (Anexo IV). Foi distribuído também às pessoas entrevistadas material de

^G Material elaborado por um Grupo de Trabalho Intersecretarial da Prefeitura da Cidade de São Paulo, formado pela secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, de Cultura - SMC, de

divulgação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD^H) (Anexo III). Os prospectos foram obtidos junto ao próprio conselho, que os disponibilizou após uma explicação sobre a pesquisa e sobre as pessoas a serem entrevistadas.

Os dados obtidos nessa fase foram digitados em um banco de dados utilizando-se o *software EpiData*. A consistência dos dados foi verificada por meio de rotinas elaboradas com o auxílio do programa computacional *Stata 9.2*®.

4.5. ANÁLISE DOS DADOS

Como a pesquisa teve duas fases distintas de coleta de dados, usando metodologias diversas entre si, foram necessários métodos de análise diferentes para cada uma das fases, como detalhado a seguir.

4.5.1. Fase I

Os dados coletados nessa fase foram obtidos por entrevistas abertas, originando assim, informações de natureza qualitativa. Para análise do material foi utilizada metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) idealizada por LEFEVRE e LEFEVRE (2003; 2006). Segundo os autores, esse método é

“uma forma não-matemática nem metalinguística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante” (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005).

Educação - SME, de Esporte, Lazer e Recreação - SEME, de Saúde - SMS, do Trabalho - SMTRAB, de Transportes - SMT, de Participação e Parceria - SMPP, e coordenado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMPED. O guia traz informações sobre serviços de assistência e desenvolvimento social; cultura; educação; esporte, lazer e educação; saúde; trabalho e transporte. Os entrevistadores foram orientados a esclarecer possíveis dúvidas sobre os serviços de saúde que a pessoa com deficiência pode utilizar dentro do município de São Paulo, agilizando assim, seu atendimento. O referido guia está disponível em:

<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/servicos/0008/Guia_Encaminhamentos.pdf> Acessado em 20 jul. 2010

^H O CMPD trabalha com alguns temas, entre eles: acesso aos transportes coletivos; educação para todos; serviços de saúde para as pessoas com deficiências nos territórios das sub-prefeituras; acessibilidade às edificações públicas e de uso público, calçadas e parques; entre outros.

O DSC ajuda na determinação das questões levantadas em cada resposta na medida em que sua metodologia prevê que o discurso de cada respondente tenha os conceitos-chave extraídos para uma posterior categorização das ideias centrais, que podem se repetir nas respostas de mais de um entrevistado para a mesma pergunta. Depois disso, as ideias centrais de todos os entrevistados nas mesmas perguntas são categorizadas e agrupadas. A partir desse procedimento é confeccionado o DSC (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006). Neste estudo, o DSC não foi elaborado, pois as idéias centrais categorizadas, na fase imediatamente anterior à formação do DSC suprem a necessidade de se obter as opções de respostas dos entrevistados.

O software *Qualiquantsof*®, criado pelos mesmos autores do DSC tem a finalidade de viabilizar pesquisas que usem o DSC, possibilitando maior agilidade e confiabilidade metodológica ao estudo (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005).

Outros detalhes sobre a análise da Fase I da pesquisa podem ser visualizados no Manuscrito 1, na seção de Resultados e Discussão, na qual o DSC foi usado para análise e discussão do material.

4.5.2. Fase II

Os dados da Fase II foram analisados quantitativamente. Foram calculadas frequências e porcentagens e a sua relação com variáveis sociodemográficas foi testada usando-se o teste de Qui-Quadrado. O teste de Qui-Quadrado de tendência foi executado quando a variável tinha mais que duas categorias e uma tendência linear foi percebida.

Modelos de Poisson com variância robusta foram usados para a determinação da Razão de Prevalência (RP), uma vez que a prevalência estudada foi menor que 20% (BARROS e HIRAKATA; 2003), e considerando que os intervalos de confiança encontrados com o uso da variância robusta são mais indicados, adequando-se melhor a pequenos números (COUTINHO et al., 2008). O método de seleção do melhor modelo foi o *stepwise backward selection*, em que todas as variáveis são adicionadas ao modelo inicial e posteriormente, retiradas do mesmo até que se chegue ao modelo final, sendo que as variáveis com significância estatística maior que 0,20 foram progressivamente retiradas do modelo. Outras variáveis, que

mostraram significância estatística entre 0,20 e 0,05 e alteravam os coeficientes do modelo, foram mantidas para efeitos de ajuste. A significância estatística adotada foi de 5% e as análises foram executadas com a ajuda do programa *Stata 9.2®*.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. MANUSCRITO 1

Artigo aceito para publicação no periódico **Revista de Saúde Pública**.

Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência

Accessibility to the health services by people with disability. Qualitative research.

Shamyr Sulyvan Castro¹

Fernando Lefèvre ²

Ana Maria Cavalcanti Lefèvre ³

Chester Luiz Galvão Cesar²

1 – Doutorando em Saúde Pública - Departamento de Epidemiologia - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

2 – Departamento de Prática de Saúde - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

3 – Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo – IPDSC. São Paulo, SP, Brasil.

4 – Departamento de Epidemiologia - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

Correspondência | Correspondence:

Shamyr Sulyvan Castro

Faculdade de Saúde Pública - FSP

Departamento de Epidemiologia

Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César

01246-904 São Paulo, SP, Brasil

E-mail: shamyr@usp.br

Recebido: 2/3/2010

Aprovado: 23/5/2010

RESUMO

Objetivo. Analisar as dificuldades de acessibilidade aos serviços de saúde vividas por pessoas com deficiência.

Procedimentos metodológicos: Estudo qualitativo realizado com pessoas que relataram ter algum tipo de deficiência (paralisia ou amputação de membros; baixa visão, cegueira unilateral ou total; baixa audição, surdez unilateral ou total). Foram entrevistados 25 indivíduos (14 mulheres) na cidade de São Paulo, SP, de junho a agosto de 2007, que responderam perguntas referentes à deslocamento a acessibilidade aos serviços de saúde. A metodologia utilizada para análise foi o discurso do sujeito coletivo e as análises foram conduzidas com recurso ao programa Qualiquantsoft.

Análise dos Resultados: A análise dos discursos sobre o deslocamento ao serviço de saúde mostrou diversidade quanto ao usuário ir ao serviço sozinho ou acompanhado, utilizar carro particular, transporte coletivo, ir a pé ou de ambulância e demandar tempo variado para chegar ao serviço. Com relação às dificuldades oferecidas de acessibilidade pelos serviços de saúde, houve relatos de demora no atendimento, problemas com estacionamento, falta de rampas, elevadores, cadeiras de rodas, sanitários adaptados e de médicos.

Conclusões. As pessoas com algum tipo de deficiência fizeram uso de meios de transporte diversificados, necessitando de companhia em alguns casos. Problemas na acessibilidade dos serviços de saúde foram relatados pelos sujeitos com deficiências, contrariando o princípio da equidade, preceito do Sistema Único de Saúde.

Descritores: Pessoas com Deficiência. Limitação da Mobilidade. Acesso aos Serviços de Saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade. Pesquisa Qualitativa.

Descriptores: Personas con Discapacidad. Limitación de la Movilidad. Accesibilidad a los Servicios de Salud. Salud de la Persona con Deficiencia o Discapacidad. Investigación Cualitativa.

Objective: To describe the difficulties faced by the people with disabilities in the accessibility of the health services.

Methods. Qualitative research carried out with people with some type of disability (paralysis or amputation of members; low vision, unilateral or total blindness; low hearing, unilateral or total deafness). 25 persons (14 women) were interviewed from June to August, 2007, and answered the questions: “*How do you (Mr. or Ms.) do to go to the health service?.....Talk more about this...*” and “*Many health services offer difficulties for the people with disability as lack of slopes, car parking, signaling, etc...And for you (Mr. or Ms.), how has it been?*”. To study the collective discourses, the analysis was made with the “QualiQuantSoft” software and with the methodology of the “*Discourse of the Collective Subject*”.

Analysis of the Discourses. Regarding to the displacement until the health service, the answers of the interviewed had shown diversity: alone or with company; particular car, collective transport, walking or ambulance; and variable time to arrive at the service. Concerning to the difficulties offered for the health services, there were accounts of delay in the attendance; problems with parking; lack of slopes, elevators, wheelchairs, adapted sanitary, and physicians.

Conclusions. The people with disability make use of diverse types of transport, needing company in some cases. Problems in the accessibility of the health services were mentioned by the citizens with disability, opposing the equity, a precept of the Unified Health System (SUS).

Descriptors: Disabled Persons. Mobility Limitation. Health Services Accessibility.

Disabled Health. Qualitative Research.

Introdução

Indivíduos com deficiência estão mais expostos a comorbidades associadas à sua deficiência,^{10,18} resultando em maior necessidade de uso de serviços de saúde para a manutenção de sua integridade física e mental.

Entretanto, entre a necessidade de serviços e sua satisfação há a questão da acessibilidade aos serviços, que se não for adequadamente trabalhada pode fazer com que o deficiente enfrente obstáculos que inviabilizem o seu acesso aos serviços de saúde. A acessibilidade é definida por Frenk⁸ (1985) como o produto da relação entre a disponibilidade efetiva de serviços de saúde e o acesso por parte dos indivíduos a esses serviços. A disponibilidade efetiva acontece quando se analisa a disponibilidade dos serviços de saúde frente à resistência que o meio proporciona a essa disponibilidade.⁸ Essa resistência tem especial importância quando se estuda a acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde. Ela pode ser entendida como a dificuldade encontrada na obtenção dos serviços de saúde e é determinante para a saúde das pessoas com deficiência. Em virtude do quadro geral da deficiência e das co-morbidades dele advindas, mais dificuldades se interpõem entre a pessoa com deficiência e o serviço de saúde, aumentando assim a resistência.²⁵

Como a ocorrência de deficiências tem relação direta com o aumento da longevidade populacional e com o incremento de ocorrências por causas externas,⁵ a porcentagem de pessoas com deficiência na comunidade tende a aumentar com o passar do tempo. Sendo assim, investigar as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiências na acessibilidade aos serviços de saúde pode fornecer subsídios para o planejamento em saúde, estruturando e melhorando os serviços de forma que atendam a esse grupo populacional de maneira adequada.

O objetivo do presente estudo foi analisar as dificuldades de acessibilidade aos serviços de saúde vividas por pessoas com deficiência.

Procedimentos Metodológicos

Pesquisa qualitativa de natureza exploratória realizada com amostra intencional de 25 indivíduos com algum tipo de deficiência (visual, auditiva ou física). A identificação das pessoas a serem entrevistadas foi obtida de uma listagem maior, com 414 sujeitos com deficiências, provenientes do total de pessoas entrevistadas pelo Inquérito de Saúde e Condições de Vida no Município de São Paulo (ISA - Capital) – 2003.¹

O estudo integrou a fase inicial do Projeto Acessibilidade aos Serviços de Saúde (AceSS), realizado com 333 pessoas com algum tipo de deficiência em na capital São Paulo e em uma área da grande São Paulo (Embu, Taboão da Serra e Itapeverica da Serra) no ano de 2007. As entrevistas foram realizadas de junho a agosto de 2007 com um questionário semi-estruturado a respeito das dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde pelas pessoas com algum tipo de deficiência. Foram analisadas questões sobre o deslocamento do deficiente ao serviço de saúde “Como o(a) senhor(a) faz para ir até o serviço de saúde?... Fale um pouco mais sobre isso...” e sobre os problemas de acessibilidade aos serviços de saúde (“Muitos serviços de saúde oferecem dificuldades para as pessoas com deficiência como falta de rampas, estacionamentos, sinalização, etc.. E para o(a) senhor(a), como tem sido isso?”).

A coleta dos dados ocorreu por entrevistas domiciliares que foram gravadas e transcritas integralmente. Com as informações obtidas na transcrição das conversas foi criado um banco de dados, o qual foi analisado pelo software QualiQuantSoft?¹² Este programa tem o objetivo de facilitar a realização de pesquisas que empreguem o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como metodologia. O QualiQuantiSoft permite associar pensamentos, crenças, valores, representações, às características objetivas dos portadores destas representações, tais como sexo, idade, grau de instrução, renda

¹ <http://hygeia.fsp.usp.br/isa-sp/> - Cesar CLG, Carandina L, Alves MCGP, Barros MBA, Goldbaum M. SAÚDE E CONDIÇÃO DE VIDA EM SÃO PAULO - Inquérito Multicêntrico de Saúde no Estado de São Paulo - ISA-SP. 2005

e outras.² O software cria um ambiente virtual que guia o pesquisador no uso do DSC como instrumento de análise de estudos qualitativos, contemplando e auxiliando em todas as etapas do método de forma clara e dirigida. Ele se configura dessa forma, em um instrumento de execução do DSC, englobando assim, essa metodologia em sua amplitude total e orientando-se estritamente por ela.

A partir do banco de dados foram extraídas as idéias centrais das respostas de cada indivíduo e, posteriormente, construídos os DSC, tendo como objetivo expressar empiricamente o pensamento do grupo de entrevistados, como um conjunto, não como ser individual,¹² criando assim um ente pensante coletivo, com voz e respostas às perguntas efetuadas.

A metodologia de pesquisa qualitativa avalia a percepção dos indivíduos, sendo concebida a partir do produto dos discursos/verbalizações de atores sociais diretamente envolvidos com o assunto.¹⁷ A abordagem qualitativa do modo de pensar as questões estudadas permite que nos apossamos das percepções individuais dos entrevistados e as transformemos em um discurso mais coeso e consistente, podendo assim, obter as representações sociais referentes aos temas trabalhados neste grupo de indivíduos. A metodologia qualitativa é usada no campo de estudos das deficiências.^{6,11,21}

Segundo Nagai et al¹⁷ (2007), o DSC pode ter mais de uma idéia central na resposta de um indivíduo ou a mesma idéia central pode emergir dos discursos de muitos sujeitos diferentes. Existe ainda a possibilidade de que algumas dessas falas tenham identidade própria e não reflitam a resposta de outras pessoas. Lèfreve et al¹³ (2006) esclarece ainda que desse modo, as respostas podem abordar de maneiras diversas um mesmo problema, complementando-se umas às outras e/ou explicando-se mutuamente.

As idéias centrais de cada pergunta foram descritas em itens e foi construído um DSC para cada uma delas.

² Lèfreve F, Lèfreve AMC, Simioni AAC, Ferraz MTMA. Acessando o Discurso do Sujeito Coletivo e o software QualiQuantiSoft. Manual. www.ipdsc.com.br, acessado em 08/09/2009.

Das 25 pessoas com deficiência entrevistadas, três tinham idades entre 11 e 20 anos (três mulheres); três entre 31 e 40 anos (duas mulheres); 12 tinham de 55 a 69 anos (quatro mulheres); e sete de 70 a 90 anos (cinco mulheres).

Entre os entrevistados, oito indivíduos relataram ter algum tipo de deficiência física (amputação ou paralisia de membros); nove indivíduos auto-referiram deficiência auditiva (diminuição da audição ou surdez unilateral) e oito indivíduos relataram deficiência visual (diminuição da visão ou cegueira unilateral). Os participantes eram usuários tanto de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto de serviços de convênios de empresas privadas.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP (Prot. N. 1653/2007). Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

ANÁLISE DOS RESULTADOS e DISCUSSÃO

Deslocamento ao serviço de saúde

As idéias centrais do discurso do sujeito coletivo referentes ao deslocamento ao serviço de saúde (Questão 1- Como o(a) senhor(a) faz para ir até o serviço de saúde? Fale um pouco mais sobre isso) foram:

Idéia central 1.1: Vai sozinho, usa transporte coletivo e é rápido para chegar

[DSC 1.1] *Eu vou de transporte coletivo; normalmente não preciso de ninguém para me acompanhar e não demora para chegar porque é perto.*

Idéia central 1.2: Vai acompanhado, usa carro particular e demora para chegar

[DSC 1.2] *Tenho que ir acompanhado, uso carro particular e não demora para chegar.*

Idéia central 1.3: Vai acompanhado, usa transporte coletivo demora para chegar

[DSC 1.3] *Vou acompanhado, uso transporte coletivo e demora para chegar ao serviço de saúde.*

Idéia central 1.4: Vai acompanhado e de ambulância

[DSC 1.4] *Tenho que ir de ambulância porque não posso me sentar e tenho que ter companhia; é difícil vir médico na minha casa.*

Idéia central 1.5: Vai acompanhado, usa transporte coletivo e não demora para chegar

[DSC 1.5] *Vou de ônibus ou metrô, preciso de companhia e o serviço de saúde fica perto da minha casa*

Idéia central 1.6: Vai sozinho, usa transporte coletivo e demora para chegar

[DSC 1.6] *Vou sozinho ao serviço de saúde, só se precisar levo alguém; uso transporte coletivo e demoro para chegar ao serviço de saúde.*

Idéia central 1.7: Vai sozinho, de carro particular e demora para chegar

[DSC 1.7] *Vou de carro, posso ir sozinho e demora para chegar porque o serviço de saúde não é muito perto.*

Idéia central 1.8: Vai acompanhado, a pé e não demora para chegar

[DSC 1.8] *Vou a pé porque é perto, não demora; e geralmente vou acompanhado.*

Idéia central 1.9: Vai acompanhado, de carro particular e demora para chegar

[DSC 1.9] *Tenho sempre que ir acompanhado, para levar tem que ser de carro e demora para chegar porque é longe ou tem trânsito.*

Os discursos relatados mostraram diversidade de opiniões ente os entrevistados, com variações quanto ao tempo de deslocamento, meio de transporte utilizado e necessidade de companhia. Quando se analisa o tempo gasto observa-se que aproximadamente um terço dos respondentes apontaram essa dificuldade em seu deslocamento para o serviço de saúde. Travassos et al.²³ (2004) afirmam que a acessibilidade geográfica é um importante fator para o efetivo uso dos serviços de saúde, podendo atenuar ou ampliar as dificuldades no acesso. No artigo citado anteriormente, as autoras sugerem que a correta distribuição espacial dos serviços de saúde e dos pacientes deve ser coerente para o uso adequado.

De acordo com os discursos, aproximadamente metade das pessoas com deficiência relataram ter necessidade de acompanhantes. Caldas² (2003) discute a dependência familiar por parte de idosos e ressalta a ligação entre a dependência e a fragilidade, mostrando uma estreita relação entre o suporte oferecido ao idoso e a execução das suas tarefas diárias. Este exemplo pode ser aplicado às pessoas com deficiências, que de certa forma também têm características de fragilidade em virtude do processo incapacitante.⁹ Para Othero & Dalmaso²⁰ (2009), a família ou o cuidador tem importante papel na saúde da pessoa com deficiência no que diz respeito ao contato do cuidador/família com os profissionais de saúde, recebendo instruções que complementem o tratamento da pessoa com deficiência. Em estudo realizado na

cidade de São Paulo, a deficiência aliada à dependência tem se mostrado freqüente com o aumento da longevidade e da ocorrência de incapacidades.³

A respeito do meio de locomoção usado pelas pessoas com deficiências, os discursos mostram padrões variados. Aproximadamente a metade dos entrevistados fez o percurso utilizando meios de transporte coletivos. Araújo et al¹ (2006) observam a importância do fator transporte para a estrutura familiar no que diz respeito a gastos e qualidade em saúde, implicando dispêndio financeiro e dificuldades no uso dos serviços de saúde.

Observou-se ainda referência à necessidade de uso de ambulância para o deslocamento ao serviço de saúde. Isto se mostra um obstáculo, uma vez que o paciente depende da disponibilidade do referido meio de transporte para sua locomoção até o estabelecimento de saúde, considerando que algumas pessoas com deficiência necessitam deste tipo de transporte por terem sua funcionalidade muito comprometida, inviabilizando o uso de outros meios de transporte.

Acessibilidade aos serviços de saúde

As idéias centrais do discurso do sujeito coletivo referentes à acessibilidade aos serviços de saúde (Questão 2 – Muitos serviços de saúde oferecem dificuldades para as pessoas com deficiência como falta de rampas, estacionamentos, sinalização, etc.. E para o(a) senhor(a), como tem sido isso?) foram:

Idéia central 2.1: Sem problemas

[DSC 2.1] *Eu sempre fui bem atendido, tem estacionamento, rampa, corrimão, elevador, sinalização, banheiro especial e sala de espera.*

Idéia central 2.2: Demora no atendimento

[DSC 2.2] *Há uma certa demora no atendimento porque sempre tem uma fila de espera. Se marcam para as 10h tem que chegar às 6h; tem que chegar bem cedo.*

Idéia central 2.3: Problemas com estacionamento

[DSC 2.3] *Não tem estacionamento, então tem que parar na rua mesmo*

Idéia central 2.4: Falta de rampas

[DSC 2.4] *Não tem rampa no serviço de saúde. Já chamaram 3 vezes mas não tenho como levar porque não tem rampa para entrar; e quando tem rampa não tem corrimão.*

Idéia central 2.5: Instalações do serviço de saúde

[DSC 2.5] *Não tem lugar para todo mundo esperar, então às vezes esperam no chão e algumas salas não tem como um deficiente entrar.*

Idéia central 2.6: Faltam cadeiras de rodas nos serviços de saúde

[DSC 2.6] *Não tem cadeira de rodas suficientes no serviço de saúde, é uma disputa por cadeiras às vezes o deficiente tem que ser carregado no colo.*

Idéia central 2.7: Faltam sanitários adequados para as pessoas com deficiências

[DSC 2.7] *Nunca vi banheiros para pessoas com deficiência no serviço de saúde, quando tem está muito sujo ou inutilizado (entupido).*

Idéia central 2.8: Faltam médicos

[DSC 2.8] *No posto de saúde que vou só tem enfermeira, está assim esses dias, não tem médicos.*

Idéia central 2.9: Faltam elevadores

[DSC 2.9] *No serviço de saúde não tem elevador, tem que usar a escada.*

Idéia central 2.10: Problemas com sinalização

[DSC 2.10] *A sinalização é insuficiente, tenho que ficar pedindo informações.*

O tempo de espera foi um dos fatores relatados como obstáculos no uso dos serviços de saúde e é frequentemente relatado como problema nos atendimentos ambulatorial⁷ e hospitalar.¹⁹ Esse período de espera pode ser um fator importante para os pacientes com algum tipo de deficiência uma vez que podem ter necessidades especiais de alimentação, higiene ou descanso. A Lei Federal 10.048 de 8 de novembro de 2000,³ garante às pessoas com deficiências, aos idosos com idade igual ou superior a 60

(sessenta) anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo o direito à prioridade nos atendimentos em repartições públicas. Contudo, em um ambiente hospitalar ou de serviço de saúde, essa priorização pela presença de deficiência pode ser questionada por motivos éticos, uma vez que o deficiente pode não ser o paciente mais necessitado de atendimento em saúde em um determinado momento.

Outro fator que se apresentou como obstáculo ao bom uso dos serviços de saúde pelas pessoas com deficiências foram os problemas com o estacionamento. O decreto 3.298/99 regulamenta a lei 7.893/89³, que consolida normas de proteção para as pessoas com deficiência, dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de vagas reservadas para veículos de pessoas com deficiência ou que transportem essas pessoas em construções de uso coletivo. Esse decreto garante, portanto, vagas reservadas e específicas para os indivíduos com algum tipo de deficiência também nos serviços de saúde, que são de uso coletivo. Entretanto, Mendonça et al¹⁵ (2007) relatam que a presença de facilidades como estacionamento e localização do serviço pode não ter tanta influência na satisfação com o atendimento.

Aproximadamente um décimo dos entrevistados citaram a ausência de rampas como fator que dificultava o uso dos serviços de saúde. O mesmo decreto 3.298/99 obriga a instalação de rampas ou dispositivos eletromecânicos de deslocamento vertical para a transposição de desníveis entre cômodos dos estabelecimentos. Percebe-se, portanto, que essa dificuldade não deveria ser relatada pelos entrevistados. Também foi citada inexistência de elevadores e de sinalização para as pessoas com deficiências, que são itens previstos na lei 3.298/99.

Algumas inadequações nos serviços foram citadas pelos entrevistados, como local de espera com lugares insuficientes e salas em que as pessoas com deficiência não tinham acesso por obstáculos físicos. Um dos relatos mostra que o direito de ir e vir, previsto em lei pela Constituição, foi ferido no caso de estabelecimentos de saúde cujos obstáculos impossibilitavam a entrada de pessoas com deficiência em suas dependências.

Um discurso mostrou a necessidade de mais cadeiras de rodas para as pessoas com deficiência, pois em alguns momentos teriam que ser carregadas nos braços para serem atendidos. Isso pode ser um evento que dificulta o uso dos serviços de saúde uma vez que nem sempre o acompanhante do paciente tem condições de fazer o deslocamento do deficiente nos braços, ficando assim, dependentes dos funcionários do serviço de saúde.

Ausência ou inadequação de sanitários destinados às pessoas com deficiência foram relatados pelos entrevistados. A lei 10.098/2000³ garante a construção de sanitários adaptados para as pessoas com deficiências em repartições públicas e sua adequada manutenção.

A ausência de médicos no serviço de saúde também foi relatada por entrevistados, os quais referiram que o atendimento era feito por enfermeiras, não havendo, portanto atendimento médico, somente prestação de cuidados em enfermagem.

Verificou-se também, a ocorrência da idéia central “Nunca tive problemas”, que reflete uma adequação do serviço de saúde procurado às necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência. Machado e Nogueira (2008)¹⁴ também relatam ausência de problemas para utilização de serviços em um grupo de usuários de uma clínica de fisioterapia. Essas informações podem sinalizar que nem sempre a pessoa com deficiência encontra problemas de acessibilidade nos serviços de saúde, levando a crer que uma parcela dessas pessoas tem todas as suas necessidades de acessibilidade aos serviços de saúde satisfeitas.

CONCLUSÕES

A discussão destes itens transcende a simples abordagem presença/ausência de obstáculos ao uso de serviços de saúde, alcançando um tema mais amplo e bastante importante em saúde pública: a equidade em saúde. A equidade é um dos pilares do SUS e, conforme Travassos²² (1997) é um princípio de justiça social. Esse conceito se traduziria por: “tratar desigualmente os desiguais”.³ Assim, diferiria da igualdade, entendida como igualdade de oportunidades. Para uma pessoa com deficiência, não é suficiente ter as mesmas oportunidades quando não há condições de aproveitá-las, comparativamente a alguém que não tenha deficiência. Assim o princípio da equidade seria uma maneira de beneficiar as pessoas com deficiências para que tenham igualdade nas oportunidades. Carneiro Junior et al⁴ (2006) caracterizam a equidade como “discriminação positiva” uma vez que é direcionada a grupos populacionais desfavorecidos socialmente, com planejamento e políticas de atenção que busquem a eliminação das desigualdades.

Assim, os problemas relatados pelos entrevistados atuariam de forma a pressionar negativamente as pessoas com algum tipo de deficiência no uso dos serviços de saúde. Esse posicionamento é oposto ao princípio de equidade do SUS, baseado na idéia de que todos os indivíduos de uma sociedade devem ter oportunidades iguais para desenvolver seu potencial de saúde, sendo tal sistema que se baseia na equidade responsável por atuar contra os obstáculos ao reduzir as diferenças evitáveis ou injustas entre os indivíduos.²⁴

A relação de iniquidade (elemento oposto da equidade) e deficiência é descrita na literatura¹⁶ e aponta diversos obstáculos que atuam contra o correto uso dos serviços de saúde, deixando esse grupo populacional em desvantagem na utilização dos serviços de saúde.

Em conclusão, os discursos expressam que pessoas com algum tipo de deficiência fazem uso de diversos tipos de transporte, demorando períodos variáveis e necessitando de companhia em alguns casos. Problemas na acessibilidade dos serviços de saúde foram relatados pelos sujeitos com deficiências, violando o

princípio da equidade, preceito do Sistema Único de Saúde. A eliminação desses obstáculos poderia ter valor significativo para essa população na utilização dos serviços de saúde, proporcionando possibilidades igualitárias, quando comparadas com as pessoas sem deficiências.

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq, modalidade apoio de pesquisa acadêmica, Processo nº: 409724/2006-8) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, bolsa de doutorado outorgada à Castro SS, Processo nº: 2006/59655-2).

Artigo baseado na tese de doutorado de SS Castro, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, em 2010.

REFERÊNCIAS

1. Araújo SSC, Freire DBL, Padilha DMP, Baldisserotto J. Suporte social, promoção de saúde e saúde bucal na população idosa no Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2006;10(19):203-16. DOI: 10.1590/S1414-32832006000100014
2. Caldas CP. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. *Cad Saude Publica*. 2003;19(3):733-81. DOI:10.1590/S0102-311X2003000300009
3. Camargos MCS, Perpetuo IHO, Machado CJ. Expectativa de vida com incapacidade funcional em idosos em São Paulo, Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2005;17(5-6):379-86. DOI:10.1590/S1020-49892005000500010
4. Carneiro Jr N, Elias PE. Controle público e equidade no acesso a hospitais sob gestão pública não estatal. *Rev Saude Publica*. 2006;40(5):914-20. DOI:10.1590/S0034-89102006000600023
5. Castro SS, Barros MBA, Carandina L, Alves MCGP, Goldbaum M, Cesar CLG. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. *Cad Saude Publica*. 2008;24(8):1773-82. DOI:10.1590/S0102-311X2008000800006
6. Cheer J, Kroll T, Neri MT, Beatty P. Access barriers for persons with disabilities: the consumer's perspective. *J Disabil Pol Studies*. 2003;13(4):221-31. DOI:10.1177/104420730301300404
7. Franco SC, Campos GWS. Avaliação da qualidade de atendimento ambulatorial em pediatria em um hospital universitário. *Cad Saude Publica*. 1998;14(1):61-70. DOI:10.1590/S0102-311X1998000100014
8. Frenk J. El concepto y la medición de accesibilidad. *SaludPublica Mexico*. 1985;27(5): 438-53.
9. Gill TM, Robison JT, Tinetti ME. Difficulty and dependence: two components of the disability continuum among community-living older persons. *Ann Intern Med*. 1998;128(2):96-101.
10. Harrison T. Health promotion for persons with disabilities: what does the literature reveal? *FamCommunity Health*. 2006;29(1Supl):S12-9.
11. Kroll T, Jones GC, Kehn M, Neri MT. Barriers and strategies affecting the utilization of primary preventive services for people with physical disabilities: a qualitative inquiry. *Health Soc Care Community*. 2006;14(4):284-93.

DOI:10.1111/j.1365-2524.2006.00613.x

12. Lèfevre F, Lèfevre AMC. Depoimentos e discursos: uma análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro; 2005.

13. Lèfevre F, Lèfevre AMC. O sujeito coletivo que fala. *Interface (Botucatu)*. 2006;10(20): 517-24. DOI:10.1590/S1414-32832006000200017

14. Machado NP, Nogueira LT. Avaliação da satisfação dos usuários de serviços de Fisioterapia. *Rev Bras Fisioter*. 2008;12(5):401-8. DOI:10.1590/S1413-35552008000500010

15. Mendonça KMPP, Guerra RO. Desenvolvimento e validação de um instrumento de medida da satisfação do paciente com a fisioterapia. *Rev Bras Fisioter*. 2007;11(5):369-76. DOI:10.1590/S1413-35552007000500007

16. Merrel J, Cert T, Kinsella F, Murphy F, Philpin S, Ali A. Accessibility and equity of health and social care services: exploring the views and experiences of Bangladeshi carers in South Wales, UK. *Health Soc Care Community*. 2006;14(3):197-205. DOI:10.1111/j.1365-2524.2006.00610.x

17. Nagai R, Lèfevre AMC, Lèfevre F, Steluti J, Teixeira LR, Zinn LCS, et al. Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: estudo qualitativo. *Rev Saude Publica*. 2007;41(3):404-11. DOI:10.1590/S0034-89102007000300012

18. Nosek MA, Hughes RB, Petersen NJ, Taylor HB, Robinson-Whelen S, Byrne M, et al. Secondary conditions in a community-based sample of women with physical disabilities over a 1-year period. *Arch Phys Med Rehabil*. 2006;87(3):320-7. DOI:10.1016/j.apmr.2005.11.003

19. Oliveira DF, Arieta CEL, Temporini ER, Kara-José N. Quality of health care: patient satisfaction in a university hospital. *Arq Bras Oftalmol*. 2006;69(5):731-6. DOI:10.1590/S0004-27492006000500021

20. Othero MB, Dalmaso ASW. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. *Interface (Botucatu)*. 2009;13(28):177-88. DOI:10.1590/S1414-32832009000100015

21. Quines S, Cameron I. The use of focus groups with the disabled elderly. *Qual Health Res*. 1985;5(4):454-62. DOI:10.1177/104973239500500406

22. Travassos C. Equidade e o Sistema Único de Saúde: uma contribuição para debate. *Cad Saude Publica*. 1997;13(2):325-30. DOI:10.1590/S0102-311X1997000200024

23. Travassos C, Martins M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização

de serviços de saúde. *Cad Saude Publica*. 2004;20(Supl 2):S190-8. DOI: 10.1590/S0102-311X2004000800014

24. Viana ALA, Fausto MCR, Lima LD. Política de saúde e equidade. *Sao Paulo Perspec*. 2003;17(1):58-68. DOI:10.1590/S0102-88392003000100007.

25. Wilson K, Rosenberg MW. Accessibility and the Canadian health care system: squaring perceptions and realities. *Health Policy*. 2004;67(2):137-48. DOI:10.1016/S0168-8510(03)00101-5

5.2.MANUSCRITO 2

Artigo submetido ao periódico: Disability and Rehabilitation.

Full title: **Problems with accessibility to health services by persons with disabilities in São Paulo**

Accessibility to health services in São Paulo

Shamyr S Castro^{1,2}

Alarcos Cieza²

Chester LG Cesar¹

¹ Epidemiology Department – Faculty of Public Health – University of Sao Paulo – Brazil

² Institute for Health and Rehabilitation Sciences – Research Unit for Biopsychosocial Health – ICF Research Branch of WHO CC FIC (DIMDI) – Ludwig-Maximilian-University –Munich.

Correspondence and reprints to:

Chester L G Cesar

Epidemiology Department

Faculty of Public Health

Av Dr Arnaldo 715

Cerqueira Cesar - 01246-904 – Sao Paulo – SP - Brasil

Financial support:

- National Council for Scientific and Technological Development (CNPq): proc. 409724/2006-8.
- State of São Paulo Research Foundation (FAPESP): proc. 2006/59655-2.
- German Academic Exchange Service (DAAD) and National Council for Scientific and Technological Development (CNPq): proc. 290006/2008-2.

Abstract

Objectives. To describe the occurrence of self-reported problems of accessibility in health services used by persons with disabilities in terms of social and health services variables. **Methods.** We performed a cross-sectional study designed to assess problems with accessibility in health services faced by persons with disabilities. 333 participants were interviewed at home in São Paulo city, in 2007. Variables about the presence of problem of accessibility, disabilities, gender, age, family head income, ethnicity, use of health services, and others were studied according to frequencies, percentages, χ^2 -test, χ^2 -test for trend, and Poisson regression models with a significance level of 5%. **Results.** 15.92% of the interviewed persons reported problems with accessibility in health services. Persons with multiple disabilities (PR=2.91) or with a mobility (PR=6.46) disability had more problems with accessibility than persons with hearing disability. Persons younger than 78 years old had more problems with accessibility as well as those people who needed help to go to the health service (PR=3.01). **Conclusions.** Persons with multiple or mobility disability, younger than 78 years and dependent on the assistance of others to go to the health service were more likely to have problems with accessibility in health services. This information can be the first step to the management and/or planning appropriate health services for persons with disabilities.

Key words: Persons with Disabilities; Health Services Accessibility; Cross-Sectional Studies.

Introduction

Persons with disabilities are more prone to diseases (CASTRO et al., 2008; CASTRO et al., 2009; NOSEK et al., 2006) and, require health care services more frequently (SIQUEIRA et al., 2009). Paradoxically, people with disabilities represent the population group, who face most obstacles when using these services, including problems of accessibility (CLARKE et al., 2008; GRAY et al., 2003; KROLL et al., 2006; SCHOPP et al., 2002). One recent study, performed in 41 Brazilian cities with populations greater than 10,000, estimated that 60% of primary health care services presented problems of architectural accessibility for persons with disability (SIQUEIRA et al., 2009).

Health services are accessible when their use is unrestricted by barriers such as geography, cost, language, and the times when facilities are open (KIGULI et al., 2009). Accessibility is the key to the appropriate use of health services (NOVAES, 2004). It is a feature of the context, and is, in the language of the model of functioning and disability in World Health Organization's (WHO) International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)(WHO, 2001), an environmental factor. In the ICF model, extent of social functioning, including the use of health services, is an outcome of interactions between health conditions and contextual factors, both environmental and personal factors (CLARKE e NIEUWENHUIJSEN, 2009; HOLPER et al., 2009). Person-environment interactions are often very complex as features of the environment may be either facilitators or barriers to participation (SCHNEIDERT et al., 2003).

Knowing when, for whom, and the degree to which the environment is a barrier to the use of health care service is valuable information for policymakers concerned to improve the use of health services by persons with disabilities. Moreover, the investigation of problems of accessibility to health services by persons with disabilities should be a priority for scientists not only in the field of disability research but also in the field of health sciences in general (TOMLINSON et al., 2009).

The objective of this paper is to study the relationship between socio-demographic characteristics and dependency and the occurrence of self-reported problems of accessibility in health services, by persons with disabilities.

Methods

Study Design

The AceSS Study (Accessibility to the Health Services by Persons with Disabilities) was a cross-sectional health survey specially targeting the problems of accessibility to health services by persons with disabilities. It was conducted in São Paulo, 2007.

Study Sample

The sample was based on two other cross-sectional health surveys carried out in the same city at the years of 2001 and 2003^O with persons in the general population. Six hundred sixty nine persons with disabilities who participated in those surveys were selected. The Figure 1 shows the procedure to obtain the final sample.

The inclusion criterion was self-reported disability. The types of disabilities studied were visual, hearing and mobility. Visual disabilities included low vision, partial and total blindness; hearing disabilities included low, partial and total hearing and, mobility disabilities included paralysis and amputation of members or part of them.

Data Collection

Personal household interviews were performed to collect the data. The instrument used was a semi-structured questionnaire. The questionnaire included a question about the type of disability (visual, hearing, mobility or multiple disabilities), socio-demographic questions (gender, ethnicity, age, family head's income, kind of health insurance (private/public) use of health service and coverage by family health program), two questions about need for help (need for help in daily activities and need for help to go to the health service) and questions about accessibility problems, which were different for the different types of disability. All questions about accessibility problems were summarized in a single dichotomous question, which was used as dependent variable. Problems with accessibility were coded as "yes" if at least one problem with accessibility was reported.

^O Cesar CLG, Segri NJ, Sportello R. Inquéritos de saúde no estado de São Paulo [internet]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2005 dez 9 [atualizado 2009 out 13; citado 2010 mai 12]. Available <http://hygeia.fsp.usp.br/isa-spwww.fsp.usp.br/isa-sp>

In addition, concepts about aspects of the environment and body, which have been showed in ICF, were incorporated in the creation of the questionnaire.

This study was approved by the Ethical Committee from Faculty of Public Health and all participants signed a consent form.

Statistical Analysis

Descriptive statistics were used to report the problems with accessibility according to the corresponding socio-demographic characteristics.

Differences among the subgroups having/not having problems with accessibility to health services for each of the demographic variables were calculated based on χ^2 -test; χ^2 -test for trend was used for categorical variables and when the assumption of linear trend in the relationship between them and the variable referring to problems with accessibility to the health services applied.

The relation between having problems in accessibility and socio-demographic variables were studied using a Poisson regression with robust variance, as for variables with low frequencies this method is a better option than the logistic regression (BARROS e HIRAKATA, 2003). Prevalence Rates (PR) among persons who had problems with accessibility and persons who did not have, and Confidence Intervals (CI95%) were calculated with the Poisson regression model.

Having/not having problems in accessibility to health services was the dependent variable and the independent variables were the socio-demographic factors and the two questions about need for help. Categorical variables (type of disability, age and family head's income) were analyzed as "dummies variables" in the regression model. Afterwards, a bivariate Poisson regression model was fitted with the dependent variable and each of the independent variable separately. Lastly, the full Poisson regression model was fitted using the *stepwise backward selection* and including the variables showing a significant association to the dependent variable in the previous step. We started from a complex model to one more simple, removing the variables according to their significance. In the final model the variables about gender, family head's income and necessity of help in daily activities^P were identified as confounding variables because when they were in the

^P Help to bath and dress, to eat, to rise up and/or to walk.

model, they changed the PR of others variables, but they did have statistical significance between 5% and 20%. Then, the confounding variables were kept in the final model only for adjustment. The statistical significance adopted was 5% and *Stata 9.2®* was the statistical software used.

Results

The description of the sample according to the studied variables is presented in the Table 1. From the 669 persons with disability from the 2001 and 2003 study, a final sample of 498 persons was located. From those 333 were interviewed. This information shows a response rate of 67% about 7 years after the first contact. Among the interviewed persons, 53 (15.92%) reported problems in accessibility to health services. The persons with mobility disability had accessibility problems (53.85%) most frequently and those with hearing disabilities least frequently (8.33%^Q); 16.05% of the men and 15.79% of the women had accessibility problems; this percentage was 19.75% among persons with age between 70 and 77 years old and 10.13% for persons between 78 and 97 years; 22.73% of the persons with a family head's income eight times larger than the monthly minimum wage (mmw) and 6.52% of persons with family head's income between 2 and 4.99 mmw had problems with accessibility to health services; 12.34% of the persons who used the health services in the last year had problems in accessibility; 29.73% of those who needed help in daily activities had difficulty in accessibility; and 49.06% of persons who needed help to go to the health services reported accessibility difficulties.

Table 2 shows the non-adjusted and the adjusted PR according to the studied variables. The un-adjusted PRs are significant for mobility (PR=6.46), multiple (PR=2.91) disability, need for help in daily activities (PR=2.09) and need for help to go to health services because of the disability (PR=3.62). The adjusted analysis showed that the persons with multiple (PR=2.83) or mobility (PR=3.08) disabilities had more difficulties in accessibility than those with hearing disabilities. Persons between 14 and 54 years old (PR=2.29), between 55 and 69 (PR=2.40) and between 70 and 97 years old^R (PR=2.23) reported more problems in accessibility than those

^Q 7 persons had low hearing and 1 unilateral deafness

^R 3 persons were men and 5 were women; 5 had family's head income less than 1 mmw, 2 persons with 1 mmw, and 1 with family's head income greater than 7,9 mmw.

between 78 and 97 years old. Persons that needed help to go to the health services had more problem in accessibility ($PR=3.01$) than those who did not.

Discussion

The results show that about 16% of persons with disabilities interviewed had problems with accessibility to health services. Although access or accessibility to health services has already been researched in Brazil (FREIRE et al., 2009; ROCHA e GOES, 2008; RODRIGUES et al., 2009; SCATENA et al., 2009; VIEIRA-DA-SILVA e ALMEIDA-FILHO, 2009), no study has looked at the issue from the point of view of persons with disabilities. HARRINGTON et al., 2009, showed that 2.67% of 344 persons with physical or intellectual disabilities reported problems with physical access at their physician's office. In the other, 22% of those with physical or intellectual interviewed reported problems because of the physical layout or location of the health care provider's property, but in this study 8,167 persons were interviewed (CDC, 2006).

Accessibility is an important feature of the overall process of seeking and obtaining health care services and where accessibility is a problem, the result will be a limited use of these services (TRAVASSOS e MARTINS, 2004), this concept can be applied to the persons with disabilities too.

The data indicates that persons with mobility or multiple disabilities had more accessibility problems than those with hearing disability (LAWTHERS et al., 2003), likely because the physical environment poses more problems for them. Physical obstacles can be divided into structural–environmental barriers (facility, equipment, and transportation) and process barriers (appointment scheduling, patient-provider communication, professional manner, disability-specific knowledge, information and self-education) (KROLL et al., 2006). When accessibility is not adequate, it hinders the use of health service. Although the impact of the environment on persons with disabilities was studied before the ICF came on the scene (LIVNEH, 1987; MASALA e PETRETO, 2008), the ICF helps to explain the role of the environment in the disabling process. As a result, the ICF can serve as a tool for the more easily identifying barriers and facilitators related to the environment (RIMMER, 2006).

The results show that the persons with disabilities younger than 78 years old referred more problems in accessibility than those between 78 and 97 years old. The

relationship between age and disability has been addressed in several studies (BERLAU et al., 2003; CLARKE e NIEUWENHUIJSEN, 2009), as has the relationship of reduction of functionality and the aging process (FRISARD et al., 2007). However, the data found in this study suggests the opposite, that younger people experience more accessibility problems. The higher rate of home medical visits among older people (BENTO e BROFMAN, 2009; CHAN et al., 2009; KELLY e ORR, 2009; LAPLANT et al., 2002; OHWAKI et al., 2009; RODRIGUES et al., 2009) or the low frequency of occurrence (8 persons) may explain this fact.

Research on the problems with accessibility to health services is uncommon. Such studies would be useful to health managers, a fact recognized by the Ministry of Health of Brazil and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), who help to fund the present research and others.

This study has the limitation that disabilities were self-reported without clinical confirmation. A more detailed and standardized measurement of functionality would probably better delineate the true source of the accessibility problem confronted. Second, each disability should be studied separately. Third, an adjust by time of disability should be made. Fourth, the disabilities should be graduated in order to separate the most incapacitated. Still, this study is a first step toward better management and planning of health services for persons with disabilities. Additional studies are needed to increase our knowledge about the influence of the environmental factors on accessibility to health services.

Bibliography

- Barros AJ, Hirakata VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. *BMC Med Res Methodol*, 2003; 3:21.
- Bento VFR, Brofman PRS. Impacto da consulta de enfermagem na frequência de internações em pacientes com insuficiência cardíaca em Curitiba - Paraná. *Arq Bras Cardiol*, 2009; 92(6): 490-496.
- Berlau DJ, Corrada MM, Kawas C. The prevalence of disability in the oldest-old is high and continues to increase with age: findings from The 90+ Study. *Int J Geriatr Psychiatry*, 2009; 24(11):1217-25.
- Castro SS, César CLG, Carandina L, Barros MBA, Alves MCGP, Goldbaum M. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. *Cad. Saúde Publica*, 2008; 24(8): 1773-1782.
- Castro SS, César CLG, Carandina L, Barros MBA, Alves MCGP, Goldbaum M. Physical Disability, Recent Illnesses and Health Self-Assessment in a Population-Based Study in São Paulo, Brazil. *Disabil Rehabil*, 2009 (in press)
- CDC - Centers for Disease Control and Prevention. Environmental barriers to health care among persons with disabilities--Los Angeles County, California, 2002-2003. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep.*, 2006; 55(48):1300-3.
- Chan L, Wang H, Terdiman J, Hoffman J, Ciol MA, Lattimore BF, Sidney S, Quesenberry C, Lu Q, Sandel ME. Disparities in outpatient and home health service utilization following stroke: results of a 9-year cohort study in Northern California. *PM R.*, 2009;1(11): 997-1003.
- Clarke P, Nieuwenhuijsen ER. Environments for healthy ageing: a critical review. *Maturitas*, 2009; 64: 14-9.
- Clarke P, Ailshire JA, Bader M, Morenoff JD, House JS. Mobility disability and the urban built environment. *Am J Epidemiol.*, 2008; 168(5):506-13.
- Freire DB, Gigante LP, Béria JU, Palazzo Ldos S, Figueiredo AC, Raymann BC. Access by hearing-disabled individuals to health services in a southern Brazilian city. *Cad Saude Publica.*, 2009; 25(4): 889-97.
- Frisard MI, Fabre JM, Russell RD, King CM, DeLany JP, Wood RH, Ravussin E. Physical activity level and physical functionality in nonagenarians compared to individuals aged 60-74 years. *J Gerontol A Biol Sci Med Sci.*, 2007; 62(7): 783-788.
- Gray DB, Gould M, Bickenbach JE. Environmental barriers and disability. *J Arch Plan Res.*, 2003; 20(1): 29-37.
- Harrington AL, Hirsch MA, Hammond FM, Norton HJ, Bockenek WL. Assessment of Primary Care Services and Perceived Barriers to Care in Persons with Disabilities. *Am J Phys Med Rehabil.*, 2009; 88(10): 852-863.
- Holper L, Coenen M, Weise A, Stucki G, Cieza A, Kesselring J. Characterization of functioning in multiple sclerosis using the ICF. *J Neurol.*, 2009; 257(1):103-13..
- Iezzzone LI, McCarthy EP, Davis RB, Siebens H. Mobility impairments and use of screening and preventive services. *Am J Public Health.*, 2000; 90: 955-961.

- Kelly J, Orr A. Accountability, responsiveness and quality for clients model of home support: a model for improved home support services to promote aging at home. *Healthc Pap.*, 2009; 10(1): 65-71.
- Kiguli J, Ekirapa-Kiracho E, Okui O, Mutebi A, MacGregor H, Pariyo G. Increasing access to quality health care for the poor: community perceptions on quality care in Uganda. *Patient Prefer Adherence*, 2009; 3: 77-85.
- Kroll T, Jones GC, Kehn M, Neri MT. Barriers and strategies affecting the utilisation of primary preventive services for people with physical disabilities: a qualitative inquiry. *Health Soc Care Community*, 2006; 14(4): 284-93.
- LaPlante MP, Harrington C, Kang T. Estimating paid and unpaid hours of personal assistance services in activities of daily living provided to adults living at home. *Health Serv Res.*, 2002; 37(2): 397-415.
- Lawthers AG, Pransky GS, Peterson LE, Himmelstein JH. Rethinking quality in the context of persons with disability. *Int J Qual Health Care*, 2003; 15(4): 289-99.
- Livneh H. Person-environment congruence: a rehabilitation perspective. *Int J Rehabil Res*, 1987; 10(1): 3-19.
- Masala C, Petretto DR. From disablement to enablement: conceptual models of disability in the 20th century. *Disabil Rehabil.*, 2008; 30(17): 1233-1244.
- Nosek MA, Hughes RB, Petersen NJ, Taylor HB, Robinson-Whelen S, Byrne M, Morgan R. Secondary conditions in a community-based sample of women with physical disabilities over a 1-year period. *Arch Phys Med Rehabil*, 2006; 87(3): 320-7.
- Novaes, Hillegonda Maria Dutilh. Pesquisa em, sobre e para os serviços de saúde: panorama internacional e questões para a pesquisa em saúde no Brasil. *Cad Saude Publica*, 2004; 20(supl.2): S147-S157.
- Ohwaki K, Hashimoto H, Sato M, Tamiya N, Yano E. Predictors of continuity in home care for the elderly under public long-term care insurance in Japan. *Aging Clin Exp Res.*, 2009; 21(4-5): 323-8.
- Rimmer JH. Use of the ICF in identifying factors that impact participation in physical activity/rehabilitation among people with disabilities. *Disabil Rehabil.*, 2006; 28(17): 1087-1095.
- Rocha RA, Goes PS. Comparison of access to Oral Health Services between areas covered and not covered by the Family Health Program in Campina Grande, Paraíba State, Brazil. *Cad Saude Publica.*, 2008; 24(12): 2871-80.
- Rodrigues MA, Facchini LA, Piccini RX, Tomasi E, Thumé E, Silveira DS, Siqueira FV, Paniz VM. Use of primary care services by elderly people with chronic conditions, Brazil. *Rev Saude Publica.*, 2009; 43(4): 604-12.
- Scatena LM, Villa TC, Netto AR, Kritski AL, Figueiredo TM, Vendramini SH, Assis MM, Motta MC. Difficulties in the accessibility to health services for tuberculosis diagnoses in Brazilian municipalities. *Rev Saude Publica.* 2009; 43(3): 389-97.
- Schneidert M, Hurst R, Miller J, Üstün B. The role of environment in the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). *Disabil Rehabil*, 2003; 25(11-12): 588-595.

- Schopp LH, Sanford TC, Hagglund KJ, Gay JW, Coatney MA. Removing service barriers for women with physical disabilities: promoting accessibility in the gynecologic care setting. *J Midwifery Womens Health*, 2002; 47(2): 74-9.
- Siqueira FCV, Facchini LA, Silveira DS, Piccini RX, Thumé E, Tomasi E. Architectonic barriers for elderly and physically disabled people: an epidemiological study of the physical structure of health service units in seven Brazilian states. *Cien Saude Colet.*, 2009; 14(1): 39-44.
- Travassos C, Martins M. A review of concepts in health services access and utilization. *Cad Saude Publica.*, 2004; 20(2): S190-S198.
- Tomlinson M, Swartz L, Officer A, Chan KY, Rudan I, Saxena S. Research priorities for health of people with disabilities: an expert opinion exercise. *Lancet*, 2009; 374: 1857-62.
- Vieira-da-Silva LM, Almeida Filho N. Health equity: a critical analysis of concepts. *Cad Saude Publica.*, 2009; 25(Suppl 2): S217-26.
- World Health Organisation. *International Classification of Functioning, Disability and Health*. Geneva, Switzerland: World Health Organization; 2001.

Figure 1: Description of the process of obtaining the final sample and interviews, AceSS, Sao Paulo, 2007.

Table 1: Demographic characteristics of participants and studied variables according to problems with accessibility to the health services, AceSS, Sao Paulo, 2007.

Variables	Problems with accessibility to health services						p
	No		Yes		Total		
	n(280)	%(84.08)	n(53)	%(15.92)	n(333)	%(100.00)	
Disability							<0.01 ⁽¹⁾
Visual	124	90.51	113	9.49	137	100.00	
Hearing	88	91.67	8	8.33	96	100.00	
Mobility	12	46.15	14	53.85	26	100.00	
Multiple	56	75.68	18	24.32	74	100.00	
Gender							>0.05 ⁽¹⁾
M	136	83.95	26	16.05	162	100.00	
F	144	84.21	27	15.79	171	100.00	
Age (years)							<0.05 ⁽²⁾
14-54	73	84.88	13	15.12	86	100.00	
55-69	71	81.61	16	18.39	87	100.00	
70-77	65	80.25	16	19.75	81	100.00	
78-97	71	89.87	8	10.13	79	100.00	
Family head's income ⁽³⁾							<0.05 ⁽²⁾
<1	170	82.93	35	17.07	205	100.00	
1	31	79.49	8	20.51	39	100.00	
2-4.99	43	93.48	3	6.52	46	100.00	
5-7.99	19	90.48	2	9.52	21	100.00	
>8	17	77.27	5	22.73	22	100.00	
Ethnicity							>0.05 ⁽¹⁾
Caucasian	167	84.77	30	15.23	197	100.00	
Black/Mulattoes	106	83.46	21	16.54	127	100.00	
Others	7	77.78	2	22.22	9	100.00	
Use of health service ⁽⁴⁾							<0.01 ⁽¹⁾
No	74	75.51	24	24.49	98	100.00	
Yes	206	87.66	29	12.34	235	100.00	
Necessity of help in daily activities ⁽⁵⁾							<0.02 ⁽¹⁾
No	254	85.81	42	14.19	296	100.00	
Yes	26	70.27	11	29.73	37	100.00	
Private Health Insurance							>0.05 ⁽¹⁾
No	184	82.88	38	17.12	222	100.00	
Yes	92	85.98	15	14.02	107	100.00	
Coverage by Family Health Program							>0.05 ⁽¹⁾
No	256	84.77	46	15.23	302	100.00	
Yes	24	77.42	7	22.58	31	100.00	
Necessity to help to go to health service because the disability ⁽⁶⁾							<0.01 ⁽¹⁾
No	233	84.42	43	15.58	276	100.00	
Yes	27	50.94	26	49.06	53	100.00	

Notes:

⁽¹⁾ χ^2 -test

⁽²⁾ Linear tendency test

⁽³⁾ Monthly minimum wage

⁽⁴⁾ In the last year

⁽⁵⁾ Help to bath and dress, to eat, to rise up and/or to walk.

⁽⁶⁾ The last health service used was considered.

Table 2: Prevalence Ratio (PR) from bivariate analysis and final Poisson regression model of the occurrence of problems with accessibility to health services by persons with disabilities according to socio-demographic characteristics AceSS, Sao Paulo, 2007.

Variables	PR ⁽¹⁾	CI(95%)	p	PR ⁽²⁾	CI(95%)	p
Disability						
Visual	1.13	0.49 – 2.64	>0.05	1.11	0.48 – 2.57	>0.05
Hearing	1.00			1.00		
Mobility	6.46	3.04 – 13.7	<0.01	3.08	1.25 – 7.59	<0.02
Multiple	2.91	1.34 – 6.34	<0.01	2.83	1.26 – 6.33	<0.02
Gender						
M	1.00					
F	0.98	0.59 – 1.61	>0.05	1.03	0.63 – 1.68	(a)
Age (years)						
14-54	1.66	0.29 – 9.47	>0.05	2.29	1.02 – 5.15	<0.05
55-69	1.28	0.20 – 8.18	>0.05	2.40	1.12 – 5.14	<0.03
70-77	2.14	0.39 – 11.73	>0.05	2.23	1.06 – 4.68	<0.04
78-97	1.00			1.00		
Family head's income⁽³⁾						
<1	2.61	0.84 – 8.15	>0.05	1.83	0.68 – 4.45	(a)
1	3.14	0.89 – 11.07	>0.05	1.81	0.61 – 5.37	(a)
2-4.99	1.00			1.00		
5-7.99	1.46	0.26 – 8.12	>0.05	0.87	0.17 – 4.31	(a)
>8	3.48	0.91 – 13.31	>0.05	1.62	0.49 – 5.36	(a)
Necessity of help in daily activities⁽⁴⁾						
No	1.00			1.00		
Yes	2.09	1.18 – 3.70	<0.02	0.74	0.39 – 1.40	(a)
Necessity of help to go to health service because the disability⁽⁵⁾						
No	1.00			1.00		
Yes	3.62	2.26 – 5.80	<0.01	3.01	1.82 – 5.07	<0.01

Notes:

(a) 0.05<p<0.20

⁽¹⁾ Bivariate analysis with Poisson regression model.

⁽²⁾ Adjusted for all variables from the Poisson regression model.

⁽³⁾ Monthly minimum wage.

⁽⁴⁾ Help to bath and dress, to eat, to rise up and/or to walk.

⁽⁵⁾ The last health service used was considered.

5.3.MANUSCRITO 3

Artigo não submetido. Sugestão de periódico *Revista Brasileira de Fonoaudiologia*

Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde: uma questão de saúde pública

Shamyr Sulyvan de Castro; CASTRO, SS
Karina M Paiva, Paiva, KM
Chester Luiz Galvão Cesar; CESAR, CLG

Departamento de Epidemiologia - Faculdade de Saúde Pública FSP – USP
Avenida Dr Arnaldo 715 – 01246-904 – São Paulo-SP

Resumo

Objetivos. Estudar a ocorrência de dificuldades para ouvir e entender profissionais de estabelecimentos de saúde, em um grupo de pessoas com deficiência auditiva e múltipla (auditiva e visual e/ou mobilidade), e discutir o problema no âmbito das políticas públicas de saúde e suas implicações na saúde desses indivíduos. **Métodos.** Estudo transversal, realizado no ano de 2007, na cidade de São Paulo e região, sobre os problemas de acessibilidade de pessoas com deficiência aos serviços de saúde, por meio de entrevista domiciliar com questionário semiestruturado. Foram entrevistados 160 indivíduos com deficiência auditiva e/ou deficiência múltipla. **Resultados.** Problemas para ouvir e entender os profissionais de saúde no último serviço visitado foram relatados por 35% dos entrevistados; 30,6% (IC: 23,4-37,8) apontaram dificuldades para entender os médicos; 18,1% (IC: 12,0-24,1), para entender as enfermeiras; e 21,2% (IC: 14,8-27,6) para entender os outros funcionários. Não houve diferenças estatísticas quando se considerou as variáveis sexo, idade, renda do chefe da família, raça ou etnia, necessidade de ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar-se e/ou andar, possuir ou não plano privado de saúde e tipo de serviço de saúde visitado. **Discussão.** As dificuldades para ouvir e entender os profissionais de saúde foram relatadas por 35% dos entrevistados e não apresentaram relação direta com as variáveis independentes estudadas. Tais dificuldades podem levar à menor utilização dos serviços de saúde, implicando em prejuízos para a saúde das pessoas com deficiência auditiva e ferindo o princípio da equidade. **Conclusão.** Esses dados podem fornecer suporte para as políticas públicas vigentes, no sentido de avaliar, planejar e reformular ações em saúde específicas para esse grupo de pessoas, promovendo o uso dessas informações voltadas para a gestão das políticas, para garantir a equidade em saúde.

Introdução

O grupo populacional constituído pelas pessoas com algum tipo de deficiência totaliza cerca de 600 milhões no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2008). No Brasil, aproximadamente 14,5% da população referiu algum tipo de deficiência no censo demográfico do ano de 2000 (IBGE, 2003). Entre estes, mais de cinco milhões relataram deficiência auditiva, incluindo incapacidade auditiva e dificuldade de ouvir. Observou-se uma percentagem de 11,1% de pessoas com algum tipo de deficiência em áreas do estado de São Paulo (CASTRO et al., 2008).

A deficiência auditiva caracteriza-se pela perda parcial ou total da capacidade de ouvir (BRASIL, 2003), manifestando-se em diferentes graus: leve, moderado, severo e profundo, em virtude da redução da sensibilidade ou da discriminação auditiva. As consequências mais importantes da deficiência auditiva estabelecidas pela OMS estão relacionadas à incapacidade auditiva e à desvantagem auditiva. A primeira relaciona-se ao comprometimento do desempenho e da habilidade do indivíduo para utilizar a audição nas atividades diárias, como percepção dos sons de fala e do ambiente. A outra repercute no desempenho de suas atividades e de seu papel na sociedade, assim como em suas aspirações educacionais, sociais e ocupacionais em decorrência da deficiência e da incapacidade auditiva (MARQUES et al., 2004).

Esse tipo de deficiência prejudica a compreensão da fala, interferindo no processo de comunicação e exigindo das pessoas com deficiência auditiva a utilização de estratégias de comunicação para melhor compreensão da fala. Essas estratégias constituem-se em um conjunto de atitudes que facilitam a compreensão da mensagem, garantindo a efetividade da comunicação (JACOB et al., 2000). O uso da leitura orofacial é uma das estratégias mais utilizadas pelas pessoas com acometimentos auditivos, feita de forma inconsciente ao se comunicar por meio da observação da expressão facial, gestos, mudança de postura e pistas que auxiliam na decodificação da informação. Assim, esses indivíduos tendem a apresentar um perfil de saúde e de uso dos serviços de saúde diferenciado exigindo maior atenção e cuidado no seu atendimento (FREIRE et al., 2009).

As pessoas com deficiência necessitam de cuidados em saúde direcionados, por constituírem um grupo heterogêneo que reúne indivíduos com peculiaridades inerentes à sua deficiência (FREIRE et al., 2009).

O conhecimento dessas questões por parte dos profissionais de saúde é essencial na tentativa de se obter sucesso na comunicação, impedindo que essa deficiência possa afetar a troca de informações entre a pessoa com deficiência auditiva e os profissionais de saúde (BERNARDES et al., 2009; PAGLIUCA et al., 2007).

Considerando o perfil de saúde diferenciado das pessoas com deficiência; as dificuldades no uso dos serviços de saúde; a possibilidade de que problemas possam ser evidenciados e a chance de que, posteriormente, essas informações possam servir de orientação na criação de medidas, ações ou políticas em saúde para a melhoria do atendimento a essas pessoas, estudos que investiguem as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência devem ser estimulados.

Objetivo

Estudar a ocorrência de dificuldades para ouvir e entender profissionais de estabelecimentos de saúde (médicos, enfermeiros, recepcionistas, atendentes e outros funcionários), por um grupo de pessoas com deficiência auditiva ou múltipla (auditiva e outra).

Metodologia

Um estudo transversal foi realizado na cidade de São Paulo no ano de 2007, o estudo de acessibilidade aos serviços de saúde de pessoas com deficiência, AceSS 2007. As informações foram coletadas por entrevistas domiciliares, utilizando um questionário semi-estruturado como instrumento de coleta de dados. O questionário é composto de diferentes blocos, com perguntas específicas para cada tipo de deficiência estudada (mobilidade, visual e/ou auditiva), além de partes que foram respondidas por todas as pessoas, independentemente da deficiência. Utilizaram-se, no presente artigo, as informações sobre problemas para ouvir e entender completamente o que médicos, enfermeiros, atendentes, recepcionistas e outros funcionários disseram durante atendimentos em estabelecimentos de saúde. A equipe de entrevistadores de campo recebeu capacitação específica para a aplicação do questionário e 10% das entrevistas foram checadas aleatoriamente pelos supervisores de campo.

Os sujeitos do estudo AceSS foram selecionados a partir de dois inquéritos de saúde conduzidos no ano de 2001 (ISA-Capital) e 2003 (ISA-SP)^S. As pessoas que referiram alguma deficiência nesses dois inquéritos foram selecionadas, listadas, localizadas e novamente entrevistadas no estudo AceSS 2007. Inicialmente, foram selecionadas 669 pessoas. Uma pesquisa de campo para localização dos sujeitos a serem entrevistados verificou que 116 pessoas haviam falecido, 27 mudaram-se para fora da área estudada e 28 pessoas tiveram as deficiências corrigidas^T. Esses indivíduos foram excluídos da pesquisa por não apresentarem as características da amostra pretendida. Outras 118 pessoas não foram localizadas, 15 recusaram-se a participar, 29 não foram encontradas em casa após três visitas em dias e horários diferentes e três não estavam aptas a responder e o *proxy* não sabia as respostas. Esses casos foram considerados perdas amostrais da pesquisa. Assim, partindo-se de uma amostra inicial de 669 pessoas, 171 foram excluídas porque faleceram ou não faziam mais parte da amostra, restando então, 498 pessoas. Registrou-se uma perda de 165 indivíduos. Dessa forma, 333 pessoas foram entrevistadas no ano de 2007, aproximadamente seis anos após o primeiro contato, obtendo-se uma taxa de resposta de 66,9%.

A variável dependente, sobre os problemas para ouvir e entender o que os funcionários de estabelecimentos de saúde disseram foram coletadas em três perguntas específicas que diziam respeito ao último serviço de saúde utilizado. As perguntas foram feitas da seguinte forma: *Em decorrência de sua dificuldade de audição, o(a) senhor(a) teve algum problema para ouvir e entender o que o médico disse?*, aplicando-se também a enfermeiros e outros funcionários^U. Posteriormente,

^S Cesar CLG, Segri NJ, Sportello R. Inquéritos de saúde no estado de São Paulo [internet]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2005 dez 9 [atualizado 2009 out 13]. Disponível em: <<http://hygeia.fsp.usp.br/isa-sp>>. Acesso em 10 maio 2010

^T Correções por cirurgias e/ou outros tratamentos médicos.

^U Recepcionistas, atendentes e outros funcionários de nível médio de ensino.

foi criada uma variável para agregar as respostas das três questões. Além disso, foram estudados, como variáveis independentes, o sexo, a idade (categorizada em quartis: 14-54 anos, 55-69 anos, 70-77 anos, 78-97 anos), a renda do chefe da família em salários mínimos por mês (<1 sm, 1 sm, 2-4,99 sm, 5-7,99 sm, >8 sm), a raça ou etnia (branco, negro/mulato, outros), a necessidade ou não de ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar-se e/ou andar, o fato de o entrevistado possuir ou não plano de saúde privado e o serviço de saúde procurado pela última vez (UBS/AMA/APA/ESF/PSF, consultório médico, ambulatório, emergência, hospital, outros.).

A significância adotada foi de 5% e testada com teste de *Qui-Quadrado*. O software EpiData foi usado na digitação dos dados e o *Stata 9.2®* na sua análise.

A presente pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, por meio do protocolo número 1653.

Resultados

Foram estudadas 160 pessoas, que faziam parte da amostra do estudo AceSS 2007, que referiram ter deficiência auditiva (138 com baixa audição e 22 com surdez unilateral) ou deficiência auditiva associada a outra deficiência (visual ou de mobilidade).

As características sociodemográficas da população estudada, segundo problemas para ouvir e entender os profissionais de saúde, assim como as características do atendimento, como o tipo de plano de saúde, o serviço procurado e a necessidade de ajuda estão descritos no Quadro 1.

Entre as pessoas com deficiência estudadas na amostra, 35% relataram problemas para ouvir e entender o que foi dito por profissionais de saúde no último serviço de saúde utilizado. Desses, 30,6% (IC: 23,4-37,8) tiveram problemas para ouvir e entender o que os médicos disseram; 18,1% (IC: 12,0-24,1) o que as enfermeiras disseram; e 21,2% (IC: 14,8-27,6), o que recepcionistas, atendentes e outros funcionários disseram (dados não mostrados em tabela).

Na Tabela 1, observa-se a relação entre os problemas para ouvir e entender o que os profissionais de saúde disseram por ocasião do último serviço de saúde procurado pelos entrevistados com as variáveis sociodemográficas, tipo de atendimento e necessidade de ajuda.

Foram verificadas pequenas diferenças nas variáveis tipo de deficiência e sexo. Entre as pessoas que relataram ter somente deficiência auditiva, 34,7% tiveram problemas para ouvir e entender o que os profissionais de saúde disseram. Essa porcentagem é de 35,4% para o grupo de pessoas com deficiência auditiva associada a outro tipo de deficiência. Em relação ao sexo 35,3% das pessoas do sexo masculino relataram problemas para ouvir e entender o que foi dito por profissionais de saúde, sendo que entre as pessoas do sexo feminino, a porcentagem foi de 34,7%.

A ocorrência dos problemas de comunicação estudados foi relatada por 28,6% das pessoas com idade entre 14 e 54 anos; 35% dos entrevistados de 55 a 69 anos; 37,2% dos sujeitos de 70 a 77 anos; e por 36,7% dos indivíduos com idade entre 78 e 97 anos.

A distribuição da variável de estudo segundo renda do chefe da família foi de 33,7% para pessoas de famílias com chefes que ganhavam menos de um salário

mínimo, de 50% entre os entrevistados pertencentes a famílias com renda de um salário mínimo; 35% para a renda entre dois a cinco salários mínimos; 25% para renda entre cinco e oito salários mínimos; e 27,3% para pessoas com renda do chefe da família maior que oito salários mínimos.

Considerando-se a necessidade de ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar-se e/ou andar, 27,8% das pessoas que não precisavam de ajuda relataram ter tido problemas para ouvir e entender o que foi dito pelos profissionais dos estabelecimentos de saúde enquanto 37,1% dos entrevistados que precisavam de ajuda tiveram o mesmo problema. Dos entrevistados que não possuíam plano de saúde privado, 34,5% tiveram dificuldades para ouvir e entender o que foi dito por profissionais de saúde. Essa porcentagem foi de 38,9% entre as pessoas que tinham plano de saúde particular.

Os dados dos entrevistados que usaram as unidades básicas de saúde e correlatos^V na última visita a um serviço de saúde mostraram que 30,5% deles não conseguiram ouvir e entender o que lhes foi dito. Essa porcentagem é de 23,5% entre os entrevistados que foram ao consultório médico na última vez em que usaram um serviço de saúde; de 50% para aqueles que foram a um ambulatório; 50% para os que procuraram um serviço de emergência; 43,2% para os que foram diretamente ao hospital; e de 20% para os entrevistados que utilizaram outros serviços.

Não foi observada associação estatisticamente significativa entre os problemas para ouvir e entender o que foi dito pelos profissionais de saúde no último serviço de saúde visitado e as variáveis sociodemográficas, tipo de atendimento e necessidade de ajuda.

Discussão

Entre as pessoas que relataram algum déficit auditivo, 35% confirmaram dificuldades para ouvir e entender o que os profissionais de saúde disseram na última visita a algum serviço de saúde. Esses relatos sugerem um despreparo dos profissionais de saúde e do próprio serviço para atender a essa demanda populacional, no que se refere a recursos alternativos e maior disponibilidade de tempo na tentativa de uma comunicação eficiente, essencial para o sucesso do atendimento.

A maior porcentagem relatada de não entendimento dos profissionais de saúde foi atribuída aos médicos (30,6%), o que pode ser apontado como consequência de diversos fatores, como o curto tempo de realização das consultas nos serviços de saúde, decorrente da grande demanda de atendimento, e o despreparo para o atendimento por parte dos profissionais de saúde, considerando também que o médico pode ser o profissional de saúde com quem as pessoas têm mais contato. Além disso, CARDOSO et al. relatam que as dificuldades de comunicação nos serviços de saúde para o grupo de pessoas com deficiência auditiva severa que estudaram, não se restringia somente aos médicos, mas a outros profissionais da área como farmacêutico e dentista e também à funcionários como secretárias e recepcionistas, informação corroborada por outros estudos (IEZZONI et al., 2004; McALEER, 2006; PEREIRA e FORTES, 2010).

^V UBS/AMA/APA/ESF/PSF

Não foram verificadas diferenças estatisticamente significantes entre a dificuldade de ouvir e entender o que foi dito pelos profissionais de saúde e o tipo de deficiência; sexo; idade; renda do chefe da família; raça ou etnia; necessidade de ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar e/ou andar; existência de plano de saúde privado e tipo de serviço procurado. Pode-se sugerir que essas variáveis não influenciam diretamente a ocorrência da dificuldade na comunicação com os funcionários. Entretanto, é necessário ressaltar que, neste estudo, não foram avaliados o tipo e o grau da deficiência auditiva nem a presença de acompanhantes durante os atendimentos.

As dificuldades relatadas no entendimento do que foi dito por médicos, enfermeiros e outros profissionais dos estabelecimentos de saúde são um fator relevante no que diz respeito à forma e à qualidade dos atendimentos em saúde realizados. A comunicação efetiva é um item imprescindível nesse contexto (TEUTSCH, 2006), pois, além de representar um ponto de interação entre o profissional de saúde e o cliente (SOAR FILHO, 1998), é um importante alicerce para o vínculo de relação entre médico-paciente (BECK et al., 2002) e para a aderência ao tratamento (ZOLNIEREK e DIMATTEO, 2009). Alguns estudos apontam que a comunicação é vista como ferramenta importante da área médica, a ponto de merecer especial ênfase durante a formação acadêmica dos médicos (ROSSI e BATISTA, 2006; GROSSEMAN e STOLL, 2008).

SILVA et al. (2000), nos fornecem os elementos do processo de comunicação. A partir do momento em que o receptor da mensagem transmitida pelo emissor se torna vulnerável e não consegue efetivamente entender o que lhe é dito, o processo de comunicação fica comprometido e, por consequência, a resposta pode não ser a mais adequada ou esperada. Quando esse evento aplica-se à comunicação entre o profissional de saúde e o paciente, fatores como satisfação com o atendimento, aderência ao tratamento, confiança no profissional de saúde, resolução dos sintomas, qualidade de vida, situação de saúde e até mesmo mortalidade podem ser afetados (BECK et al., 2002).

O não entendimento completo de instruções transmitidas por médicos, enfermeiros e outros profissionais de estabelecimentos de saúde não se traduz simplesmente na dificuldade de interpretação do discurso do profissional de saúde, mas em interpretações errôneas que podem acarretar prejuízos ao bem estar e à saúde do indivíduo, comprometendo a acessibilidade aos serviços de saúde. Entende-se por acessibilidade o grau de ajuste entre as características dos serviços de saúde e as das populações, no processo de busca e obtenção da atenção em saúde (FRENK, 1985). Dessa forma, os serviços de saúde usados pelo grupo de pessoas com deficiência auditiva devem ser alvo de intervenções dirigidas e específicas, por tratar-se de um grupo com características diferenciadas, que necessita de intervenções também diferenciadas (FREIRE et al., 2009), para ter assegurado o acesso equitativo aos serviços de saúde garantidos por lei a todos os brasileiros (FERRAZ e VIEIRA, 2009).

Outro fator relevante é a ocorrência da deficiência auditiva com o aumento da idade (CRUZ et al., 2009), considerando-se que o número de pessoas idosas está aumentando de forma acelerada nos países em desenvolvimento (MENDES et al., 2005). Projeções do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que no período de 2045-2050, a esperança de vida ao nascer no país será de 80,97

anos contra 72,78 anos registrados em 2008^W, o que evidencia o envelhecimento populacional. Investimentos direcionados a esse grupo populacional, assim como a avaliação das políticas públicas existentes, poderiam favorecer a qualidade de vida e de saúde dessa parcela da população, garantindo a acessibilidade aos serviços de saúde, diminuindo os obstáculos para obtenção do atendimento adequado em saúde.

De acordo com a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (Portaria nº 2.073/GM, de 6 de setembro de 2004) (BRASIL, 2004), os resultados das ações decorrentes dessa política na atenção básica e nos serviços de média e alta complexidade devem promover uma ampla cobertura no atendimento às pessoas com deficiência auditiva no Brasil, com aprimoramento da gestão, da disseminação de informações e uma visão dinâmica do estado de saúde dessas pessoas. Além disso, a capacitação e a educação continuada das equipes de saúde em todos os âmbitos de atenção, envolvendo profissionais de diferentes níveis, devem estar alicerçadas nas diretrizes do SUS e em pólos de educação permanente em saúde (MENDES et al., 2005).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002) (BRASIL, 2003) estabelece, como uma de suas diretrizes a “Atenção integral em saúde”, atribuindo ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à sua rede a responsabilidade direta nos cuidados de saúde das pessoas com deficiências, com garantia de acesso a ações básicas e de maior complexidade, reabilitação e também fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (BRASIL, 2004).

A implementação, avaliação e controle das políticas públicas vigentes pode representar uma ferramenta de gestão e regulação, diminuindo as iniquidades no atendimento em saúde de pessoas com deficiências.

Mais estudos na área são recomendados, pois podem fornecer informações para as políticas de saúde, subsidiando novas formas de planejamento e intervenção.

Conclusão

As dificuldades na comunicação entre pacientes e profissionais de saúde relatadas neste estudo, podem implicar em menor utilização dos serviços de saúde, comprometendo a qualidade de vida e de saúde das pessoas com deficiência auditiva, além de influenciar na relação médico-paciente, na confiança no profissional de saúde e na aderência ao tratamento.

A acessibilidade ao serviço de saúde pode ser um problema para as pessoas com algum tipo de deficiência auditiva. Intervenções específicas e dirigidas junto aos serviços de saúde utilizados por esse grupo populacional, assim como a avaliação das políticas públicas vigentes, efetivando o que é garantido por lei, representariam uma forma de minimizar as dificuldades decorrentes dessa deficiência e promover a atenção integral em saúde.

O preparo das equipes de saúde também é um fator essencial para o encaminhamento das pessoas com deficiência auditiva aos serviços de média e alta complexidade, para casos de avaliação audiológica, protetização e reabilitação auditiva. Além disso, a capacitação de profissionais de saúde para atuar em saúde

^W IBGE – Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980-2050. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf?bcsi_scan_D2AD62A071FDB58E=0&bcsi_scan_filename=projecao.pdf. Acessado em 2009 set 04.

auditiva pode levar a impactos positivos entre os profissionais e também entre os gestores, tanto no conhecimento sobre o tema quanto no acesso dos deficientes auditivos aos serviços de audiologia (MELO e ALVARENGA, 2009). Dessa forma, estariam garantidos os princípios de universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Bibliografia

- Beck RS, Daughtridge R, Sloane P. Physician-patient communication in the primary care office: a systematic review. *J Am Board Fam Pract* 2002; 15: 25-38.
- Bernardes LCG, Maior IMML, Spezia CH, Araujo TCCF. Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência&Saúde Coletiva* 2009; 14(1): 31-8.
- Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 198 de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política nacional de educação permanente em saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. *Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil*. 29 fev 2004.
- Cardoso AHA, Rodrigues KG, Bachion MM. Perception of persons with severe or profound deafness about the communication process during health care. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2006; 14(4): 553-560.
- Castro SS, César CLG, Carandina L, Barros MBA, Alves MCGP, Goldbaum M. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. *Cad. Saúde Pública* 2008; 24(8): 1773-1782.
- Cruz MS, Oliveira LR, Carandina L, Lima MCP, Cesar CLG, Barros MBA, Alves MCGP, Goldbaum M. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. *Cad Saude Púb.* 2009; 25(5): 1123-31.
- Cruz MS, Oliveira LR, Carandina L. Inquéritos de saúde e fonoaudiologia. *Rev CEFAC* 2009; 11(1): 166-72.
- Ferraz OLM, Vieira FS. Direito à saúde, recursos escassos e equidade: os riscos da interpretação judicial dominante. *Dados* 2009; 52(1): 223-251.
- Freire DB, Gigante LP, Béria JU, Palazzo LS, Figueiredo ACL, Raymann BCW. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil. *Cad Saude Pública* 2009; 25(4): 889-97.
- Frenk J. El concepto y la medición de accesibilidad. *Salud Pública de México*, 1985; 27(5): 438-53.
- Grosseman S, Stoll C. O ensino-aprendizagem da relação médico-paciente: estudo de caso com estudantes do último semestre do curso de medicina. *Rev Bras Educ Med* 2008; 32(3):301-8.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Características Gerais da População. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE; 2003.
- Iezzoni LI, O'Day BL, Killeen M, Harker H. Communicating about health care: observations from persons who are deaf or hard of hearing. *Ann Intern Med*. 2004; 140(5):356-62.

- Jacob LCB, Alvarenga KF, Zeigelboim BS. Avaliação audiológica do sistema nervoso auditivo central. *Arquiv. Int Otorr* 2000; 4(4): 144-151.
- Marques ACO, Kozłowski L, Marques JM. Reabilitação auditiva no idoso. *Rev. Bras. Otorrinolaringol.* 2004; 70: 806-11.
- Melo TM, Alvarenga KF. Capacitação de profissionais da saúde na área de saúde auditiva: revisão sistemática. *Rev. soc. bras. fonoaudiol.* 2009; 14(2): 280-286.
- McAleer M. Communicating effectively with deaf patients. *Nurs Stand.* 2006; 20(19): 51-4.
- Mendes MRSSB, Gusmão JL, Faro ACM, Leite RCBO. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paul. Enferm.* 2005; 18(4): 422-426.
- Organização das Nações Unidas. Follow-up to the World Summit for Social Development and the twenty-fourth special session of the General Assembly: emerging issues: "Mainstreaming disability in the development agenda". 2008. [acessado em 2009 set 07]. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/reports/e-cn5-2008-6.doc>.
- Pagliuca LMF, Fiúza NLG, Rebouças CBA. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. *Rev Esc Enferm USP* 2007; 41(3): 411-8.
- Pereira PC, Fortes PA. Communication and information barriers to health assistance for deaf patients. *Am Ann Deaf.* 2010;155(1):31-7.
- Rossi PS, Batista NA. O ensino da comunicação na graduação em Medicina, uma abordagem. *Interface* 2006; 10(19): 93-102.
- Silva ALA, Guilherme M, Rocha SSL, Silva MJP. Comunicação e enfermagem em saúde mental – reflexões teóricas. *Rev Latino-am. Enfermagem* 2000; 8(5): 65-70.
- Soar Filho EJ. A interação médico-cliente. *Rev Ass Med Brasil* 1998; 44(1): 35-42.
- Teutsch C, Patient-doctor communication. *Med Clin N Am* 2006; 87:1115-45.
- Zolnieriek KBH, DiMatteo MR. Physician communication and patient adherence to treatment: a meta-analysis. *Med Care* 2009; 47: 826-34.

Quadro 1: Caracterização do grupo de pessoas com deficiência estudado, AceSS, 2007.

Variáveis estudadas	n	%
Problemas para ouvir e entender o que os funcionários disseram⁽¹⁾	160	100,00
Não	104	65,00
Sim	56	35,00
Deficiência	160	100,00
Auditiva	95	59,38
Múltipla	65	40,62
Sexo	160	100,00
M	85	53,13
F	75	46,87
Idade (anos)	160	100,00
14-54	28	17,50
55-69	40	25,00
70-77	43	26,88
78-97	49	30,62
Renda do chefe da Família⁽²⁾	160	100,00
<1	101	63,13
1	20	12,50
2-4,99	20	12,50
5-7,99	8	5,00
>8	11	6,87
Raça⁽³⁾	159	100,00
Branca	96	60,38
Negro/Mulato	56	35,22
Outros	7	4,40
Necessidade de ajuda⁽⁴⁾	160	100,00
Não	142	88,75
Sim	18	11,28
Plano de saúde privado	160	100,00
Não	99	61,88
Sim	61	38,12
Serviço procurado⁽⁵⁾	159	100,00
UBS/AMA/APA/ESF/PSF	59	37,11
Consultório médico	34	21,38
Ambulatório	14	8,81
Emergência	10	6,29
Hospital	37	23,27
Outros	5	3,14

Notas:

⁽¹⁾ Médicos, enfermeiras, recepcionistas, atendentes e outros funcionários⁽²⁾ Salários mínimos por mês⁽³⁾ 1 perda.⁽⁴⁾ Ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar e/ou andar.⁽⁵⁾ 1 perda.

Variáveis	Problemas para ouvir e entender o que os funcionários disseram ⁽¹⁾					
	Não		Sim		Total	
	n(104)	%(65,00)	n(56)	%(35,00)	n(160)	%(100,00)
Deficiência						
Auditiva	62	65,26	33	34,74	95	100,0
Múltipla	42	64,62	23	35,38	65	100,0
Sexo						
M	55	64,71	30	35,29	85	100,0
F	49	65,33	26	34,67	75	100,0
Idade (anos)						
14-54	20	71,43	8	28,57	28	100,0
55-69	26	65,00	14	35,00	40	100,0
70-77	27	62,79	16	37,21	43	100,0
78-97	31	63,27	18	36,73	49	100,0
Renda do chefe da Família⁽²⁾						
<1	67	66,34	34	33,66	101	100,0
1	10	50,00	10	50,00	20	100,0
2-4,99	13	65,00	7	35,00	20	100,0
5-7,99	6	75,00	2	25,00	8	100,0
>8	8	72,73	3	27,27	11	100,0
Raça⁽³⁾						
Branca	62	64,58	34	35,42	96	100,0
Negro/Mulato	36	64,29	20	35,71	56	100,0
Outros	5	71,43	2	28,57	7	100,0
Necessidade de ajuda⁽⁴⁾						
Não	26	72,22	10	27,78	36	100,0
Sim	78	62,90	46	37,10	124	100,0
Plano de saúde privado						
Não	93	65,49	49	34,51	142	100,0
Sim	11	61,11	7	38,89	18	100,0
Serviço procurado⁽⁵⁾						
UBS/AMA/APA/ESF/PSF	41	69,49	18	30,51	59	100,00
Consultório médico	26	76,47	8	23,53	34	100,00
Ambulatório	7	50,00	7	50,00	14	100,00
Emergência	5	50,00	5	50,00	10	100,00
Hospital	21	56,76	16	43,24	37	100,00
Outros	4	80,00	1	20,00	5	100,00

Notas:

⁽¹⁾ Médicos, enfermeiras, recepcionistas, atendentes e outros funcionários

⁽²⁾ Salários mínimos por mês.

⁽³⁾ 1 perda.

⁽⁴⁾ Ajuda para tomar banho e vestir-se, comer, levantar e/ou andar.

⁽⁵⁾ 1 perda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas observações sobre as limitações deste estudo devem ser feitas. Todas as informações foram auto-referidas, sem confirmações por exames físicos ou clínicos, o que melhoraria a exatidão dos dados, porém, com custos financeiros agregados. Os níveis de funcionalidade poderiam ter sido avaliados por instrumentos específicos. Diferentes níveis de funcionalidade implicam em diferentes resultados ou formas de abordagem durante a pesquisa e análise dos dados. Estudos separados deveriam ser feitos para cada uma das deficiências. Quando diferentes tipos de deficiência são abordados em uma mesma pesquisa, problemas de definição e coleta de dados podem ser encontrados. O tempo de deficiência deve ser coletado quando se estuda as pessoas com alguma deficiência, considerando que essa variável pode ter influência sobre outras, como a autoavaliação em saúde e o aparecimento de doenças crônicas. Além disso, os estudos transversais permitem apenas a identificação de uma relação entre as variáveis estudadas, mas a direção dessa associação é determinada por outros desenhos de estudo.

Por questões operacionais, optamos por apresentar, nesta tese, as informações de três artigos que já foram preparados para publicação. Entretanto, outros dados, que foram coletados e analisados, serão oportunamente submetidos à publicação. Para efeitos da defesa de doutorado, somente os achados dos três artigos foram apresentados e discutidos.

No primeiro manuscrito, as análises mostraram que o tempo de deslocamento até o serviço de saúde, a necessidade de acompanhante e o meio de transporte utilizado foram fatores importantes envolvidos no processo de deslocamento da casa do entrevistado até o serviço de saúde, segundo os relatos das pessoas com deficiência participantes da Fase I do Estudo AceSS. O tempo de espera para atendimento, problemas com estacionamento, ausência de rampas, falta de sanitários adaptados, sala de espera com lugares insuficientes, inexistência de cadeira de rodas para pacientes e salas bloqueadas por obstáculos arquitetônicos foram os fatores citados pelos entrevistados como problemas na acessibilidade aos serviços de saúde, dificultando ou impedindo o seu correto uso. Os problemas citados anteriormente atuariam como obstáculos ao uso dos serviços de saúde pelas pessoas com

deficiência, contrariando o princípio da equidade, que norteia o Sistema Único de Saúde (SUS). A equidade em saúde se baseia na idéia de que todos os indivíduos de uma sociedade devem ter oportunidades iguais para desenvolver seu potencial de saúde e o sistema que se baseia na equidade deveria atuar contra os obstáculos observados, reduzindo as diferenças evitáveis ou injustas entre os indivíduos.

No segundo manuscrito, 15,92% dos entrevistados relataram enfrentar problemas de acessibilidade aos serviços de saúde. O artigo também mostrou que as pessoas com paralisia ou amputação e com mais de uma deficiência tiveram mais problemas de acessibilidade que os outros, assim como pessoas com idade inferior a 78 anos e aquelas que precisavam de ajuda para ir ao serviço de saúde.

O terceiro manuscrito mostrou que 35% dos 160 entrevistados com alguma deficiência auditiva relataram problemas para ouvir e entender o que foi dito pelos profissionais de saúde. Esse fato pode implicar em menor utilização dos serviços de saúde e possíveis prejuízos à saúde das pessoas com esse tipo de deficiência.

As informações sobre os tipos de problemas na acessibilidade aos serviços de saúde, bem como do perfil das pessoas com deficiência que enfrentam esses problemas, podem ser úteis na criação de programas e políticas em saúde que tenham por objetivo o incremento do uso dos serviços de saúde por esse grupo populacional. O aumento do uso e o uso efetivo dos serviços de saúde poderiam resultar em melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

7. BIBLIOGRAFIA

Ameratunga SN; Norton RN; Benett DA; Jackson RT. Risk of disability due to car crashes: a review of the literature and methodological issues. *Injury* 2004; 35(11): 116-27.

Ameratunga SN; Norton RN; Connor JL; Robinson E; Civil I; Covardale J; Bennett D; Jackson RT. A population-based cohort study of longer-term changes in health of car drivers involved in serious crashes. *Ann Emerg Med*. 2006; 48(6): 729-36.

Amiralian MLT; Pinto EB; Ghirardi MIG; Lichtig I; Masini EFS; Pasqualin L. Conceituando deficiência. *Rev. Saúde Pública* 2000; 34(1): 97-103.

Amorim VMSL; Barros MBA; Cesar CLG; Carandina L; Goldbaum M. Fatores associados à não realização do exame de Papanicolaou: um estudo de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cad de Saú Púb*, 2006; 22(11): 2329-2338.

Andrade SC. Qualidade da dieta de adolescentes residentes na região metropolitana de São Paulo, 2000- 2002. São Paulo; 2004. [Projeto de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Andrade SC; Barros MBA; Carandina L; Goldbaum M; Cesar CLG; Fisberg RM. Dietary quality and associated factors among adolescents of the State of Sao Paulo, Brazil. *The Journal of Pediatrics* 2010; 156: 456-460.

Barros AJ; Hirakata VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. *BMC Med Res Methodol*. 2003; 3:21.

Beange H. Caring for a vulnerable population. *The Medical Journal of Australia*, 1996; 164: 159-60.

Beatty PW; Hagglund KJ; Neri MT; Dhont KR; Clarck MJ; Hilton AS. Access to health care services among people with chronic or disabling conditions: patterns and predictors. *Arch Phys Med Rehabil*, 2003; 84(10): 1417-25.

Branigan M; Stewart DE; Tardif GS; Veltman A. Perceptions of primary healthcare services among persons with physical disabilities. Part 2: Quality issues. *Medscape Gen Med*, 2001; 3(2).

Brasil.Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Brasil. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília-DF, 20 de dezembro de 1999.

Brasil. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro 2004. Regulamenta as Leis n.10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou

com mobilidade reduzida, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5.

Brasil. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: 2007.

Bueno MB. Consumo alimentar de açúcar adicionado entre adultos residentes no Estado de São Paulo. São Paulo; 2004. [Tese de qualificação de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Bueno MB; Cesar CLG; Martini LA; Fisberg RM. Dietary calcium intake and overweight: An epidemiologic view. *Nutrition* 2008; 24: 1110-1115.

Campos FG; Barrozo LV; Ruiz T; Cesar CLG; Barros MBA; Carandina L; Goldbaum M. Distribuição espacial dos idosos de um município de médio porte do interior paulista segundo algumas características sócio-demográficas e de morbidade. *Cadernos de Saúde Pública* 2009; 25: 77-86.

Carvalho WO. Uso de serviços de saúde materno-infantis na Região Sudoeste da Grande São Paulo em dois períodos: 1990-2002. Inquérito de saúde como fonte de dados para estudos de utilização de serviços de saúde. São Paulo; 2004. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Carvalho WO; Cesar CLG; Carandina L; Barros MBA; Alves MCGP; Goldbaum M. Inquéritos de saúde e uso de serviços de saúde em três municípios da Grande São Paulo. *Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health* ,2008; 24: 314-323.

Castro SS; Cesar CLG; Carandina L; Barros MBA; Alves MCGP; Goldbaum M. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública* 2008; 24: 1773-1782.

Castro SS, Cesar CL, Carandina L, Barros MB, Alves MC, Goldbaum M. Physical disability, recent illnesses and health self-assessment in a population-based study in São Paulo, Brazil. *Disabil Rehabil*. 2010 [Epub ahead of print]

Cesar CLG; Carandina L; Alves MCP; Barros MBA; Goldbaum M. Saúde e Condição de Vida em São Paulo - Inquérito Multicêntrico de Saúde no Estado de São Paulo - ISA-SP. São Paulo: USP/FSP, 2005.

Chan L; Doctor JN; Macle hose RF; Lawson H; Rosenblatt RA; Baldwin LM; Jha A. Do Medicare patients with disabilities receive preventive services? A population-based study. *Arch Phys Med Rehabil*, 1999; 80: 642-6.

Chan L; Beaver S; Macle hose RF; Jha A; Maciejewski M; Doctor JN. Disability and health care costs in the medicare population. *Arch Phys Med Rehabil*, 2002; 83: 1196-1201.

Chaves ES; Boninger ML; Cooper R; Fitzgerald SG; Gray DB; Cooper RA. Assessing the influence of wheelchair technology on perception of participants in spinal cord injury. *Arch Phys Med Rehabil*, 2004; 85: 1854-8.

Christensen LB; Hede B; Petersen PE. Public dental health care program for persons with disability. *Acta Odontologica Scandinavica*, 2005; 63: 278-83.

- Coppel DH; Packham CJ; Varnam MA. Providing welfare rights advice in primary care. *Public Health*, 1999; 133: 131-35.
- Coutinho LMS; Scazufca M; Menezes PR. Métodos para estimar razão de prevalência em estudos de corte transversal. *Rev. Saúde Pública* 2008; 42(6): 992-998.
- Coyle CP; Santiago MC; Shank JW; Ma GX; Boyd R. Secondary conditions and women with physical disabilities: a descriptive study. *Arch Phys Med Rehabil*, 2000; 81: 1380-7.
- Cruz MS; Oliveira LR; Carandina L; Lima MCP; Cesar CLG; Barros MBA; Alves MCGP; Goldbaum M. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública* 2009; 25: 1123-1131.
- Cunha ABO; Vieira-da-Silva LM. Acessibilidade aos serviços de saúde em um município do Estado da Bahia, Brasil, em gestão plena do sistema. *Cad. Saúde Pública* 2010; 26(4): 725-73.
- Currie DM. Primary care for people with disabilities: the physiatrist's perspective. *American Journal of Physical Medicine and Rehabilitation*, 1997; 76(3S): 25-9.
- Cusick CP; Brooks CA; Whiteneck GG. The use of proxies in community integration research. *Arch Phys Med Rehabil*, 2001; 82: 1018-24.
- Dejong G. Primary care for people with disabilities: an overview of the problem. *American Journal of Physical Medicine and Rehabilitation*, 1997; 76(3S): 2-8.
- Detels R; McEwen J; Beaglehole R; Tanaka H. *Oxford Textbook of Public Health*. New York: Oxford University Press; 2004.
- Di Nubila HBV; Buchalla CM. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. *Rev. bras. Epidemiol.* 2008; 11(2): 324-335.
- Diab ME; Johnston MV. Relationships between level of disability and receipt of preventive health services. *Arch Phys Med Rehabil*, 2004; 85(5): 749-57.
- Edwards DM; Merry AJ. Disability part 2: access to dental services for disabled people. A questionnaire survey of dental practices in Merseyside. *British Dental Journal*, 2002; 193(5): 253-5.
- Fänge A; Iwarsson S; Persson A. Accessibility to the public environment as perceived by teenagers with functional limitations in a south Swedish town centre. *Disabil Rehabil*, 2002; 24(6): 318-26.
- Fernandez PMF. Consumo alimentar de adolescentes da região metropolitana de São Paulo. São Paulo; 2004. São Paulo; 2004. [Tese de qualificação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].
- Fisberg RM. A qualidade da dieta e seus fatores associados em adultos residentes no Estado de São Paulo. São Paulo; 2005 [Tese de Livre Docência – Faculdade de Saúde Pública da USP]

Fisberg RM; Slater B; Barros RR; Lima FD; Cesar CLG; Carandina L; Barros MBA; Goldbaum M. Healthy Eating Index: evaluation of adapted version and its applicability. *Rev. Nutr.* 2004; 17(3): 301-318.

Florindo AA; Guimarães W; Cesar CLG; Barros MBA; Alves MCGP; Goldbaum M. Epidemiology of leisure, transportation, occupational and household physical activity: prevalence and associated factors. *Journal of Physical Activity & Health* 2009; 6: 625-32.

Fouts BS; Andersen E; Hagglund K. Disability and satisfaction with access to health care. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 2000; 54: 770-1.

França ISX; Pagliuca LMF. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP* 2009; 43(1): 178-18.

Francisco PMSB; Donalisio MR; Barros MBA; Cesar CLG; Carandina L; Goldbaum M. Fatores Associados à Vacinação Contra a Influenza em Idosos. *Revista Panam Salud Publica (Panam. J. Public Health)*, 2006; 19(4): 259-264.

Francisco PMSB; Donalisio MR; Barros MBA; Cesar CLG; Carandina L; Goldbaum M. Medidas de associação em estudo transversal com delineamento complexo: razão de chances e razão de prevalência. *Revista Brasileira de Epidemiologia* 2008; 11: 347-355.

Francisco PM; Belon AP; Barros MBA; Carandina L; Alves MCGP; Goldbaum M; Cesar CLG. Diabetes auto-referido em idosos: prevalência, fatores associados e práticas de controle. *Cadernos de Saúde Pública* 2010; 26: 175-184.

Frenk J. El concepto y la medición de accesibilidad. *Salud Pública de México*, 1985; 27(5): 438-53.

Galvanese GCSM. Perfil de morbidade referida e aspectos do estilo de vida de adolescentes de 12 a 19 anos da Grande São Paulo (Estudo de Base Populacional). São Paulo; 2004. [Tese de qualificação de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Godoy FC. Índice de Qualidade da Dieta de adolescentes residentes no Distrito do Butantã, município de São Paulo, SP. São Paulo; 2004. [Tese de qualificação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Goodal CJ. Is disability any business of nurse education? *Nurs Ed Today*, 1995; 15(5): 323-7.

Grabois EW; Nosck MA; Rossid D. Accessibility of primary care physician's offices for people with disabilities. An analysis of compliance with the Americans With Disabilities Act. *Arch Fam Med.*, 1999; 8: 44-51.

Gray DB; Gould M; Bickenbach JE. Environmental barriers and disability. *J of Arch and Plann Res*, 2003; 20(1): 29-37.

Grönvik L. The fuzzy buzz word: conceptualizations of disability in disability research classics. *Soc Helt&Illness*, 2007; 29(5): 750-66.

Guimarães VMV. Atividade física e hipertensão arterial na Grande São Paulo, 2002: um estudo de base populacional. São Paulo; 2003a. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Guimarães VMV. Desigualdades em saúde do adulto: alguns aspectos do estilo de vida. São Paulo; 2003b. [Projeto para Exame de Qualificação de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Harmer L. Health care delivery and deaf people: practice, problems, and recommendations for change. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 1999; 4(2): 73-109.

Harrison T. Health promotion for persons with disabilities. What does the literature reveal? *Family and Community Health*, 2006; 29(1S): 12S-19S.

Iezzoni LI; Davis RB; Soukup J; O'Day B. Satisfaction with quality and access to health care among people with disabling conditions. *International Journal for Quality in Health Care*, 2002; 14(5): 369-81.

Iezzoni LI; O'Day BL; Killen M; Harker H. Communicating about health care: observations from persons who are deaf or hard of hearing. *Ann Intern Med*, 2004; 140(5): 356-62.

Iwarsson S; Stahl A. Accessibility, usability and universal design – positioning and definition of concepts describing person-environment relationships. *Disability and Rehabilitation*, 2003; 25(2): 57-66.

Jones KE; Tamari IE. Making our offices universally accessible: guidelines for physicians. *Can Med Assoc J.*, 1997; 156(5): 647-56.

Kersten P; George S; Mclellan L; Smith JAE; Mullee MA. Met and unmet needs reported by severely disabled people in Southern England. *Disabil Rehabil*, 2000; 22(16): 737-44.

Kroll T; Jones GC; Kehn M; Neri MT. Barriers and strategies affecting the utilization of primary preventive services for people with physical disabilities: a qualitative inquiry. *Health an Soc Care Comm*, 2006; 14(4): 284-93.

Lawthers AG; Pransky GS; Petron LE; Himmelstein JH. Rethinking quality in the context of persons with disability. *Int. Journal for Qual. In Health Care*, 2003; 15(4): 289-99.

Lefèvre F; Lefèvre AMC. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). *Caixas do Sul*. Ed. Diálogo, 2 edição; 2003.

Lefèvre F; Lefèvre AMC. Depoimentos e discursos, uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília. Ed. Liber Livro; 2005.

Lefèvre F; Lefèvre AMC. The collective subject that speaks. *Interface*, 2006; 10(20): 517-524.

Lianza S. Medicina de Reabilitação. São Paulo. Ed Guabara-Koogan, 2ª Edição;1995.

Lima MCP; Menezes PR; Carandina L; Cesar CLG; Barros MBA; Goldbaum M. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições

socioeconômicas. *Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health* 2008; 42: 717-723.

Lima MG; Barros MBA; Cesar CLG; Goldbaum M; Carandina L; Ciconelli RM. Elderly health related quality of life: SF-36 evaluation in a population-based study. *Cadernos de Saúde Pública* 2009a; 25: 2159-2167.

Lima MG; Barros MBA; Cesar CLG; Goldbaum M; Carandina; Ciconelli RM. Impact of chronic disease on quality of life among the elderly in the state of São Paulo, Brazil: a population-based study. *Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health* 2009b; 25: 314-321.

Lin JD; Wu JL; Lee PN. Healthcare needs of people with intellectual disability in institutions in Taiwan: outpatient care utilization and implications. *Journal of Intellectual Disability Research*, 2003; 47(3): 169-80.

Lipson JG; Rogers JG. Cultural aspects of disability. *J. Transcultural Nursing*, 2000; 11(3): 212-9.

Lollar DJ, Crews JE. Redefining the role of public health in disability. *Ann Rev Pub Health*, 2003; 24: 195-208.

Lutz BJ, Bowers BJ. Disability in everyday life. *Qual Health Res.*, 2005; 15(8): 1037-54.

Magnabosco C. A população de cães e gatos nos domicílios e o risco potencial para a saúde humana analisado através da utilização de um inquérito domiciliar de saúde no Município de São Paulo. São Paulo; 2005. [Tese de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Maragno L; Goldbaum M; Gianini RJ; Novaes HMD; Cesar CLG. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. *Cad de Saú Púb*, 2006; 22(8): 1639-1648.

McAlpine DD; Mechanic D. Utilization of specialty mental health care among persons with severe mental illness: the roles of demographics, need, insurance, and risk. *Health Service Research*, 2000; 35(1): 277-92.

Merrell J, Kinsella F, Murphy F, Philpin S, Ali A. Accessibility and equity of health and social care services: exploring the views and experiences of Bangladeshi carers in South Wales, UK. *Health Soc Care Community*. 2006; 14(3): 197-205.

Morimoto JM. Fatores associados à qualidade da dieta de adultos residentes na região metropolitana de São Paulo. São Paulo; 2005. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Morimoto JM; Latorre MRDO; Cesar CLG; Carandina L; Barros MBA; Goldbaum M; Fisberg RM. Fatores associados à qualidade da dieta de adultos residentes na região Metropolitana de São Paulo, Brasil, 2002. *Cadernos de Saúde Pública* 2008; 24: 169-178.

Neri MT; Kroll T. Understanding the consequences of access barriers to health care: experiences of adults with disabilities. *Disability and Rehabilitation*, 2003; 25(2): 85-96.

Nosek MA; Hughes RB; Petersen NJ; Taylor HB; Robinson-Whelen S; Byrne M; Morgan R. Secondary conditions in a community-based sample of women with physical disabilities over a 1-year period. *Arch Phys Med Rehabil*, 2006; 87(3): 320-7.

Odette F; Yoshida KK; Israel P; Li A; Ullman D; Colantonio A; Maclean H; Locker D. Barriers to wellness activities for Canadian women with physical disabilities. *Health Care for Women International*, 2003; 24(2): 125-134.

OMS, Organização Mundial de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a família de classificações internacionais, org.; Coordenação da tradução Cássia Maria Buchalla]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Paternez ACAC. Consumo alimentar de açúcar adicionado em adolescentes residentes no Estado de São Paulo. São Paulo; 2004. [Tese de qualificação de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Peat M. Attitudes and access: advancing the rights of people with disabilities. *Canadian Med Assoc J*, 1997; 156(5): 657-9.

Pelicioni AF. Padrão de consumo de medicamentos em duas áreas da Região Metropolitana de São Paulo, 2001-2002. São Paulo; 2005. [Tese de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Ravesloot C; Seekins T; Walsh J. A structural analysis of secondary conditions experienced by people with physical disabilities. *Rehabilitation and Psychology*, 1997; 42(1): 3-16.

Ravesloot C; Seekins; White G. Living well with a disability health promotion intervention: improved health status for consumers and lower costs for health care policymakers. *Rehabilitation Psychology*, 2005; 50(3): 239-45.

Ricketts TC; Goldsmith LJ. Access in health services research: the battle of the frameworks. *Nurs Out*, 2005; 53(6): 274-80.

Rocha EF. Reabilitação de pessoas com deficiência. São Paulo, Roca, 2006.

Rose ML. Deaf and Dumb in ancient Greece. In: Davis LJ. *The disability studies reader*. 2ªEd. New York, Taylor&Francis Group, 2006.

Rosenbach ML. Access and satisfaction within the disabled Medicare population. (Access to health services for vulnerable populations). *Health Care Financing Review*, 1995; 17(2): 147-57.

Schopp LH; Sanford TC; Hagglund KJ; Gay JW; Coatney MA. Removing service barriers for women with physical disabilities: promoting accessibility in the gynecologic care setting. *J Midwifery & Women's Health*, 2002; 47(2): 74-9.

Seekins T; Clay J; Ravesloot C. A descriptive study of secondary conditions reported by a population of adults with physical disabilities served by three independent living centers in a rural state. *The Journal of Rehabilitation*, 1994; 60(2): 47-52.

Seullion P. Conceptualizing disability in nursing: some evidence from students and their teachers. *J Adv Nurs.*, 1999; 29(3): 648-57.

Shakespeare T, Walson N. Defending the social model. *Disabil Soc.*, 1997; 12(2):293-300.

Shapiro J; Mosqueda L; Botros D. A caring partnership. Expectations of ageing persons with disabilities for their primary care doctors. *Family Practice*, 2003; 20(6): 635-41.

Smeltzer SC. Improving the health and wellness of persons with disabilities: a call to action too important for nursing to ignore. *Nur Out.*, 2007; 55(4): 189-95.

SMPED, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – Prefeitura de São Paulo. Mobilidade acessível na cidade de São Paulo. Acessibilidade. Edificações, vias públicas, leis e normas. São Paulo, 2005.

Souza JJG. Hipertensão arterial e condições de vida: desigualdade em saúde entre pessoas que referiram hipertensão arterial em inquérito domiciliar de base populacional na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo; 2005. [Tese de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Steinberg AG; Sullivan VJ; Loew R. Cultural and linguistic barriers to mental health services access: the deaf consumer's perspective. *Am J Psychiatric.*, 1998; 155(7): 982-4.

Steinberg AG; Barnett S; Meador HE; Wiggins EA; Zazove P. Health care system accessibility. Experiences and perceptions of deaf people. *J Gen Intern Med.*, 2006; 21(3): 260-6.

Sutton JP; Dejong G. Managed care and people with disabilities: framing the issues. *Arch Phys Med Rehabil.*, 1998; 79(10): 1312-6.

Talbot LR; Viscogliosi C; Desrosiers J; Vincent C; Rosseau J; Robichaud L. Identification of rehabilitation needs after a stroke: an exploratory study. *Health and Quality of Life Outcomes*, 2004; 2: 53-61.

Thapar N; Warner G; Drainoni ML; Williams SR; Ditchfield H; Wierbick J; Nesathurai S. A pilot study of functional access to public buildings and facilities for persons with impairments. *Disabil Rehabil*, 2004; 26(5): 280-9.

Turrini RNT; Lebrão ML; Cesar CLG. Resolutividade dos serviços de saúde por inquérito domiciliar: percepção do usuário. *Cadernos de Saúde Pública* 2008; 24: 663-674.

Ubido J; Huntington J; Warburnt D. Inequalities in access to healthcare faced by women who are deaf. *Health and Social Care in the Community*, 2002; 10(4): 247-53.

Veltman A; Stewart DE; Tardif GS; Branigan M. Perceptions of primary healthcare services among people with physical disabilities. Part 1: Access issues. *Medscape Gen Med.*, 2001;3(2).

Wallace SP; Levy-Storms L; Ferguson LR. Access to paid in-home assistance among disabled elderly people: do Latinos differ from non-Latino whites? *American Journal of Public Health*, 1995; 85(7): 970-5.

Werngren-Elgström M, Carlsson G, Iwarsson S. A 10-year follow-up study on subjective well-being and relationships to person-environment (P-E) fit and activity of daily living (ADL) dependence of older Swedish adults. *Arch Gerontol Geriatr*. 2009; 49(1):e16-22.

Wharton S; Hames A; Milnet H. The accessibility of general NHS services for children with disabilities. *Child: Care, Health & Development*, 2005; 31(3): 275-82.

Whiteneck G; Dijkers MP. Difficult to measure constructs: conceptual and methodological issue concerning participating and environment factors. *Arch Phys Med Rehabil*, 2009; 90 (Supp.1): S22-S35.

Willians MH; Bowie C. Evidence of unmet need in the care of severely physically disabled adults. *British Medical Journal*, 1993; 306(6870): 95-9.

Wilson K; Rosenberg MW. Accessibility and the Canadian health care system: squaring perceptions and realities. *Health Policy*, 2004; 67(2): 137-48.

Witt WP; Kasper JD; Riley AW. Mental health services use among school-aged children with disabilities: the role of socio-demographics, functional limitations, family burdens, and care coordination. *Health Services Research*, 2003; 38(6): 1441-66.

Zaitune MPA; Barros MBA; Cesar CLG. Hipertensão arterial em idosos: prevalência, fatores associados e práticas de controle no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cad de Saú Púb*, 2006, 22(2): 285-294.

8. ANEXOS

8.1. ANEXO I – QUESTIONÁRIO ABERTO UTILIZADO NA FASE I DO PROJETO ACESS

Roteiro para Entrevista

1.
 - a. Quando o(a) senhor(a) tem algum problema de saúde, o senhor(a) procura o serviço público ou o privado? Por quê?
 - b. Que tipo de serviço o senhor procura? Por quê?
2. Como o(a) senhor(a) faz para ir até o serviço de saúde?.....Fale um pouco mais sobre isso.
3. Muitos serviços de saúde oferecem dificuldades para os deficientes como falta de rampas, estacionamentos, sinalização, etc. E para o(a) senhor(a) como tem sido isso?
4. De acordo com sua experiência, você considera o atendimento dos serviços de saúde que o(a) senhor(a) já recebeu adequado para um paciente com deficiência? *Por quê?*
5. Alguns deficientes se queixam que as informações recebidas por eles de médicos, enfermeiros e funcionários não são as mais adequadas. Como tem sido isso para você?
6. Vamos falar agora sobre exames de saúde. Pensando como deficiente, eu gostaria que me contasse como tem sido para você realizar exames de sangue, raios-X, papanicolau, próstata, urina, mamografia, diabetes, etc.

7. Agora vamos falar de equipamentos para deficientes (muletas, cadeira de rodas, óculos, aparelhos de surdez, próteses, bolsas coletoras, etc). No seu caso, como tem sido conseguir esses equipamentos?...Fale um pouco mais sobre isso.

Agora só faltam mais 2 perguntinhas.....

8. No seu atendimento em saúde o(a) senhor(a) tem participado de alguma atividade educativa, orientação, campanha de prevenção, etc?... Fale um pouco mais sobre isso.
9. O(a) senhor(a) tem plano de saúde privado?
- a. O(a) senhor(a) está satisfeito com ele?
 - b. Porque o(a) senhor(a) resolveu adquirir um plano de saúde?

8.2.ANEXO II – QUESTIONÁRIO FECHADO UTILIZADO NA FASE II DO PROJETO ACCESS

Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo

CONTROLE

BLOCO A

Etiqueta com:

A 01. Número do questionário

A 02. Setor

A 03. Área

A 04. Nome do entrevistado

A 05. Data de Nascimento

Idade

A 06. Sexo

A 07. Tipo de deficiência

Endereço

Endereço atualizado:

Tel.: _____ Cel.: _____ Recados: _____

visita	data	hora	nome do entrevistador	observações:	resultado da visita	
1	/					1. realizada
2	/					2. adiada
3	/					3. morador ausente
4	/					4. recusa total
5	/					5. recusa parcial
						6. falecido
						7. morador desconhecido
						8. impossibilitado de responder
						9. outros, especif.:

A 10. Resultado das visitas: ____ **A 11. N°. de visitas:** ____ **A 12. Entrevistador:** ____

A 13. Data da entrevista: ____/____/2008

Observações: _____

A 20. Quem respondeu o questionário?*passa p/ questão A 25.*

- o próprio **1**
- o responsável/acompanhante/cuidador **2**
- o próprio com ajuda do responsável **3**

A 20

A 21. Nome do responsável/acompanhante/cuidador: _____**A 22. O(a) sr(a). é o que do(a) _____ ?**

A 22

- pai **01**
- mãe **02**
- irmã(o) **03**
- filha(o) **04**
- nora(genro) **05**
- neta(o) **06**
- sobrinha(o) **07**
- prima(o) **08**
- amiga(o) **09**
- contratada(o) da família **10**
- outros, especif.:** _____ **11**

A 23. Quantos dias por semana o(a) sr(a). passa cuidando do(a) sr(a). _____ ?
_____ dias

A 23

A 24. Em que períodos o(a) sr(a). fica com o(a) sr(a). _____ ?

A 24

- durante o dia **1**
- durante a noite **2**
- dia e noite **3**

A 25. Na pesquisa anterior (2001/2003) o(a) sr(a). _____ relatou ter _____ (deficiência relatada). O(a) sr(a). ainda tem essa dificuldade?

A 25

- sim **1**

passa p/ questão A 28.

- não **2**

passa p/ questão A 28.

- NS/NR **9**

A 26. O que aconteceu com essa deficiência de 2001/2003 até hoje?

A 26

(leia as alternativas para o entrevistado)

- passa p/ questão A 28.* não mudou nada **1**

se agravou	2
melhorou	3
NS/NR	9

passa p/ questão **A 28.**

A 27. Como isso aconteceu?

A 27

NS/NR **999**

A 28. ALÉM do problema citado na entrevista anterior, hoje o(a) sr(a). tem algum desses problemas?

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

A 28

encerre o questionário caso tenha respondido **não** na questão **A 25**

não	01
dificuldade de enxergar, mesmo com óculos/ lentes . .	02
cegueira de um olho	03
cegueira de dois olhos	04
dificuldade de ouvir	05
surdez de um ouvido	06
surdez de dois ouvidos	07
paralisia total ou parcial de membros.	
especif.: _____	08
perda de membros ou parte deles.	
especif.: _____	09
outro, especif.: _____	10

NS/NR **99**

A 29. O(a) sr(a). precisa de ajuda de alguém para realizar alguma das seguintes atividades?

A 29

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

não tem nenhuma dificuldade.	1
tomar banho e vestir-se	2
alimentar-se	3
levantar-se.	4
andar	5
outro, especif. _____	6

Deficiência referida pelo entrevistado:

dificuldade de enxergar, mesmo com óculos/ lentes	<i>responda</i> BLOCO B1
cegueira de um olho	
cegueira de dois olhos	
dificuldade de ouvir	
surdez de um ouvido	
surdez de dois ouvidos	
paralisia total ou parcial de membros	<i>responda</i> BLOCO B2
perda de membros ou parte deles	

Deficientes auditivos e visuais

Usos de Serviços de Saúde - Acessibilidade

BLOCO B1**B1-01. Quando foi a última vez que o sr.(a) procurou um serviço de saúde?**

(hospital, posto de saúde, ambulatório, AMA, dentista, clínica)

B1-01

____/____/____

NS/NR **99/ 99/99****B1-02. Qual foi o último serviço de saúde que o(a) sr.(a) procurou?**(considerar o último serviço de saúde procurado)

B1-02

unidade básica de saúde	UBS tradicional	1
	AMA / PA	2
	ESF ou PSF.	3
	consultório	4
	ambulatório	5
	pronto socorro/emergência	6
	hospital	7
	outro, especif.: _____	8
	NS/NR	9

B1-03. Esse serviço de saúde é: (leia as alternativas para o entrevistado)

B1-03

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
privado/particular	3
serviço de sindicato/ associação de categoria	4
serviço próprio de empresa	5
outro, especif.: _____	6
NS/NR	9

B1- 04

B1-04. Qual(is) foi(ram) o(s) motivos que o levaram a procurar esse serviço?*Pode haver mais de uma resposta*

consulta médica	01
consulta ao dentista	02
atestado médico	03
exame de rotina	04
tratamento de reabilitação	05
exames laboratoriais	06
vacinação	07
exame	08
agendamento de consulta e/ou exame	09
outros, especif.: _____	10
NS/NR	99

B1-05. Quem cobriu ou complementou os gastos?

B1- 05

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

B1-06. Na última vez que o(a) sr(a). foi a um serviço de saúde precisou de um acompanhante em decorrência de sua deficiência?

B1-06

passa p/ questão B1-08. não 1

sim 2

passa p/ questão B1-08. NS/NR 9

B1-07

B1-07. Por quê?

NS/NR 999

B1-08

B1-08. Na última vez que o(a) sr(a). foi a um serviço de saúde, como se deslocou até lá? *Pode haver mais de uma resposta*

ônibus	01
metrô	02
trem	03
carro particular próprio	04
carro particular não próprio	05
taxi	06
ambulância/resgate/Atende	07
<i>passa p/ questão B1-12. ➡</i> a pé	08
outro, especif.: _____	09
NS/NR	99

B1-09. O(a) sr(a). em decorrência de sua deficiência, teve dificuldade no uso desse transporte? (falta de espaço para cadeira de rodas, falta de sinalização, poltronas reservadas, necessidade de um carro adaptado, etc...)

B1-09

<i>passa p/ questão B1-11. ➡</i> não	1
sim	2
<i>passa p/ questão B1-11. ➡</i> NS/NR	9

B1-10. Qual(is) dificuldades teve?

B1-10

NS/NR	999

B1-11. Existe algum outro problema no transporte que o(a) sr(a) usa para se deslocar aos serviços de saúde que queira relatar?

B1-11

Sim, especifi. _____	

não	888
NS/NR	999

B1-12

B1-12. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com:*Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)*

- estacionamento com vaga para pessoas com deficiência . . . **1**
- p/ deficientes auditivos sinalização para localização e deslocamento interno e externo **2**
- p/ deficientes visuais { deslocamento entre o estacionamento e a entrada de serviço **3**
- { chamada sonora de senhas/nomes no sistema de espera . . . **4**
- { deslocamento interno (corredores, salas, etc.) **5**
- não teve nenhum problema **6**
- outro, especif.:** _____ **7**
- NS/NR **9**

B1-13. O(a) sr.(a) tem ou já teve convênio ou plano de saúde médico ou odontológico?

B1-13

- já teve, não tem mais **1**
- encerre e leia a chamada { não **2**
- no final do bloco { sim **3**
- { NS/NR **9**

B1-14. Por que o(a) sr.(a) não tem mais o convênio ou plano de saúde?

B1-14

- ficou muito caro e não conseguiu pagar **1**
- era convênio empresa e não trabalha mais lá **2**
- perdeu quando ficou doente ou com deficiência **3**
- outro, especif.:** _____ **4**
- NS/NR **9**

Se o entrevistado for também deficient físico responda o BLOCO B2, começando pela questão B2-09.

CASO CONTRÁRIO:**Mulheres com 20 anos ou mais****Homens com 40 anos ou mais****responda o BLOCO C e siga p/ BLOCO D.**

Mulheres menores de 20 anos

Homens menores de 40 anos

PULE o BLOCO C e responda o BLOCO D.

Deficientes físicos

Usos de Serviços de Saúde - Acessibilidade

BLOCO B2**B2-01. Quando foi a última vez que o(a) sr.(a) procurou um serviço de saúde?**

(hospital, posto de saúde, ambulatório, AMA, dentista, clínica)

B2-01

___/___/___

NS/NR 99/ 99/99

B2-02. Qual foi o último serviço de saúde que o(a) sr.(a) procurou?(considerar o último serviço de saúde procurado)

B2-02

unidade básica de saúde	UBS tradicional	1
	AMA / PA	2
	ESF ou PSF	3
	consultório	4
	ambulatório	5
	pronto socorro/emergência	6
	hospital	7
	outro, especif.:	8
	NS/NR	9

B2-03. Esse serviço de saúde é: (leia as alternativas para o entrevistado)

B2-03

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
privado/particular	3
serviço de sindicato/ associação de categoria	4
serviço próprio de empresa	5
outro, especif.:	6
NS/NR	9

B2-04

B2-04. Qual(is) foi(ram) o(s) motivos que o levaram a procurar esse serviço?*Pode haver mais de uma resposta*

consulta médica	01
consulta ao dentista	02
atestado médico	03
exame de rotina	04
tratamento de reabilitação	05
exames laboratoriais	06
vacinação	07
exame	08
agendamento de consulta e/ou exame	09
outros, especif.: _____	10
NS/NR	99

B2-05. Quem cobriu ou complementou os gastos?

B2-05

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

B2-06. Na última vez que o(a) sr(a). foi a um serviço de saúde precisou de um acompanhante em decorrência de sua deficiência?

B2-06

<i>passa p/ questão B2-08.</i>	não	1
	sim	2
<i>passa p/ questão B2-08.</i>	NS/NR	9

B2-07. Por quê?

B2-07

NS/NR **999**

B2-08

B2-08. Na última vez que o(a) sr(a) foi a um serviço de saúde, como se deslocou até lá? *Pode haver mais de uma resposta*

ônibus	01
metrô	02
trem	03
carro particular próprio	04
carro particular não próprio	05
taxi	06
ambulância/resgate/Atende	07
a pé	08
outro, especif.: _____	09
NS/NR	99

passa p/ questão **B2-12.**

B2-09. O(a) sr(a). em decorrência de sua deficiência, teve dificuldade no uso desse transporte? (falta de espaço para cadeira de rodas, falta de sinalização, poltronas reservadas, necessidade de um carro adaptado, etc...)

B2-09

passa p/ questão B2-11.	não	1
	sim	2
passa p/ questão B2-11.	NS/NR	9

B2-10. Qual(is) dificuldade(s) teve?

B2-10

NS/NR **999**

B2-11. Existe algum outro problema no transporte que o(a) sr(a) usa para se deslocar aos serviços de saúde que queira relatar?

B2-11

Sim, especifi. _____

não **888**

NS/NR **999**

B2-12. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com vagas de estacionamento para pessoas com deficiência?

- passa p/ questão B2-14.* não **1**
- sim **2**
- passa p/ questão B2-16.* não se aplica, não usou estacionamento. **3**
- passa p/ questão B2-14.* NS/NR **9**

B2-12

B2-13. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-13

- não prejudicou **1**
- prejudicou parcialmente **2**
- prejudicou totalmente **3**
- NS/NR **9**

B2-14. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com deslocamento entre o estacionamento e a entrada do serviço?

B2-14

- passa p/ questão B2-16.* não **1**
- sim **2**
- passa p/ questão B2-16.* NS/NR **9**

B2-15. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-15

- não prejudicou **1**
- prejudicou parcialmente **2**
- prejudicou totalmente **3**
- NS/NR **9**

B2-16. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com rampas ou escadas?

- passa p/ questão B2-18.* não **1**
- sim **2**
- passa p/ questão B2-18.* NS/NR **9**

B2-16

B2-17

B2-17. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-18. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com corrimãos em rampas e escadas?

B2-18

<i>passse p/ questão B2-20.</i> não	1
sim	2
<i>passse p/ questão B2-20.</i> NS/NR	9

B2-19. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-19

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-20. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com elevadores?

B2-20

<i>passse p/ questão B2-22.</i> não	1
sim	2
<i>passse p/ questão B2-22.</i> NS/NR	9

B2-21. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-21

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-22. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com cadeiras de rodas para transporte de pessoas com deficiência?

B2-22

<i>passse p/ questão B2-24.</i> não	1
sim	2
<i>passse p/ questão B2-24.</i> não se aplica, não usa cadeira de rodas.	3
<i>passse p/ questão B2-24.</i> NS/NR	9

B2-23

B2-23. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-24. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com sanitários adaptados ou reservados para pessoas com deficiência?

B2-24

<i>passa p/ questão B2-26.</i>	não	1
	sim	2
<i>passa p/ questão B2-26.</i>	não precisei utilizar.	3
	não existe sanitário adaptado.	4
	NS/NR	9

B2-25. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-25

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-26. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com o local/sala de espera?

B2-26

<i>passa p/ questão B2-28.</i>	não	1
	sim	2
<i>passa p/ questão B2-28.</i>	NS/NR	9

B2-27. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

B2-27

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-28. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve problemas com a circulação interna, corredores, portas, salas, etc.?

B2-28

<i>passa p/ questão B2-30.</i>	não	1
	sim	2
<i>passa p/ questão B2-30.</i>	NS/NR	9

B2-29

B2-29. Esse problema prejudicou o uso do serviço de saúde?

não prejudicou	1
prejudicou parcialmente	2
prejudicou totalmente	3
NS/NR	9

B2-30. No último serviço de saúde que o(a) sr.(a) que utilizou, teve algum outro problema?

B2-30

<i>passa p/ questão B2-32.</i>	não	1
	sim	2
<i>passa p/ questão B2-32.</i>	NS/NR	9

B2-31. Qual(is) problema(s) teve?

B2-31

NS/NR **999**
B2-32. O(a) sr.(a) tem convênio ou plano de saúde médico ou odontológico?

B2-32

	já teve, não tem mais	1
<i>encerre e leia a chamada no final do bloco</i>	não	2
	sim	3
	NS/NR	9

B2-33. Por que o(a) sr.(a) não tem mais o convênio ou plano de saúde?

B2-33

ficou muito caro e não conseguiu pagar	1
era convênio empresa e não trabalha mais lá	2
perdeu quando ficou doente ou com deficiência	3
outro, especif.: _____	4
NS/NR	9

Mulheres com 20 anos ou mais
Homens com 40 anos ou mais

responda o BLOCO C e siga p/ BLOCO D.

Mulheres menores de 20 anos
Homens menores de 40 anos

PULE o BLOCO C e responda o BLOCO D.

Exames de Saúde – Orientações em Saúde

BLOCO C

Agora vamos falar sobre exames de saúde

PARA TODAS AS MULHERES COM 20 ANOS OU MAIS

C 01. O exame de Papanicolau é usado nos programas de prevenção de câncer de colo de útero. Quando foi que a sra. fez pela última vez este exame?

C 01

passa p/ questão **C 06.**

nunca fez	1
há menos de 1 ano	2
há 1 a 2 anos incompletos	3
há 2 a 3 anos incompletos	4
há mais de 3 anos	5
NS/NR	9

C 02. Em que serviço de saúde a sra. fez o exame?

C 02

unidade básica de saúde

{	UBS tradicional	1
	AMA / PA	2
	ESF ou PSF	3
	consultório	4
	ambulatório	5
	pronto socorro/emergência	6
	hospital	7
	outro, especif.: _____	8
	NS/NR	9

C 03

C 03. Quem cobriu ou complementou os gastos deste exame?*Pode haver mais de uma resposta*

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

C 04. A sra. alguma vez teve problema(s) com a mesa ginecológica para realização do Papanicolau?

C 04

passa p/ questão C 06.

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 05. Que problema(s) teve?

C 05

NS/NR	999
-----------------	-----

C 06. O exame clínico das mamas é um exame feito por um médico ou enfermeiro para detectar a presença de nódulos/caroços nos seios. Quando foi que a sra. fez pela última vez este exame?

nunca fez	1
há menos de 1 ano	2
há 1 a 2 anos incompletos	3
há 2 a 3 anos incompletos	4
há mais de 3 anos	5
NS/NR	9

C 06

C 07

**C 07. A sra. faz palpação nos seus seios para procurar nódulos/ caroços?
Com que frequência?**

Mulheres com:

40 anos ou + <i>passa p/ C 12.</i>	}	não faz	1
- de 40 <i>passa p/ Bloco D.</i>		faz, mas não tem frequência definida	2
		faz mensalmente	3
		faz duas vezes ao ano	4
		faz anualmente	5
		NS/NR	9

C 08. A sra. recebeu orientação de algum médico ou profissional de saúde sobre a necessidade de palpação das mamas?

C 08

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 09. Quem ensinou a sra. a fazer o auto exame das mamas?

C 09

ninguém	1
médico	2
enfermeira	3
outro: _____	4
NS/NR	9

C 10. A sra. teve dificuldade para aprender a realizar o exame?

C 10

Mulheres com:

40 anos ou + <i>passa p/ C 12.</i>	}	não.	1
- de 40 <i>passa p/ Bloco D.</i>		sim	2
		NS/NR	9

C 11. Qual(is) dificuldade(s) teve?

C 11

NS/NR **999**

PARA TODAS AS MULHERES COM 40 ANOS OU MAIS

O Bloco se aplica a este entrevistado? **sim 1** **não 2**

C 12. A mamografia é um raio X dos seios, e é utilizada nos programas de prevenção

de câncer de mama. Quando foi a última vez que a sra. fez este exame?

C 12

passa p/ questão C17.

nunca fez	1
há menos de 1 ano	2
há 1 a 2 anos incompletos	3
há 2 a 3 anos incompletos	4
há mais de 3 anos	5
NS/NR	9

C 13. Em que serviço de saúde a sra. fez o exame?

C 13

unidade básica de saúde	{	UBS tradicional	1
		AMA / PA	2
		ESF ou PSF	3
		consultório	4
		ambulatório	5
		pronto socorro/emergência	6
		hospital	7
		outro, especif.: _____	8
NS/NR	9		

C 14. Quem cobriu ou complementou os gastos deste exame?

C 14

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

C 15

C 15. A sra. alguma vez teve problema com o equipamento para realização da mamografia?

passa p/ questão C 17. não **1**
 sim **2**
 NS/NR **9**

C 16. Que problema(s) teve?

C 16

NS/NR **999**

C 17. Existem exames utilizados nos programas de prevenção de câncer de intestino. A sra. já fez algum exame com esta finalidade?

C 17

passa p/ o BLOCO D. não **1**
 sim **2**
 NS/NR **9**

C 18. Qual(is) exame(s)?

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

C 18

fez pesquisa de sangue oculto nas fezes **1**
 fez colonoscopia **2**
 NS/NR **9**

C 19. Quando foi a última vez que a sra. fez algum desses exames?

C 19

há menos de 1 ano **1**
 há 1 a 2 anos incompletos **2**
 há 2 a 3 anos incompletos **3**
 há mais de 3 anos **4**
 NS/NR **9**

C 20. Em que serviço de saúde a sra. fez o(s) exame(s)?

C 20

unidade básica de saúde { UBS tradicional **1**
 AMA / PA **2**
 ESF ou PSF **3**
 consultório **4**
 ambulatório **5**
 pronto socorro/emergência **6**
 hospital **7**
 outro, especif.: **8**
 NS/NR **9**

C 21

C 21. Esse serviço de saúde é: *(leia as alternativas para o entrevistado)*

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun/)	2
privado/particular	3
serviço de sindicato/ associação de categoria	4
serviço próprio de empresa	5
outro, especif.:	6
NS/NR	9

C 22. Quem cobriu ou complementou os gastos deste(s) exame(s)?

C 22

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.:	5
plano individual de saúde, especif.:	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.:	8
NS/NR	9

C 23. A sra. teve algum problema na realização desse(s) exame(s)?

C 23

passa p/ o BLOCO D.

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 24. Que problema(s) teve?

C 24

NS/NR **999**

PARA TODOS OS HOMENS COM 40 ANOS OU MAIS

C 25. Existem exames utilizados nos programas de prevenção de câncer de próstata. O sr. já fez algum exame com esta finalidade?

C 25

passa p/ questão C 34.

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 26. Qual(is) exame(s)?

C 26

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

toque retal	1
exame de sangue (PSA)	2
ultra-sonografia	3
biópsia	4
NS/NR	9

C 27. Quando foi a última vez que o sr. fez algum desses exames?

C 27

há menos de 1 ano	1
há 1 a 2 anos incompletos	2
há 2 a 3 anos incompletos	3
há mais de 3 anos	4
NS/NR	9

C 28. Em que serviço de saúde o sr. fez o(s) exame(s)?

C 28

unidade básica de saúde

UBS tradicional	1
AMA / PA	2
ESF ou PSF	3
consultório	4
ambulatório	5
pronto socorro/emergência	6
hospital	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

C 29

C 29. Esse serviço de saúde é: *(leia as alternativas para o entrevistado)*

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
privado/particular	3
serviço de sindicato/ associação de categoria	4
serviço próprio de empresa	5
outro, especif.: _____	6
NS/NR	9

C 30. Quem cobriu ou complementou os gastos deste(s) exame(s)?

C 30

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

C 31. O senhor teve algum problema na realização de algum desse(s) exame(s)?

C 31

passa p/ questão C 34.

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 32. Na realização de qual(is) exame(s)?

C 32

*Pode haver mais de uma resposta**(leia as alternativas para o entrevistado)*

toque retal	1
exame de sangue (PSA)	2
ultra-sonografia	3
biópsia	4
NS/NR	9

C 33. Que problema(s) teve?

C 33

NS/NR	999
-------------	------------

**C 34. Existem exames utilizados nos programas de prevenção de câncer de intestino.
O sr. já fez algum exame com esta finalidade?**

C 34

passa p/ o **BLOCO D.**

- não **1**
sim **2**
NS/NR **9**

C 35. Qual(is) exame(s) realizou?

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

C 35

- fez pesquisa de sangue oculto nas fezes **1**
fez colonoscopia **2**
NS/NR **9**

C 36. Quando foi a última vez que o sr. fez algum desses exames?

C 36

- há menos de 1 ano **1**
há 1 a 2 anos incompletos **2**
há 2 a 3 anos incompletos **3**
há mais de 3 anos **4**
NS/NR **9**

C 37. Em que serviço de saúde o sr. fez o(s) exame(s)?

C 37

unidade básica de saúde

- { UBS tradicional **1**
AMA / PA **2**
ESF ou PSF **3**
consultório **4**
ambulatório **5**
pronto socorro/emergência **6**
hospital **7**
outro, especif.: **8**
NS/NR **9**

C 38

C 38. Esse serviço de saúde é: *(leia as alternativas para o entrevistado)*

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
privado/particular	3
serviço de sindicato/ associação de categoria	4
serviço próprio de empresa	5
outro, especif.: _____	6
NS/NR	9

C 39. Quem cobriu ou complementou os gastos deste(s) exame(s)?

C 39

Pode haver mais de uma resposta

SUS	1
previdência governamental (Fed./Est./Mun.)	2
sindicato/ associação de categoria	3
empresa	4
convênio empresa, especif.: _____	5
plano individual de saúde, especif.: _____	6
o próprio entrevistado	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

C 40. O sr. teve algum(ns) problema(s) na realização desse(s) exame(s)?

C 40

passa p/ o BLOCO D.

não	1
sim	2
NS/NR	9

C 41. Que problema(s) teve?

C 41

NS/NR **999**

BLOCO D**D 01. Algum profissional de saúde já lhe disse que o(a) sr.(a) tem pressão alta?***passa p/ questão D 06.*

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 01

D 02. O(a) sr.(a) participa ou já participou de discussões de grupo sobre controle de pressão alta?*passa p/ questão D 06.*

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 02

D 03. Com que frequência o(a) sr(a). participa dessas reuniões?

D 03

foi somente uma vez	1
semanalmente	2
quinzenalmente	3
mensalmente	4
bimestralmente	5
sem frequência definida	6
outro, especif.:	7
NS/NR	9

D 04. Essa(s) atividade(s) é(são) voltada(s) especificamente para pessoas com a sua deficiência?

D 04

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 05. O(a) sr(a). tem algum problema para compreender as informações passadas nessas atividades?

D 05

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 06. Algum profissional de saúde já lhe disse que o(a) sr.(a) tem diabetes?*passa p/ questão D 11.*

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 06

D 07. O(a) sr.(a) participa ou já participou de discussões de grupo sobre controle do diabetes?*passa p/ questão D 11.*

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 07

D 08. Com que frequência o(a) sr(a). participa dessas reuniões?

foi somente uma vez	1
semanalmente	2
quinzenalmente	3
mensalmente	4
bimestralmente	5
sem frequência definida	6
outro, especif.:	7
NS/NR	9

D 08

D 09. Essa(s) atividade(s) é(são) voltada(s) especificamente para pessoas com a sua deficiência?

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 09

D 10. O(a) sr(a). tem algum problema para compreender as informações passadas nessas atividades?

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 10

D 11. No seu atendimento em saúde o(a) sr.(a) tem participado ou já participou de alguma atividade educativa ou de orientação sobre cuidados pessoais referentes à sua deficiência?*passa p/ questão D 14.*

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 11

D 12

D 12. Com que frequência o(a) sr(a). participa dessas atividades?

foi somente uma vez	1
semanalmente	2
quinzenalmente	3
mensalmente	4
bimestralmente	5
sem frequência definida	6
outro, especif.:	7
NS/NR	9

D 13. O(a) sr(a). tem algum problema para compreender as informações passadas nessas atividades?

D 13

não	1
sim	2
NS/NR	9

D 14. Por causa da sua deficiência, o(a) sr.(a) teve algum problema para frequentar palestras, grupos ou campanhas?

D 14

encerre e leia a chamada não	1
<i>no final do bloco</i>	
sim	2
NS/NR	9

D 15. Que problema(s) teve?

D15

NS/NR **999**

Se o entrevistado for deficiente auditivo, responda o bloco E1 e F.

Se o entrevistado for deficiente visual, responda o bloco E2.

Se o entrevistado for deficiente físico, passe para o bloco G.

BLOCO E1**E1-01. Quando o(a) sr(a). fez exame de audição pela última vez?**

	nunca fez	1	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">E1-01</div>
<i>passa p/ questão E1-03.</i>	há menos de 1 ano	2	
<i>passa p/ questão E1-03.</i>	há 1 a 2 anos incompletos	3	
	há 2 a 3 anos incompletos	4	
	há mais de 3 anos	5	
	NS/NR	9	

E1-02. Por que não fez este exame nos últimos anos?

E1-02

Pode haver mais de uma resposta

porque não sabia onde procurar o serviço	01
não tinha o profissional/serviço que precisava	02
não conseguiu vaga/senha	03
o serviço não estava funcionando	04
esperou muito e desistiu	05
porque nunca foi pedido pelo médico	06
porque não podia pagar	07
porque o plano de saúde não cobria	08
problemas de comunicação com os profissionais de saúde	09
porque não tinha tempo	10
outro, especif.: _____	11
NS/NR	99

E1-03. O(a) sr(a). alguma vez teve algum problema com a realização desse exame?

E1-03

*encerre e leia a chamada**no final do bloco*

não	1
sim	2
NS/NR	9

E1-04. Que problema(s) teve?

E1-04

NS/NR	999
-----------------	------------

Se o entrevistado for também deficiente visual, responda o BLOCO E2., caso contrário passe para o BLOCO F.

BLOCO E2**E2-01. Quando o(a) sr(a). fez exame de visão pela última vez?**

	nunca fez	1	E2-01
<i>passa p/ questão E2-03.</i>	há menos de 1 ano	2	
<i>passa p/ questão E2-03.</i>	há 1 a 2 anos incompletos	3	
	há 2 a 3 anos incompletos	4	
	há mais de 3 anos	5	
	NS/NR	9	

E2-02. Por que não fez este exame nos últimos anos?*Pode haver mais de uma resposta*

porque não sabia onde procurar o serviço	01
não tinha o profissional/serviço que precisava	02
não conseguiu vaga/senha	03
o serviço não estava funcionando	04
esperou muito e desistiu	05
porque nunca foi pedido pelo médico	06
porque não podia pagar	07
porque o plano de saúde não cobria	08
problemas de comunicação com os profissionais de saúde	09
porque não tinha tempo	10
outro, especif.: _____	11
NS/NR	99

E2-03. O(a) sr(a). alguma vez teve algum problema com a realização desse exame?*encerre e leia a chamada**no final do bloco*

não	1
sim	2
NS/NR	9

E2-04. Que problema(s) teve?

NS/NR	999
-----------------	------------

Se o entrevistado for também deficiente auditivo, responda o BLOCO F., caso contrário passe para o BLOCO G.

BLOCO F

Agora vamos falar sobre os problemas na comunicação em seu atendimento no último serviço de saúde que o(a) sr(a). procurou.

F 01. Em decorrência de sua dificuldade de audição, o(a) sr(a). teve algum problema em entender o que o médico lhe dizia?

F 01

- não 1
 sim 2
 parcialmente 3
 não fez consulta com médico 4
 NS/NR 9

passa p/ questão **F 04.**

F 02. O(a) sr(a). teve algum problema para se fazer entender pelo médico?

F 02

- não 1
 sim 2
 parcialmente 3
 NS/NR 9

F 03. O(a) sr(a). considera que o médico que o(a) atendeu estava preparado para a comunicação com pacientes com deficiência auditiva?

F 03

- não 1
 sim 2
 parcialmente 3
 NS/NR 9

F 04. Em decorrência de sua dificuldade auditiva, o(a) sr(a). teve algum problema em entender o que foi falado ou explicado pelo(s) enfermeiro(s)?

F 04

- não 1
 sim 2
 parcialmente 3
 não usou serviço de enfermagem 4
 NS/NR 9

passa p/ questão **F 07.**

F 05. O(a) sr(a). teve algum problema para se fazer entender pelo(s) enfermeiro(s)?

F 05

- não 1
 sim 2
 parcialmente 3
 NS/NR 9

F 06. O(a) sr(a). considera que o(s) enfermeiros(s) que o(a) atendeu(ram) estava(m) preparado(s) para a comunicação com pacientes com deficiência auditiva?

F 06

não 1
sim 2
parcialmente. 3
NS/NR 9

F 07. Em decorrência de sua dificuldade auditiva, o(a) sr(a). teve algum problema em entender o que foi falado ou explicado pelo(s) funcionário(s), atendentes(s) e recepcionista(s)?

F 07

não 1
sim 2
parcialmente. 3

passa p/ questão F 10.

não teve contato com funcionários, atendentes e
recepcionistas 4
NS/NR 9

F 08. O(a) sr(a). teve algum problema para se fazer entender pelo(s) funcionário(s), atendentes(s) e recepcionista(s)?

F 08

não 1
sim 2
parcialmente. 3
NS/NR 9

F 09. O(a) sr(a). considera que o(s) funcionário(s), atendentes(s) e recepcionista(s) que o(a) atendeu(ram) estava(m) preparado(s) para a comunicação com pacientes com deficiência auditiva?

F 09

não 1
sim 2
parcialmente. 3
NS/NR 9

F 10. Existem outro(s) problema(s) de comunicação com os profissionais de saúde que o(a) sr.(a) queira relatar?

passa p/ o BLOCO G.

não 1
sim 2
NS/NR 9

F 10

F 11. Que problema(s) teve?

F 11

NS/NR 999

Necessidade de Saúde Não Suprida

BLOCO G

G 01. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). precisou atendimento em algum serviço de saúde? E conseguiu?

G 01

- passse p/ questão G 04.* não precisei de atendimento **1**
 sim, precisei e consegui atendimento. **2**
 sim, precisei e não consegui atendimento **3**
passse p/ questão G 04. NS/NR **9**

G 02. Qual(is) atendimento(s) precisou?

G 02

NS/NR **999**

pular para a questão **G 04.** se conseguiu atendimento.

G 03. Por que o(a) sr(a). não conseguiu o atendimento?

G 03

Pode haver mais de uma resposta

- porque não sabia onde procurar o serviço **01**
 não tinha o profissional/serviço que precisava **02**
 não conseguiu vaga/senha **03**
 o serviço não estava funcionando **04**
 esperou muito e desistiu **05**
 porque não podia pagar **06**
 porque o plano de saúde não cobria **07**
 problemas de comunicação com os profissionais de
 saúde **08**
 não conseguiu se deslocar até o serviço de saúde . . . **09**
 problemas com rampas e escadas no serviço de
 saúde. **10**
outro, especif.: _____ **11**
 NS/NR **99**

G 04. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). precisou de atendimento médico no domicílio? E conseguiu?

G 04

- passse p/ questão G 06.* { sim precisei e não consegui atendimento **1**
 não precisei de atendimento **2**
 sim, precisei e consegui atendimento **3**
 NS/NR **9**

G 05

G 05. Por que o(a) sr(a). não conseguiu o atendimento?*Pode haver mais de uma resposta*

porque não sabia onde procurar o serviço	01
não tinha o profissional/serviço que precisava	02
não conseguiu vaga/senha	03
o serviço não estava funcionando	04
esperou muito e desistiu	05
porque não podia pagar	06
porque o plano de saúde não cobria	07
problemas de comunicação com os profissionais de saúde	08
outro, especif.: _____	09
NS/NR	99

G 06. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). precisou de algum atendimento de enfermeiros no domicílio? E conseguiu?*passa p/ questão G 08.*

sim precisei e não consegui atendimento	1
não precisei de atendimento	2
sim, precisei e consegui atendimento	3
NS/NR	9

G 06

G 07. Por que o(a) sr(a). não conseguiu o atendimento?*Pode haver mais de uma resposta*

porque não sabia onde procurar o serviço	01
não tinha o profissional/serviço que precisava	02
não conseguiu vaga/senha	03
o serviço não estava funcionando	04
esperou muito e desistiu	05
porque não podia pagar	06
porque o plano de saúde não cobria	07
problemas de comunicação com os profissionais de saúde	08
outro, especif.: _____	09
NS/NR	99

G 07

G 08. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). precisou de algum outro atendimento por profissionais de saúde no domicílio? E conseguiu?*passa p/ questão G 11.*

não precisei de atendimento	1
sim, precisei e consegui atendimento.	2
sim, precisei e não consegui atendimento	3
NS/NR	9

passa p/ questão G 11.

G 08

G 09

G 09. Qual(is) atendimento(s) precisou?

NS/NR **999**
pular para a questão **G 10.** se conseguiu atendimento.**G 10. Por que o(a) sr(a). não conseguiu o atendimento?****G 10***Pode haver mais de uma resposta*

porque não sabia onde procurar o serviço **01**
 não tinha o profissional/serviço que precisava **02**
 não conseguiu vaga/senha **03**
 o serviço não estava funcionando **04**
 esperou muito e desistiu **05**
 porque não podia pagar **06**
 porque o plano de saúde não cobria **07**
 problemas de comunicação com os profissionais de
 saúde **08**
outro, especif.: _____ **09**
 NS/NR **99**

G 11. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). precisou consultar dentista, inclusive visita de rotina? E conseguiu?**G 11**passe p/ questão **G 13.**

sim precisei e não consegui atendimento **1**
 não precisei de atendimento **2**
 sim, precisei e consegui atendimento **3**
 NS/NR **9**

G 12. Por que o(a) sr(a). não conseguiu a consulta?**G 12***Pode haver mais de uma resposta*

porque não sabia onde procurar o serviço **01**
 não tinha o profissional/serviço que precisava **02**
 não conseguiu vaga/senha **03**
 o serviço não estava funcionando **04**
 esperou muito e desistiu **05**
 porque não podia pagar **06**
 porque o plano de saúde não cobria **07**
 problemas de comunicação com os profissionais de
 saúde **08**
outro, especif.: _____ **09**
 NS/NR **99**

G 13

G 13. Nos últimos 12 meses, o(a) sr(a). deixou de obter algum medicamento que lhe foi receitado?

<i>passa p/ o</i> BLOCO H.		não	1
		sim	2
<i>passa p/ o</i> BLOCO H.		NS/NR	9

G 14. Por que o(a) sr(a). não conseguiu obtê-lo?

Pode haver mais de uma resposta

G 14

porque não sabia onde procurar o medicamento	1
o serviço não estava funcionando	2
porque não podia pagar	3
porque o plano de saúde não cobria	4
porque não tinha no posto	5
outro, especif.: _____	6
NS/NR	9

BLOCO H**H 01. O(a) sr(a). utiliza o Programa de Saúde da Família (PSF/ESF)?**

H 01

passa p/ questão H 03.

não	1
	sim	2
<i>encerre e leia a chamada no final do bloco</i>	NS/NR	9

H 02. O(a) sr(a). já precisou ser atendido pelo Programa de Saúde da Família (PSF/ESF) e não foi?

H 02

encerre e leia a chamada no final do bloco

sim precisei e não consegui atendimento	1
	não precisei de atendimento	2
	consegui usar o serviço sempre que precisei	3
	NS/NR	9

H 03. Por quê?

H 03

porque minha casa não está na área de cobertura	1
porque não havia especialistas no problema de saúde	2
porque não havia disponibilidade de tempo da equipe	3
outro, especif.: _____	4
NS/NR	9

Se o entrevistado for deficiente auditivo, responda o bloco I.

Se o entrevistado for deficiente visual, responda o bloco J.

Se o entrevistado for deficiente físico, responda o bloco K.

Deficiente Auditivo

Próteses, Órteses e Outros Equipamentos/Insumos

BLOCO I**I 01. O(a) sr(a). precisa usar aparelho auditivo?**

I 01

*encerre e leia a chamada**no final do bloco* não **1**sim **2***encerre e leia a chamada**no final do bloco* NS/NR **9****I 02. O(a) sr(a). usa o aparelho?**

I 02

passa p/ questão I 04. não **1**sim **2***encerre e leia a chamada**no final do bloco* NS/NR **9****I 03. Porque não usa o aparelho?**

I 03

NS/NR **999** *encerre e leia a chamada no final do bloco***I 04. Como fez para obtê-lo?**

I 04

*Pode haver mais de uma resposta*comprou com dinheiro próprio **1**a família pagou **2**doação de terceiros ou de entidades beneficentes ... **3**recebeu do SUS **4****outro, especif.:** **5**NS/NR **9****I 05. Se for necessária a troca, como fará para obter outro aparelho?**

I 05

*Pode haver mais de uma resposta*comprará com dinheiro próprio **1**a família pagará **2**doação de terceiros ou de entidades beneficentes ... **3**receberá do SUS **4**não fará a troca, não tem condições de pagar **5****outro, especif.:** **6**NS/NR **9**

I 06

I 06. Se for necessária a troca de baterias, como fará?*Pode haver mais de uma resposta*

comprará com dinheiro próprio	1
a família pagará	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes	3
receberá do SUS	4
não fará a troca, não tem condições de pagar	5
outro, especif.: _____	6
NS/NR	9

**Se o entrevistado for também deficiente visual,
responda o Bloco J.**

**Se o entrevistado for também deficiente físico, responda o
Bloco K.**

Deficiente visual

Próteses, Órteses e Outros Equipamentos/Insumos

BLOCO J

Listarei agora alguns equipamentos ou próteses, o(a) sr(a). dirá se precisa usar cada um deles:

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

Precisa usar?	sim	não	Usa?	sim	não	Porque não usa?
J 01 1. óculos	1	2	J 02 1. óculos	1	2	J 03 1. óculos
J 01 2. lente de contato	1	2	J 02 2. lente de contato	1	2	J 03 2. lente de contato
J 01 3. lente de aumento	1	2	J 02 3. lente de aumento	1	2	J 03 3. lente de aumento
J 01 4. próteses de olho	1	2	J 02 4. próteses de olho	1	2	J 03 4. próteses de olho
J 01 5. bengala	1	2	J 02 5. bengala	1	2	J 03 5. bengala
J 01 6. outro: _____	1	2	J 02 6. outro: _____	1	2	J 03 6. outro: _____
J 01 9. NS/NR	9	9	J 02 9. NS/NR	9	9	

encerre o
bloco e leia a
chamada final

Se não precisa usar nenhum, encerre e leia a chamada no final do bloco.

Se usar todos os equipamentos que precisa, passe para a questão J 04.

J 04. Como fez para obtê-lo(s)?*Pode haver mais de uma resposta*

J 04

comprou com dinheiro próprio	1
a família pagou	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes . . .	3
recebeu do SUS	4
alugou	5
emprestou de alguém	6
outro, especif.: _____	7
NS/NR	9

J 05. Se for necessária a troca, como fará para obter outro aparelho?*Pode haver mais de uma resposta*

J 05

comprará com dinheiro próprio	1
a família pagará	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes . . .	3
receberá do SUS	4
alugará	5
emprestará de alguém	6
não fará a troca, não tem condições de pagar	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

Se o entrevistado for também deficiente auditivo, certifique-se que respondeu o Bloco I.

Se o entrevistado for também deficiente físico, responda o Bloco K.

Deficiente físico

Próteses, Órteses e Outros Equipamentos/Insumos

BLOCO K**Listarei agora alguns equipamentos ou próteses, o(a) sr(a). dirá se precisa usar cada um deles:***Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)*

Precisa usar?	sim	não	Usa?	sim	não	Porque não usa?	
K 01 1. muletas	1	2	K 02 1. muletas	1	2	K 03 1. muletas	
K 01 2. bengala	1	2	K 02 2. bengala	1	2	K 03 2. bengala	
K 01 3. cadeira de rodas	1	2	K 02 3. cadeira de rodas	1	2	K 03 3. cadeira de rodas	
K 01 4. próteses (braço, pernas, etc.)	1	2	K 02 4. Próteses	1	2	K 03 4. Próteses	
K 01 5. Talas, goteiras, palmilhas, etc.	1	2	K 02 5. Talas, goteiras, etc.	1	2	K 03 5. Talas, goteiras, etc.	
K 01 6. outro: _____	1	2	K 02 6. outro _____	1	2	K 03 6. outro _____	
K 01 9. NS/NR	9	9	K 02 9. NS/NR	9	9		

passe p/ **K 06.** **Se usar todos os equipamentos que precisa passe p/ questão K 04.****Se não precisa usar nenhum, passe p/ questão K 06.**

K 04. Como fez para obtê-lo(s)?**K 04***Pode haver mais de uma resposta*

comprou com dinheiro próprio	1
a família pagou	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes . . .	3
recebeu do SUS	4
alugou	5
emprestou de alguém	6
outro, especif.: _____	7
NS/NR	9

K 05. Se for necessária a troca, como fará para obter outro aparelho?**K 05***Pode haver mais de uma resposta*

comprará com dinheiro próprio	1
a família pagará	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes . . .	3
receberá do SUS	4
alugará	5
emprestará de alguém	6
não fará a troca, não tem condições de pagar	7
outro, especif.: _____	8
NS/NR	9

Listarei agora alguns outros equipamentos, o(a) sr(a). dirá se precisa usar cada um deles:

Pode haver mais de uma resposta (leia as alternativas para o entrevistado)

Precisa usar?	sim	não	Usa?	sim	não	Porque não usa?
K 06 1. fraldas	1	2	K 07 1. fraldas	1	2	K 08 1. fraldas _____
K 06 2. bolsas coletoras	1	2	K 07 2. bolsas coletoras	1	2	K 08 2. bolsas coletoras _____
K 06 3. sondas	1	2	K 07 3. sondas	1	2	K 08 3. sondas _____
K 06 4. curativos ou ataduras	1	2	K 07 4. curativos ou ataduras	1	2	K 08 4. curativos ou ataduras _____
K 06 5. outro: _____	1	2	K 07 5. outro: _____	1	2	K 08 5. outro: _____
K 06 9. NS/NR	9	9	K 07 9. NS/NR	9	9	

encerre o
bloco e leia
a chamada
final

Se não precisa usar nenhum, encerre e leia a chamada final.
Se usa todos os insumos que precisa, passe para a K 09.

K 09. Como fez para obtê-lo(s)?

K 09

Pode haver mais de uma resposta

comprou com dinheiro próprio	1
a família pagou	2
doação de terceiros ou de entidades beneficentes . . .	3
recebeu do SUS	4
outro, especif.: _____	5
NS/NR	9

Se o entrevistado for também deficiente auditivo, certifique-se que respondeu o Bloco I. Se o entrevistado for também deficiente visual, certifique-se que respondeu o Bloco J.

8.3. ANEXO III – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A nossa luta

- Acesso aos transportes coletivos;
- Educação para todos;
- Serviços de saúde para as pessoas com deficiência nos territórios das subprefeituras;
- Acessibilidade às edificações públicas e de uso público, calçadas e parques;
- Construção do Centro Paralímpico de São Paulo e acesso às praças esportivas;
- Atenção à saúde da mulher com deficiência;
- Acesso às bibliotecas e programas culturais;
- Moradia adaptada à pessoa com deficiência;
- Acesso à leitura e à informação escrita para deficientes visuais (braile, Ipologia, fitas cassete, digital etc);
- Assegurar o acesso à comunicação para os deficientes auditivos (Libras, agenda oculta na TV, telefone etc).

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência- SP

Rua Líbero Baduró, 119 - 3º andar - Centro
01009-000 - São Paulo - SP

Tel: 3113-9672 e 3113-9673
TDD- Tel. para Surdos: 3113-9674
Fax: 3113-9675
e-mail : cmpd@prefeitura.sp.gov.br
Site: www.prefeitura.sp.gov.br/conselhodapessoa.comdeficiencia

Deficiente
Para o poder conta história e nunca perde.

**PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

*Conselho Municipal
da pessoa com deficiência*

"Lutando pela inclusão social"

Conselho

O Conselho Municipal da Pessoa com deficiência (CMPD) é o órgão de representação das pessoas com deficiência perante a Prefeitura de São Paulo. Sua função é elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse do deficiente em diversas áreas: saúde, educação, transporte, emprego, profissionalização, habitação, acessibilidade, cultura, lazer, esportes.

O CMPD promove atividades de integração, além de fazer, receber e encaminhar denúncias de discriminação.

O Conselho foi criado em 1991 com a finalidade de garantir que o deficiente tenha direito a uma vida de qualidade e de qualidade social.

Coordenação

A Coordenação do Conselho é composta por sete membros assim distribuídos: um deficiente auditivo, um deficiente físico, um deficiente visual, um deficiente mental (ou seu representante legal), um deficiente múltiplo (ou seu representante legal) e dois outros escolhidos entre todas as deficiências. O/a presidente é eleito/a pelos conselheiros.

Participe

Qualquer pessoa com deficiência (residente na cidade de São Paulo) pode se cadastrar no Conselho e participar de suas atividades com direito a voz e voto.

Com o objetivo de debater diretamente com os deficientes seus direitos e propostas, todos os meses são realizadas Reuniões Plenárias.

O Encontro Paulista de Pessoas com Deficiência ocorre anualmente, avaliando as ações do Conselho e apresentando novas propostas.

Grupos de Trabalho

O Conselho também possui Grupos de Trabalho, que discutem e apresentam soluções para os maiores problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência.

Os Grupos são abertos a todos os interessados em levantar, debater e dar respostas às questões que impedem a inclusão social do deficiente.

Estão em atividade os seguintes Grupos de Trabalho: Transporte, Acessibilidade, Saúde (Síndromes Genéticas, DST-Aids), Educação, Mulher com deficiência, Habitação, Trabalho e Profissionalização, Barreiras de Comunicação, Esporte, Cultura e Lazer.

8.4. ANEXO IV – GUIA DE ENCAMINHAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

GUIA DE ENCAMINHAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

SERVIÇOS E ATENDIMENTOS OFERECIDOS PELA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

REALIZAÇÃO
Prefeitura da Cidade de São Paulo

COORDENAÇÃO
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMPED

PARCEIROS	
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS	Secretaria Municipal da Saúde - SMS
Secretaria Municipal de Cultura - SMC	Secretaria Municipal do Trabalho - SMTRAB
Secretaria Municipal de Educação - SME	Secretaria Municipal de Transportes - SMT
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação - SEME	Secretaria Municipal de Participação e Parceria – SMPP

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8
CULTURA	30
EDUCAÇÃO	36
ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO	69
SAÚDE	75
TRABALHO	91
TRANSPORTE	94
PARTICIPAÇÃO E PARCERIA	100
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	103

Elaboração:

Grupo Intersecretarial, de acordo com a Portaria Intersecretarial nº 008/2007, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 17 de julho de 2007: Adriana Sapete Rodrigues, Alice Cristine Castanheira Siqueira Jorge, Arlete Martins Benatti, Bernadete de Araújo Duarte, Carlos Eduardo de Lucca Nunes, Fábio Gomes Souto, José Carlos Biagione, Marcia Regina Marolo de Oliveira, Maria José Teresinha dos Santos, Maria Madalena Rodrigues Wu, Mariluci Campos Colacio, Marta Nose Ferreira, Mima Reni Marchioni Tedesco, Moacir Mariano da Costa, Mônica Leone Garcia Federico, Rafael Abilio Publico, Sandra de Oliveira, Silvana Lucena dos Santos Drago, Vera Lúcia Janela, Yara Tereza Taccola Andreto.

Edição:

Eder Santin

Projeto Gráfico:

Hiro Okita

Ilustrações:

Maria Izabel Aridriello Cueto e Valdinei Farias de Almeida

Copyright © 2007 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED)

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão deste livro, por quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito da SMPED.

A cidade de São Paulo possui mais de três milhões de pessoas que enfrentam dificuldades de locomoção e de acesso

a bens e serviços devido a algum tipo de restrição física ou mental, como, por exemplo, deficiências de visão, audição, motora ou de ordem cognitiva. É uma parcela considerável da população, na qual incluem-se outros cidadãos e cidadãs com mobilidade reduzida – tais como idosos, obesos, mulheres gestantes e pessoas temporariamente limitadas em sua mobilidade por causa de acidentes. São todos paulistanos, de berço ou de coração, que adotaram São Paulo para viver, trabalhar e crescer, mas que encontram aqui barreiras por vezes intransponíveis.

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura da Cidade de São Paulo elaborou este Guia de Encaminhamentos para melhor atender aos três milhões de habitantes – e também aos demais sete milhões – que todos os dias convivem com tais dificuldades na nossa querida

cidade. Esta publicação é a primeira de uma série que pretende melhorar o atendimento a essas pessoas e, principalmente, facilitar a prestação dos serviços públicos, criando caminhos mais simples para acessá-los.

Relacionamos aqui os locais em nossa cidade que prestam serviços importantes para as pessoas com deficiência nas áreas de assistência social, cultura, educação, esporte e lazer, trabalho e transporte. A compilação desses serviços contou com o inestimável apoio das Secretarias Municipais, que cederam muitas das informações publicadas aqui.

Também é possível consultar este Guia de Encaminhamentos pela internet, acessando o site www.prefeitura.sp.gov.br, ou por telefone, ligando para 156.

Esperamos que este Guia de Encaminhamentos seja realmente útil a essa grande e importante parcela de nossa população.

Prefeitura da Cidade de São Paulo

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NÚCLEOS DE SERVIÇOS

Para os moradores de rua com deficiência existem os Núcleos de Serviços. Eles oferecem uma série de ações de inclusão e proteção social à pessoa com deficiência que esteja em situação de vulnerabilidade social.

Os serviços abrangem:

- Informação e orientação ao cidadão com deficiência e a seus familiares.
- Apoio técnico para a inclusão de crianças, adolescentes e adultos com deficiência nos diversos serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Reabilitação social por meio de convênios com entidades especializadas, que oferecem programas de socialização, pré-profissionalização ou capacitação profissional para pessoas com deficiência.
- Apoio e orientação sócio-familiar para famílias de pessoas com deficiência.

Público atendido: Pessoas com deficiência e sem proteção familiar que necessitam de moradia provisória e ações de inclusão social.

Documentação exigida:
Não é necessário apresentar documento.

NÚCLEO DE SERVIÇOS COM ALBERGUE II -

VIVENDA DA CIDADANIA

Rua Comendador Nestor Pereira, 75
Canindé – Telefone: 3326-4983
Atendimento: 24 horas

Serviços:

- Acolhida a homens e mulheres sem filhos.
- Repouso, Café da Manhã, Almoço, Jantar, Banho
- Local para lavar/secar e passar roupa
- Biblioteca
- Oficinas de capacitação profissional
- Atendimento social com encaminhamento para expedição de documentos, saúde, aposentadoria, benefício de prestação continuada e trabalho
- Localização de familiares
- Guarda-volumes

NÚCLEO DE SERVIÇOS COM ALBERGUE II -

SÍTIO DAS ALAMEDAS

Rua Com. Nestor Pereira, 75A – Canindé
Telefone: 3227-4515 – Atendimento: 24 horas

- Acolhida a idosos e idosos, socialmente ativos, em situação de rua
- Repouso, Café da Manhã, Almoço, Jantar, Banho

- Local para lavar/secar e passar roupa
- Biblioteca
- Apoio psicológico
- Atendimento social com encaminhamento para expedição de documentos, saúde, aposentadoria, benefício de prestação continuada e trabalho
- Localização de familiares
- Guarda-volumes

**NÚCLEO DE SERVIÇOS
COM ALBERGUE – BORACEA**

Av. Norma Pierucci Gianotti, 77
Barra Funda – Telefone: 3392-2021
Atendimento: 24 horas

- Acolhida a homens, mulheres com ou sem filhos, idosos
- Repouso, Café da Manhã, Almoço, Jantar, Banho
- Lavar/secar e passar roupa
- Atendimento social com encaminhamento para expedição de documentos, saúde, aposentadoria, benefício de prestação continuada e trabalho

- Localização de familiares
- Guarda-volumes
- Oficinas de capacitação profissional
- Vagas para estacionar carroças vazias
- Vagas para acolhida de cães com os respectivos donos
- Telecentro

**NÚCLEO DE SERVIÇOS COM
ALBERGUE II - CASA DE SIMEÃO**

Rua Assunção, 480 – Brás
Telefone: 3228-2064
Atendimento: 24 horas

- Acolhida a idosos e idosas, socialmente ativos, em situação de rua
- Repouso, Café da Manhã, Almoço, Jantar, Banho
- Local para lavar/secar e passar roupa
- Biblioteca
- Atendimento social com encaminhamento para expedição de documentos, saúde, aposentadoria, benefício de prestação continuada e trabalho
- Localização de familiares
- Guarda-volumes

**CENTRO DE
REFERÊNCIA DA
CIDADANIA E
DO IDOSO (CRECI)**

Rua Formosa, 215 – Vale do Anhangabaú
Telefones: 3255-5302 / 3258-7450
Atendimento: Das 9:00 às 18:00h,
de segunda a sexta-feira

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social – SMADS

Oficinas regulares:

- Yoga, Canto e Coral, Atividades Físicas para Idosos, Xadrez, Contos, Violão, Dança Afro Mix e Introdução às Técnicas Teatrais
- O Grande Conselho Municipal do Idoso disponibiliza diariamente uma pessoa para orientar os idosos quanto aos seus direitos e esclarecer dúvidas

Público atendido: Idosos

Localizado no centro de São Paulo, o Centro de Referência da Cidadania e do Idoso (Creci) atende hoje 2.700 idosos por mês, vindos de todas as regiões da cidade.

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Os centros totalizam 31 unidades, que oferecem:

- Atendimento social
- Orientação
- Encaminhamentos para expedição de documentos pessoais
- Saúde
- Educação
- Trabalho e orientações para aposentadoria e acesso a benefício de prestação continuada e programas
- Serviços e projetos da região

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Documentação necessária:

não é necessária documentação

Site: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social

LOCALIZAÇÃO DOS CRAS

BUTANTÃ

Rua Dr. Ulpiano da Costa Manso, 201
Jardim Peri-Peri
Telefones: 3742-5099 / 3501-2548

CAMPO LIMPO

Rua Baptista Crespo, 312 – Campo Limpo
Telefones: 5841-0102 / 5842-2340

CAPELA DO SOCORRO

Rua Cassiano dos Santos, 499 – Jardim Clíper
Telefone: 5667-4262 – ramais 1888/1889

CASA VERDE

Rua Braselisa Alves de Carvalho, 414
Casa Verde
Telefone: 3858-1388 – ramal 204

CIDADE ADEMAR

Av. Yervant Kissajikian, 416 – Vila Constância
Telefone: 5670-7044

CIDADE TIRADENTES

Estrada do Igatemi, 2751 – Cidade Tiradentes
Telefones: 6558-2020 ramal 226 / 6282-2096

ERMELENO MATARAZZO

Av. São Miguel, 5550 – Ermelino Matarazzo
Telefones: 6148-6585 ramal 213 / 6141-2351

FREGUESIA DO Ó

Rua João Marcelino Branco, 95
Vila Nova Cachoeirinha
Telefones: 3981-5053 / 3984-7900

GUAIANAZES

Rua Prof. Cosme Deodato Tadeu, 136
Guaiánazes – Telefone: 6552-2482

IPIRANCA

Av. Nazaré, 256 – Ipiranga
Telefones: 3873-1800 /
6215-1281 / 6178-7821

ITAIM PAULISTA

Av. Marechal Tito, 3012 – Vila Curuçá
Telefones: 6561-8876 / 6064

ITAQUERA

Rua Sábato D'Ângelo, 2085 – Itaquera
Telefones: 6527-1999 /
6523-3650 – ramal 217

JABAQUARA

Av. Engº Armando de Arruda, 2979
Jabaquara
Telefones: 5021-5059 / 5588-3229

JACANÃ / TREMEMBÉ

Rua Luis Tamatis, 300 – Jacanã
Telefone: 6241-1122 – ramal 271

LAPA

Rua Guaicurus, 1000 – sala 56 – Lapa
Telefones: 3865-4362 /
3673-6022 – ramal 221

M'BOI MIRIM

Av. Guarapiranga, 1265
Parque Alves de Lima
Telefone: 5514-4531 – ramais 132/146/108
Fax: ramal 145

MOOCA

Rua Gonçalves Crespo, 227 – Tatuapé
Telefone: 6194-5078 – Fax: 6194-5078

PARELHEIROS

Av. Sadamo Inoue, 5252
Jardim dos Álamos
Telefone: 5926-6500 –
ramais 6732/6737/6739

PENHA

Rua Candapiú, 492 – Vila Marieta
Telefones: 6957-2031 / 6957-927

PERUS

Rua Ylídio de Figueiredo, 381 – Perus
Telefones: 3917-9269 /
3917-0904 – ramal 258
Fax: 3915-3535

PINHEIROS

Av. das Nações Unidas, 7123 – Pinheiros
Telefones: 3034-0868 / 3095-9554
Fax: 3095-9554

PIRITUBA

Rua Luis Carneiro, 193
Vila Pereira Barreto / Pirituba
Telefones: 3974-1898 / 3993-6844
Fax: 3971-9066

SANTANA / TUCURUVI

Av. Tucuruvi, 808 – Tucuruvi
Telefones: 6201-4810 /
6987-3844 – ramal 193
Fax: 6201-3118

SANTO AMARO

Rua Pe. José de Anchieta, 646
Santo Amaro
Telefones: 5687-6821 / 5524-5285
Fax: 5548-6903

SÃO MATEUS

Av. Ragueb Chohfi, 1400
Parque Industrial / São Lourenço
Telefones: 6112-0322 / 6112-2787

SÃO MIGUEL PAULISTA

Rua Dona Ana Flora Pinheiro de Souza, 76
Vila Jacuí
Telefone: 6297-6173 – Fax: 6956-9173

SÉ

Av. Tiradentes, 749 – Luz
Telefone: 3227-0336 – Fax: 3227-6136

VILA ARICANDUVA / VILA FORMOSA

Rua Iponina, 82 – Vila Carrão
Telefones: 6941-1717 /
2293-7579 – ramal 260

VILA MARIA / VILA GUILHERME

R. Soldado José Antonio Moreira, 546
Jardim Japão
Telefones: 6201-2609 / 6202-5744
Fax: 6201-5744 – ramal 21

VILA MARIANA

Rua Pedro de Toledo, 1529 – Vila Clementino
Telefones: 5574-6211 –
ramal 129 / 5549-7187

VILA PRUDENTE

Rua Dona Genoveva D'Áscoli, 37 –
Vila Prudente
Telefones: 2274-9032 / 6215-5477
Fax: 6125-5477

NÚCLEOS E CENTROS DE CONVIVÊNCIA

Os núcleos e centros de convivência servem a idosos e pessoas com deficiência necessitados de acompanhamento especializado ou locais de permanência e convívio. Totalizam 104 unidades com capacidade de atendimento de 7.000 pessoas.

Site: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social

NÚCLEOS DE APOIO À HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Associação Beneficente Guainumbi

Rua Emanuel List, 96
Chácara Bandeirantes – Jardim Ângela
Telefones: 5895-7501 / 5899-9480

Associação Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo

Rua José Lopes Rodrigues, 510 –
Ermelino Matarazzo
Telefone: 6545-4055

Associação Comunitária Monte Azul

Av. Tomaz de Souza, 552
Jardim Monte Azul / Jardim São Luís
Telefone: 5851-5370

Associação de Assistência de Desenvolvimento Neuromotor ou Mental

Al. dos Quatãs, 701
Planalto Paulista / Saúde
Telefone: 5583-1400

Associação dos Excepcionais

São Domingos Sávio
Rua José Teodoro Vieira, 295
Pq. Maria Domitila / São Domingos
Telefones: 3904-4082 / 3904-9431

Associação para Deficientes da Áudio Visão

Rua Clemente Pereira, 286 – Ipiranga
Telefones: 2273-9333 /
6215-0794 / 2274-6745

Associação para o Desenvolvimento da Educação e Recuperação do Excepcional

Rua Contos Cauchescos, 86
Vila Santa Catarina / Jabaquara
Telefone: 5562-4523

Centro de Ação Social Espaço Livre

Rua Arumarana, 26 – Jardim Elaine / Itaquera
Telefone: 6727-5094

Centro Social Fé e Alegria
Rua Francisco Alarico Bérigamo, 451
Itaquera – Telefone: 6152-9503

Centro Social Nossa Senhora da Penha
Rua Francisco Bueno, 384 – Tatuapé
Telefone: 296-4149

Comunidade Cantinho da Paz (3 unidades)

- Rua Clênio Wanderlei, 238
Jardim Sapopemba
- Rua Soldado Graciano Moreira, 123
Parque São Rafael
- Rua Júlio César Moreira, 274
Parque São Rafael
Telefone: 6919-5501

Escola Especial para a Educação de Excepcionais 4E
Rua Bresser, 2701 – Mooca
Telefone: 6693-4777

Instituto Gabriel Barreto Sogari
Rua Gustavo da Silveira, 128 – Jabaquara
Telefones: 5564-7709 / 5564-7706

Núcleo de Ações para a Cidadania na Diversidade
Rua Cassiano dos Santos, 236
Jardim Clíper / Cidade Dutra
Telefones: 5667-0416 / 5667-4609

Núcleo de Apoio Social ao Cantinho da Esperança
Rua Primavera de Catena, 338
Parque Santa Madalena / Sapopemba
Telefones: 6703-4905 / 6702-9044 / 6703-1905

Promove Ação Sócio-Cultural
Av. Edu Chaves, 164 – Jaçanã / Tremembé
Telefone: 6246-5539

NÚCLEOS SÓCIO-EDUCATIVOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E FAMILIARES

Casa do Cristo Redentor (4 núcleos)

- Rua Agrimensor Sugaya, 986 – Itaquera
Telefones: 6521-6222 / 6521-2327

Creche Imaculado Coração de Maria do Jardim Princesa (4 unidades)

- Rua Antônio Susine, 78
Jardim Princesa
- Rua Firminópolis, 45 A
Jardim Vista Alegre
- Av. Dep. Cantídio Sampaio, 2565
Jardim Guarani
- Rua Pascoal D'Amore, 23
Jardim Princesa
Telefones: 3923-5037 / 3921-1943 / 3966-8231

Núcleo de Ações para a Cidadania na Diversidade
Rua Cassiano dos Santos, 236
Jardim Clíper Dutra / Cidade Dutra
Telefone: 5667-4609

Núcleo de Apoio Social ao Cantinho da Esperança (Famílias)
Rua Primavera de Catena, 338
Parque Santa Madalena / Sapopemba
Telefones: 6703-4905 / 6702-9044 / 6703-1905

União dos Moradores do Parque Anhanguera
Rua Amadeo Caego Monteiro, 209
Vila Nova
Telefones: 3911-3048

NÚCLEOS DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS (NCI)

Os Núcleos de Convivência para Idosos (NCI) são espaços de estar e convívio, com acessibilidade, trabalho social e sócio-educativo para pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos. Cada núcleo tem capacidade para atender de 60 a 120 idosos por dia.

Público atendido: Idosos independentes

ARICANDUVA / FORMOSA / CARRÃO

FLORESCER
(União Amigos das Vilas: Mathias, Real e Cruzeiro)
Rua Terezinha, 16 – Vila Formosa
Telefone: 6911-4048
Capacidade: 70 pessoas

REENCONTRO
(União Amigos das Vilas: Mathias, Real e Cruzeiro)
Pça. Antonio Alves Vilarés da Silva, 13
Telefone: 6721-9515
Capacidade: 80 pessoas

PROGRAMA ATIVIDADE*

O programa Atividade, desenvolvido em parceria com empresa privada (Pizza Hut), visa a recolocação de idosos no mercado de trabalho. Esses idosos provêm da rede de proteção social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e é dada preferência para as pessoas com maior vulnerabilidade social. Os profissionais trabalham de 4 a 8 horas por dia.

O programa oferece:

- Carteira assinada
- Remuneração acima da média
- Cesta básica
- Convênio médico
- Convênio odontológico
- Seguro de vida
- Alimentação no local

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Site: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social

* Serviço exclusivo para os albergados da SMADS

BUTANTÁ

DE BEM COM A VIDA

(Obras Soc. São Mateus)
R. Prof. José Maria Alkmin, 254
Rio Pequeno
Telefone: 3719-5679
Capacidade: 50 pessoas

GRUPO SÃO PATRÍCIO

(C. Soc. Santo Dias)
Av. Otacílio Tomanik, 1.555
Rio Pequeno
Telefone: 3766-5166
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO SERENIDADE

(Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
Av. Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985
Raposo Tavares
Telefone: 3781-8893
Capacidade: 119 pessoas

CAMPO LIMPO

NOSSA SENHORA RAINHA DA PAZ

(Cáritas Diocesana de Campo Limpo)
Av. Diamante Verde, 28
Capão Redondo
Capacidade: 120 pessoas

RENASCE DA CASA DA MULHER E DA CRIANÇA

(União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências)
Rua das Figueiras, 98 – Campo Limpo
Telefone: 5843-0690
Capacidade: 40 pessoas

VIDA ATIVA

(União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências)
Rua Miguel Lopes, 208 – Capão Redondo
Telefone: 5512-0807
Capacidade: 60 pessoas

CIDADE ADEMAR

C. COM. CASTELINHO

(São Paulo Woman's Club)
Rua José Alves Fidalgo, 170 – Cidade Ademar
Telefone: 5621-7809
Capacidade: 100 pessoas

ESPAÇO ABERTO

(Entidade de Promoção e Assistência Social Espaço Aberto)
Rua Diogo Arias, 51 – Cidade Ademar
Telefone: 5621-5427
Capacidade: 120 pessoas

V. PORTELA

(Centro de Promoção Humana São Joaquim Sant'ana)
Av. Batista Maciel, 105 – Pedreira
Telefone: 5615-4333
Capacidade: 60 pessoas

CIDADE TIRADENTES

NCI ASSOCIAÇÃO GRUPO DE MÃES NOVO AMANHECER I

(Associação Grupo de Mães Novo Amanhecer)
Av. José Higino Neves, 1624
Cidade Tiradentes – Telefone: 6555-3365
Capacidade: 60 pessoas

ASSOCIAÇÃO GRUPO DE MÃES NOVO AMANHECER II
(Associação Grupo de Mães Novo Amanhecer)
Av. Sara Kubitschek, 65 – Cidade Tiradentes
Telefone: 6964-4677
Capacidade: 60 pessoas

CASA VERDE
SANTO EXPEDITO
(Sociedade Beneficente Santo Expedito)
Rua Brigadeiro Xavier de Brito, 335 – Limão
Telefone: 3857-9485
Capacidade: 60 pessoas

ERMELINO MATARAZZO
ALEGRIA DE VIVER
(Sociedade Amigos de Ponte Rasa)
Rua Joaquim Alves Dinis, 400 B – Ponte Rasa
Telefone: 6146-1885
Capacidade: 120 pessoas

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA LUZIA
Rua Xamburé, 150 – Vila Cisper / Ermelino Matarazzo
Telefone: 6541-3564
Capacidade: 60 pessoas

ASSOCIAÇÃO E GRUPO DA TERCEIRA IDADE SOL NASCENTE
(Ação Social Ermelino Matarazzo)
Rua Rafael Coelho Machado, 150
Jardim Três Marias / Ponte Rasa
Capacidade: 60 pessoas

CATIEM
(Clube da Amizade 3ª Idade Ermelino Matarazzo)
Rua Professor Antonio de Castro Lopes, 1.418
Ermelino Matarazzo
Telefone: 6544-0078
Capacidade: 100 pessoas

GRUPO 3ª IDADE APRENDENDO COM JARDIM VERÔNIA
(Clube da Amizade 3ª Idade Ermelino Matarazzo - Catiem)
Rua Caiçara do Rio do Vento, 1
Jardim Verônia / Ermelino Matarazzo
Telefone: 6547-3771
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO ESPERANÇA EVIDA
(Centro de Convivência N. Sra Aparecida Jardim Keralux)
Rua Bispo Martins, 39
Jardim Keralux / Ermelino Matarazzo
Telefone: 6545-5119
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO DA MELHOR IDADE DO JARDIM POPULAR
(Ação Social Ermelino Matarazzo)
Rua Conceição de Brejaúba, 614
Jardim Popular / Ponte Rasa
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO MELHOR IDADE FAMÍLIA FELIZ
(Ação Social de Ermelino Matarazzo)
Rua Nélio Batista Guimarães, 160
Pq. Boturussu / Ermelino Matarazzo
Telefone: 65472585
Capacidade: 60 pessoas

NOVA CONQUISTA
(Ação Social Ermelino Matarazzo)
Rua Lucio de Arruda Leme, 155
V. Rio Branco / Ponte Rasa
Capacidade: 60 pessoas

TEREZA BUGOLIM
(Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim)
Rua Primavera da Vida, 13
Ermelino Matarazzo – Telefone: 6943-2277
Capacidade: 120 pessoas

SOCIEDADE AMIGOS 3ª IDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
(Ação Social Ermelino Matarazzo)
Rua Agenor Brito, 15
Jardim Vila São Francisco / Ponte Rasa
Capacidade: 60 pessoas

GUAIANAZES

ARCO IRIS
(Comunidade Kolping)
Estrada do Lageado Velho, 45
Jardim Lageado / Lageado
Telefone: 6867-7615
Capacidade: 60 pessoas

COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO
(Comunidade Kolping)
Rua Antonio Tadeu, 59 – Lageado
Telefone: 6557-5144
Capacidade: 60 pessoas

IDOSO É VIDA

(Associação de Mulheres
Batalhadoras do Jardim Lourdes)
Rua Henrique Montes, 41 – Lajeado
Telefone: 6963-2581
Capacidade: 30 pessoas

MUNDO ENCANTADO

(Comunidade Kolping)
Rua Antonio Januário Ferraz, 18 – Lajeado
Telefone: 6514-2542
Capacidade: 60 pessoas

IPIRANGA

ABELHINHA FELIZ

(Colméia Recreativa Cultural e Social)
R. Almirante João de Faria Lima, 161
Sacomã – Telefone: 6335-1839
Capacidade: 60 pessoas

ITAIM PAULISTA

ASSOCIAÇÃO GAVA - GRUPO
DE APOIO VIVENDO COM ALEGRIA
(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Rua José Alexandre Machado, 390
V. Curuçá – Telefone: 6561-2968
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO CONVIVER

(Associação de Amigos Bárbara Apriero)
Rua Joaquim Inácio Cardoso, 765
Itaim Paulista – Capacidade: 40 pessoas

GRUPO DESPERTAR E MAIOR IDADE

(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Rua Tristão Achaval, 185 – Itaim Paulista
Telefone: 6563-1627
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO VIVER EM HARMONIA

(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Rua José Pessoa, 80 – V. Curuçá
Telefone: 6135-3644
Capacidade: 60 pessoas

NOVA VIDA

(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Praça José Fortuna, 200 – V. Curuçá
Telefone: 6135-5021
Capacidade: 60 pessoas

PARQUE SANTA RITA

(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Av. Fernando Figueiredo Lins, 712
V. Curuçá – Telefone: 6135-6072
Capacidade: 50 pessoas

RENASCER

(Associação Com. do Jardim Nazareth II)
Rua Santo Antonio da Vargem Alegre, 2
V. Curuçá – Telefone: 6569-6844
Capacidade: 70 pessoas

VIVA VIDA

(Clube de Mães do Parque Santa Rita)
Rua Pedro Meira, s/n – V. Curuçá
Telefone: 6135-4420
Capacidade: 60 pessoas

ITAQUERA

ENERGIA

(Jardins Unidos Num Trabalho
de Obras Sociais – Juntos)
Rua Trevo do Mato, 50 – Itaquera
Capacidade: 60 pessoas

FORÇA JOVEM

(Jardins Unidos Num Trabalho
de Obras Sociais – Juntos)
Rua Cardo Limão, 36 – Itaquera
Capacidade: 60 pessoas

JOVEM VEM VIVER

(Obra Social Dom Bosco)
Rua Dr. Álvaro de Mendonça, 456
Itaquera
Telefone: 6174-6557 – ramal 24
Capacidade: 60 pessoas

JUNTOS COM ALEGRIA

(Jardins Unidos Num Trabalho
de Obras Sociais – Juntos)
Rua Cântora, 90 – Cidade Líder
Telefone: 6743-9791
Capacidade: 60 pessoas

LUTA PELA IGUALDADE

(Jardins Unidos Num Trabalho de
Obras Sociais – Juntos)
Av. dos Campanela, 814 – Itaquera
Capacidade: 60 pessoas

NOSSA SENHORA DE LOURDES

(Jardins Unidos Num Trabalho de
Obras Sociais – Juntos)
Av. Pires do Rio, 3185 – Itaquera
Capacidade: 60 pessoas

UNIÃO CIDADE LÍDER
PRÓ-MELHORAMENTOS DO BAIRRO

(União Cidade Líder)
Pró-Melhoramentos do Bairro)
Rua Vale do Ipojuca, 4 – Cidade Líder
Telefone: 6748-3173
Capacidade: 60 pessoas

JABAQUARA

IGUALDADE
(Mov. Com. de Prom. Humana)
Rua Prof. Waldemiro Postch, 134
Jabaquara – Telefone: 5562-4588
Capacidade: 80 pessoas

LAPA

ESPAÇO ÁGUA BRANCA
(Movimento Pró-Idosos – MOPI)
Rua Dona Germaine Burchard, 344
Barra Funda – Telefone: 3672-5904
Capacidade: 175 pessoas

M'BOI MIRIM

FUNDAÇÃO JULITA
(Fundação Julita)
Rua Nova Tuparoquera, 117
Jardim São Luis – Telefone: 5851-0943 –
Capacidade: 80 pessoas

GRUPO DA ESPERANÇA
DO JARDIM SÃO JOAQUIM

(Mov. Com. do Jardim São Joaquim)
Rua Bacabinha, 304 – Jardim São Luis
Telefone: 5515-2477
Capacidade: 70 pessoas

JARDIM CRIS

(Mov. Com. de Vila Remo)
Rua Cristalina, 410 – Jardim São Luis
Telefone: 5894-1011
Capacidade: 95 pessoas

JARDIM KAGOHARA

(Associação dos
Moradores do Jardim Kagohara)
Rua Dos Menestréis, 46 – Jardim Ângela
Telefone: 5833-2841
Capacidade: 200 pessoas

PARÓQUIA JESUS BOM PASTOR –
ARACATI

(Cáritas Diocesana de Campo Limpo)
Rua Inácio Couto, 510 – Jardim Ângela
Telefone: 5517-0250 – Capacidade: 60
pessoas

PARÓQUIA JESUS BOM PASTOR –
VALE VERDE

(Cáritas Diocesana de Campo Limpo)
Estrada da Baronesa, 109 – Jardim Ângela
Telefone: 5517-0250
Capacidade: 60 pessoas

SERVIÇO SOCIAL BOM JESUS

(Serv. Soc. Bom Jesus)
Rua Mandchuria, 122 – Jardim São Luis
Telefone: 5518-0745
Capacidade: 160 pessoas

VILA REMO

R. Audálio Gonçalves dos Santos, 268
Jardim Tomas / Jardim São Luis
Telefone: 5894-1000
Capacidade: 85 pessoas

MOOCA

GRUPO 3ª IDADE NOSSO LAR

(Centro de Assistência
e Promoção Social Nosso Lar)
Rua Pico Negro, 95 – Água Rasa
Telefone: 6121-0575
Capacidade: 50 pessoas

ORQUÍDEAS DA MOOCA

(Associação Lar da Criança
de São Pedro Apóstolo)
Rua Manoel Onha, 425 – Mooca
Telefone: 6966-6123
Capacidade: 60 pessoas

PARCELHEIROS

O SEMEADOR

(Associação Beneficente O Semeador)
Rua Américo Coxa, 550 – Parcelheiros
Telefone: 5920-2498
Capacidade: 60 pessoas

PENHA

BOM JESUS

(Centro Social Bom Jesus do Cangaíba)
Rua Jacira Artacho, 47 – Cangaíba
Capacidade: 60 pessoas

GRUPO 3ª IDADE

ENTRE QUE A CASA É SUA

(Centro Social Bom Jesus do Cangaíba)
Rua Oli, 17 – Penha
Telefone: 6958-6982
Capacidade: 60 pessoas

SÃO MATEUS

GRUPO DA 3ª IDADE LÍRIO DOS VALES
(Centro Social Bom Jesus do Cangaíba)

Rua Borgado, 100 – Cangaíba
Capacidade: 60 pessoas

N. SRA DA ESPERANÇA
(Centro Social Bom Jesus do Cangaíba)
Rua Brita, 170 – Cangaíba
Capacidade: 60 pessoas

PAULISTANO
(Núcleo Social Paulistano)
Rua Bento Quirino, 52 – V. Matilde
Telefone: 6651-7876
Capacidade: 100 pessoas

PINHEIROS

ASSOCIAÇÃO IDADE DOURADA
Rua Cardeal Arcoverde, 2628
1º andar – Pinheiros
Telefone: 3068-0517
Capacidade: 100 pessoas

PROJETO SAMUEL RANGEL
(Assoc. Metod. Ação Soc. – AMAS Pinheiros)
Rua Deputado Lacerda Franco, 318
Pinheiros – Telefone: 3813-3279
Capacidade: 80 pessoas

SÃO MATEUS

VERBO DIVINO – NÚCLEO I
(Assoc. Com. Benef.
Pe. J. Augusto M. Moreira)

Rua Antonio Pereira Machado, 294
São Rafael – Telefone: 6115-5765
Capacidade: 50 pessoas

VERBO DIVINO – NÚCLEO II
(Assoc. Com. Benef.
Pe. J. Augusto M. Moreira)

Rua Cândido Xavier, 5 – São Rafael
Telefone: 6115-5765
Capacidade: 60 pessoas

SÃO MIGUEL

IRMÃ ILDEFRANCA
(Associação Beneficente Irmã Ildefranca
da Cidade de São Paulo – ABII)
Av. Dr. José Artur da Nova, 2070
Jardim Helena – Telefone: 6585-8381
Capacidade: 100 pessoas

INSTITUTO ALANA
(Associação Com. Jardim Nazaré II)
Rua Erva do Sereno, 99
Jardim Helena – Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

SÉ

VIVER COM ALEGRIA
(Associação Com. Jardim Nazaré II)
Rua Torixoréu, 200 – São Miguel
Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

**ASSISTÊNCIA CULTURAL E
ASSISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRO – ERO**
Rua Ivanilton Regis, 425 – V. Jacuí
Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

BOA ESPERANÇA
(Associação Com. Jardim Nazaré II)
Rua Serra da Moeda, 370 – V. Jacuí
Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

SÃO THIAGO
(Associação Com. Jardim Nazaré II)
Rua Damiana, 83 – V. Jacuí
Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

C.C. APÓSTOLO
(Associação Com. Jardim Nazaré II)
Rua Antonio Louzada Antunes, 48
V. Jacuí – Telefone: 6569-6844
Capacidade: 60 pessoas

DOM ORIONE
(Obras Sociais Nossa Sra Aquioipita)
Rua Treze de Maio, 430 – Bela Vista
Telefone: 3106-7235
Capacidade: 80 pessoas

CAPELA DO SOCORRO

**JOSÉ RAMOS FILHO –
GRUPO MARAVILHA**
(Sociedade Amigos do Jardim Reimberg)
Rua Alba Valdez, 3 – Grajaú
Telefone: 5939-0021
Capacidade: 50 pessoas

LAGO AZUL
(C. Soc. Com. Jardim Primavera)
Av. Alvaro Viana, 31 – Cidade Dutra
Telefone: 5661-6762
Capacidade: 50 pessoas

VILA MARIA / VILA GUILHERME

EDITH DE AZEVEDO MARQUES
(C. Soc. Leão XIII)
Rua Santa Maria Goretti, 179 – V. Maria
Telefone: 6631-0735
Capacidade: 80 pessoas

VILA MARIANA

D. HELDER CÂMARA

(C. de Orientação à Família – COR)
Rua Altino Arantes, 496 – Saúde
Telefone: 5589-5070
Capacidade: 120 pessoas

VILA PRUDENTE / SAPOPEMBA

HARMONIA

(Comunidade Educacional
de Base Sítio Pinheirinho)
Rua Solar dos Pinheiros, 460 – São Lucas
Telefone: 6703-2072
Capacidade: 60 pessoas

CHIQUINHA GONZAGA

(Comunidade Educacional
de Base Sítio Pinheirinho)
Rua José Vieira, 246 – Sapopemba
Telefone: 6107-1384
Capacidade: 60 pessoas

GOTAS DE PRATA

(Comunidade Educacional
de Base Sítio Pinheirinho)
Rua dos Banqueiros, 177 – Sapopemba
Telefone: 6107-4203
Capacidade: 60 pessoas

VIVER COM ALEGRIA

(Sociedade Amigos
de Vila Industrial – SAVI)
Av. Moraes Costa, 566 – São Lucas
Telefone: 6702-7710
Capacidade: 60 pessoas

AMIGOS DE VILA ALPINA

(Sociedade dos Amigos
de Vila Alpina – SAVALP)
Rua Barão de Itapoã, 67 – V. Prudente
Telefone: 6917-3659
Capacidade: 120 pessoas

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, o BPC é um benefício no valor de um salário mínimo mensal, destinado às pessoas com deficiência e às pessoas com 65 anos ou mais, com renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo e que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provido por sua família (artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

O BPC é operado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em conjunto com o INSS. O benefício é requerido nas agências do INSS.

O REQUERENTE DEVE APRESENTAR

- Documento de identidade
- Carteira de trabalho
- CPF (se tiver)
- Comprovante de residência
- Documentação legal quando se tratar de procuração Guarda, tutela ou curatela ou situação casamento, separação ou divórcio demento, divórcio ou similares

OS MEMBROS DA FAMÍLIA DEVEM APRESENTAR (TODOS)

- Certidão de nascimento ou casamento
- Documento de identidade
- Carteira de trabalho
- CPF (se tiverem)
- Comprovação de renda

Ao ser incluído no BPC, o beneficiário recebe do banco um cartão magnético feito especialmente para a retirada do benefício.

Para saber mais sobre o BPC, acesse o site www.mds.gov.br

PROJETO LER PRA CRER

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, mantém convênio com a Fundação Dorina Nowill para que publicações editadas pela fundação estejam disponíveis à população. Essas obras, acessíveis para consultas e empréstimos, são destinadas a pessoas com deficiência visual.

Grande parte dos livros do acervo das bibliotecas municipais não está acessível a pessoas com deficiência visual. Contudo, essa realidade começa a mudar com o

Projeto **Ler pra Crer**. Ele permite que qualquer pessoa possa solicitar a impressão em braille ou gravação em áudio-livro

da obra que desejar (caso não esteja disponível). Essa iniciativa possibilita o acesso de todos os cidadãos ao acervo literário municipal.

Este projeto tem participação das Bibliotecas Municipais. Para utilizar o acervo, basta ao cidadão ser cadastrado em uma delas.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED, em parceria com o Instituto VIVO, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação

Documentação necessária:

Ser cadastrado nas Bibliotecas, apresentando comprovante de residência e documento de identidade com foto.

BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

CENTRAL

BIBLIOTECA BRAILLE DO

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e

Centro Cultural São Paulo

Rua Vergueiro, 1.000 – Paraíso

Telefone: 3383-3488

Atendimento: 3ª a 6ª feira das 10h às 18h;
sábado das 10h às 17h

E-mail: ccsp@prefeitura.sp.gov.br

Site: <http://www.centrocultural.sp.gov.br>

Observação: dispõe de computadores

adaptados para pessoas com deficiência
visual acessarem a internet.

Órgão responsável: Secretaria Municipal

da Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

NORTE

BIBLIOTECA MUNICIPAL

ÁLVARES DE AZEVEDO

Secretaria Municipal de Cultura e

Coordenadoria do Sistema Municipal

de Bibliotecas

Pça. Joaquim José da Nova, s/n – V. Maria

Telefones: 6954-3118 / 6954-2813

Atendimento: 2ª a 6ª feira das

8h às 17h; sábado das 9h às 16h

E-mail: bcsp.azevedo@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal

da Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

PEDRO DA SILVA NAVA

Secretaria Municipal de Cultura e

Subprefeitura de Santana/Tucuruvi

Av. Engº Caetano Álvares, 5903

Mandaqui – Telefone: 6973-7293

Atendimento: 2ª a 6ª feira

das 8h às 17h; sábado das 9h às 16h

Email: bcsp.pmaia@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal da

Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

LESTE

BIBLIOTECA MUNICIPAL

PAULO SETÚBAL

Secretaria Municipal de Cultura e

Subprefeitura Aricanduva

Av. Renata, 163 – Vila Formosa

Telefones: 6211-1507 / 6211-1508

Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 17h;

sábado das 9h às 16h

E-mail: bcsp.psetubal@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal da

Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

SUL

BIBLIOTECA MUNICIPAL

PREFEITO PRESTES MAIA

Secretaria Municipal de Cultura e

Coordenadoria do Sistema Municipal

de Bibliotecas

Av. João Dias, 822 – Santo Amaro

Telefone: 5687-0513

Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 17h;

sábado das 9h às 16h

E-mail: bcsp.pmaia@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal

da Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

OESTE

BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL

PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

Secretaria Municipal de

Cultura e Subprefeitura Perus

Rua Antonio Maia, 651 – Perus

Telefone: 3917-0751

Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 17h;

sábado das 9h às 16h.

E-mail:

bcsp.pjanchieta@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal

da Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida – SMPED, em parceria com o

Instituto VIVO, Secretaria Municipal de

Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

**BIBLIOTECA MUNICIPAL
MÁRIO SCHENBERG**

Secretaria Municipal de Cultura e
Coordenadoria do Sistema Municipal
de Bibliotecas
Rua Catão, 611 – Vila Romana
Telefone: 3672-0456
Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 17h;
sábado das 9h às 16h
E-mail:
bcsp.mschenberg@prefeitura.sp.gov.br

Órgão responsável: Secretaria Municipal
da Pessoa com Deficiência e Mobilidade
Reduzida – SMPED, em parceria com o
Instituto VIVO, Secretaria Municipal de
Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

**OUTRAS BIBLIOTECAS
ACESSÍVEIS**

BIBLIOTECA

INFANTO-JUVENIL ANNE FRANK
Secretaria Municipal de Cultura e
Coordenadoria do Sistema Municipal
de Bibliotecas
Rua Cojuba, 45 – Itaim Bibi
Telefone: 3078-6352

Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 17h;
sábado das 9h às 16h
E-mail: bcsp.afrank@prefeitura.sp.gov.br
Observação: com acessibilidade para
cadeirantes.

Órgão responsável: Secretaria Municipal
da Pessoa com Deficiência e Mobilidade
Reduzida – SMPED, em parceria com o
Instituto VIVO, Secretaria Municipal de
Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

**BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL
VICENTE PAULO GUIMARÃES**

Secretaria Municipal de Cultura e
Subprefeitura Itaim Paulista
Rua Jaguar, 225 – V. Curuçá
Telefones: 6135-5322 / 6134-0646

ARTE INCLUI

O projeto **Arte Inclui**, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida do Município de São Paulo (SMPED), procura ampliar a formação cultural das pessoas com deficiência. A programação é atualizada mensalmente e algumas das instituições culturais oferecem transporte gratuito e oficinas educativas.

No procedimento de inscrição deve-se fazer o pré-agendamento ligando para a SMPED e fornecendo alguns dados do grupo. A SMPED envia os dados para as instituições parceiras formalizarem o agendamento e entra em contato com o responsável pelo grupo para confirmar a visita e o horário.

O projeto destina-se a instituições do município de São Paulo que trabalham com grupos de pessoas com deficiência e que se interessam em participar de visitas a exposições culturais.

Os agendamentos são feitos somente pelos telefones: 3113-8784 / 3113-8785.

Informações necessárias: nome da instituição; nome do responsável pelo grupo e número de telefone celular; contato da instituição; número de participantes e tipo de deficiência; número de cadeirantes, data e horário de interesse.

CENTRO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO – CEFAl

O Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAl), vinculado às Coordenadorias de Educação, desenvolve ações de formação, produção de materiais, desenvolvimento de projetos, orientação e supervisão às Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI). Também organiza acervo bibliográfico e materiais/equipamentos específicos para alunos com necessidades educacionais especiais.

São 13 unidades do CEFAl espalhadas pela cidade.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal de Educação

Público atendido: Alunos da Rede Municipal de Ensino e municípios com necessidades educacionais decorrentes de deficiências, limitações, condições ou disfunções no processo de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades; educadores da Rede Municipal de Ensino e pais ou responsáveis.

PROFESSOR DE APOIO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO – PAAI

Para dar suporte a essas ações, as Coordenadorias de Educação contam com o PAAI, professor habilitado ou especializado em uma das áreas da deficiência (mental, física, auditiva, visual), vinculado ao CEFAl. Ele realiza o serviço de apoio e acompanhamento pedagógico, itinerante, à comunidade educativa, mediante a atuação conjunta com os educadores da classe comum e com a equipe técnica da unidade educacional.

Órgão responsável:
Coordenadorias de Educação

Público atendido: Alunos matriculados na rede municipal de ensino cujas necessidades educacionais se relacionem com diferenças determinadas ou não por deficiência, por limitações, por condições e ou disfunções no processo de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades.

CEFAI BUTANTÃ

Rua Manoel Jacinto, 249 – Vila Sônia
Cep: 05624-000
Telefone/Fax: 3743-3377 – ramal 232
Atendimento: das 8h às 17h

Regiões atendidas:

Butantã, Raposo Tavares, Morumbi,
Rio Pequeno, Vila Sônia, Pinheiros,
Itaim Bibi, Jardim Paulista e Brooklin

Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smecebutantaped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI CAMPO LIMPO

Av. Nossa Sra. do Bom Conselho, 65
Jardim Laranjal – Cep: 05763-470
Telefone/Fax: 5812-3618 (direto)
Fax: 5814-9121

Atendimento: das 8h às 17h

Regiões atendidas: Campo Limpo,
M'Boi Mirim, Vila Andrade, Capão

Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luiz
Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smececampolimpoped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI CAPELA DO SOCORRO

Rua Lauzane, 955 – Vila Friburgo
Cep: 04782-010
Telefone/Fax: 5669-2607
Atendimento: das 8h às 18h

Regiões atendidas:

Capela do Socorro e Parelheiros
Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smececapsocorroped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI FREGUESIA DO Ó

Rua Léo Ribeiro de Moraes, 66
Freguesia do Ó – Cep: 02910-020
Telefone/Fax: 3934-4539 / 3934-4549
Atendimento: das 8h às 17h

Regiões atendidas: Casa Verde, Cachoeirinha,
Imirim, Limão, Freguesia e Brasilândia
Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail: smecefoped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI GUAIANAZES

R. Agapito Maluf, 26 – Vila Princesa Isabel /
Lajeado – Cep: 08410-131
Telefone/Fax: 6557-6100 – ramal 206
Atendimento: das 8h às 18h

Regiões atendidas:

Guaiánazes e Cidade Tiradentes
Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smeceguaianasesped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI IPIRANGA

Rua Leandro Dupret, 525 – Vila Clementino
Cep: 04025-012
Telefone/Fax: 5549-6221 – ramais 232/243
Atendimento: das 8h às 18h

Regiões atendidas:

Vila Mariana, Vila Prudente,
Parque São Lucas, Sé e Ipiranga

Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smeceipirangaped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI ITAQUERA

Av. Maria Luíza Americana, 2021
Jardim Nossa Senhora do Carmo
Cep: 08275-000 – Telefone/Fax: 6741-8801
Atendimento: das 8h às 17h

Regiões atendidas: Itaquera, Aricanduva,
Vila Formosa e Vila Carrão
Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail: smeceitaqueraped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI JAÇANÃ/TREMÊMBÉ

Avenida Tucuruvi, 808 – Tucuruvi
Cep: 02304-002 – Telefone: 6982-6830
Fax: 6982-6831 / 6982-6857 / 6982-6867
Atendimento: das 8h às 18h

Regiões atendidas: Jaçanã, Tremembé,
Santana, Tucuruvi, Mandaqui, Vila Maria,
Vila Medeiros e Vila Guilherme

Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smecejacanatanrembeadim@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI PENHA

Rua Apucarana, 215
Tatuapé – Cep: 03311-000
Telefones/Fax: 6193-9766 /
6198-3322 – ramal 106 / 6198-4529
Atendimento: das 7h às 18h

Regiões atendidas:

Mooca, Penha, Tatuapé, Brás,
Pari, Cangaíba, Ermelino Matarazzo

Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smecepenhacefai@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI PIRITUBA

Rua Aurélio, s/nº, altura do nº 100
Vila Romana
Cep: 05046-001
Telefones/Fax: 3871-4038 /
3871-3963 / 3868-6153
(CEFAI) – Atendimento: das 8h às 17h
Regiões atendidas:
Lapa, Perus, Pirituba, Taipas,
Jaguari, Vila Jaraguá, Sumaré,
Perdizes, Barra Funda e Água Branca

Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail: smecepiritubaped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI SANTO AMARO

Rua Dr. Abelardo Vergueiro César, 370
Vila Alexandria – Cep: 04751-030
Telefone/Fax: 5031-8855 – ramal 204
Atendimento: das 8h às 18h
Regiões atendidas: Cidade Ademar,
Jabaquara, Santo Amaro, Campo Grande,
Pedreira, Chácara Santo Antônio,
Campo Belo e Brooklin

Site:
www.portaleducacao@prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smeestoamaroped@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI SÃO MATEUS

Avenida Maria Cursi, 307 – São Mateus
Cep: 03962-000
Telefones/Fax: 6919-9944 / 6119-7422
Atendimento: das 8h às 17h
Regiões atendidas: São Mateus,
Iguatemi, São Rafael e Sapopemba
Site:
www.portaleducacao@prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smeceaoamateusp@prefeitura.sp.gov.br

CEFAI SÃO MIGUEL

Rua Daniel Bernardo, 95 – São Miguel
Cep: 08010-100
Telefones/Fax: 6137-6739 / 6137-0800
Atendimento: das 8h às 17h
Regiões atendidas:
São Miguel e Itaim Paulista
Site:
www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br
E-mail:
smeaomiguelcefa@prefeitura.sp.gov.br

**SALA DE APOIO E
ACOMPANHAMENTO
À INCLUSÃO – SAAI**

As escolas municipais dispõem,
mediante solicitação, de um serviço
de apoio pedagógico especializado,
desenvolvido por professores habilitados
em salas instaladas nas unidades
educacionais da Rede Municipal de Ensino.

A Sala de Apoio e Acompanhamento
à Inclusão (SAAI) atende a alunos com
necessidades educacionais que podem
ou não se relacionar com deficiências,
limitações ou disfunções no processo de
desenvolvimento, assim como com situação
de superdotação ou altas habilidades.
Nessas salas são atendidos alunos da
própria escola ou de outras escolas
da Rede Municipal de Ensino,
onde o atendimento não exista.

Órgão responsável:

Unidades Educacionais /
Coordenadorias de Educação/Secretaria
Municipal de Educação

Público atendido: Alunos matriculados
na Rede Municipal de Ensino

Órgão prestador:

Unidades Educacionais

Documentação necessária:

Comprovante de matrícula e avaliação
educacional do processo de ensino
e aprendizagem, realizada pela equipe
escolar, com a participação da família,
do professor regente da SAAI, CEFAI,
do supervisor escolar e, se preciso,
dos profissionais da Saúde.

ENDEREÇOS DAS SAAS (ordenados pelas Coordenadorias de Educação)

BUTANTÁ

SAAI/CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CIEJA
Atendimento especializado e exclusivo para alunos com deficiência mental
Rua Antonio Mariani, 425
Jd. Ademar de Barros – Cep: 05530-000
Telefones/Fax: 3722-0656 / 3722-0617
Atendimento: Tarde e Noite
E-mail: ciejanael2@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF CONDE LUIZ EDUARDO MATARAZZO
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Av. Padre Tiago Alberione, 150
Pq. dos Príncipes – Cep: 05396-070
Telefones/Fax: 3782-5470 / 3782-9747
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefematarazzo@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DESEMBARCADOR DALMO DO VALE NOGUEIRA
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência física
Rua Abrahão Khalil Rezek, 45 – Vila Sônia
Cep: 05625-050

Telefones/Fax: 3742-5646 / 3501-5657
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emeidnogueira@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF EDA TEREZINHA CHICA MEDEIROS
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Engº Hugo Takahashi, 333
Jd. Raposo Tavares – Cep: 05563-120
Telefones/Fax: 3782-0714 / 3781-6437
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefeda@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF GONÇALVES ETCHEGOYEN
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Adherbal Stresser, 686
Jardim Arpoador – Cep: 05566-000
Telefone/Fax: 3782-1862
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefgetchegoyen@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF IBRAHIM NOBRE
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Coronel Salvador de Moya, 263
Vila Alba – Cep: 05368-020

Telefone/Fax: 3731-6153
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefinobre@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF JOÃO XXIII
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência visual
Rua Cônego Luis Vieira da Silva, 201
Jd. João XXII – Cep: 05569-110
Telefone/Fax: 3782-0750 / 3782-5911
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefjoaoxiii@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEI PROFESSOR BENEDITO CASTRUCCI
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência física
Rua Cachoeira Poraquê, 80
Cohab Raposo Tavares – Cep: 05574-450
Telefone/Fax: 3782-0084
Atendimento: Manhã
E-mail: emefbcastrucci@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSOR OLAVO PEZZOTTI
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Fradique Coutinho, 2.200
Vila Madalena – Cep: 05416-002
Telefone/Fax: 3032-9908
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefopezzotti@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSORA DAISY AMADIO FUJIWARA
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Amaralina, 141
Cohab São Jorge Arpoador
Cep: 05565-090
Telefones/Fax: 3782-0687 / 3782-0977
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefdaisyfujiwara@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSORA MARIA ALICE BORGES GHION
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Cachoeira do Poraquê, 575
Cohab Raposo Tavares – Cep: 05574-450
Telefone/Fax: 3782-8909
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefmabghion@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSORA MARIA ANTONIETA D'ALCKMIN BASTO
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Casa do Ator, 207 – Vila Olímpia
Cep: 04546-001 – Telefone/Fax: 3846-4931
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefmadbasto@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF VIANNA MOOG

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Francisco Leite Esquerdo, 310
Jd. Jaqueline – Cep: 05528-040
Telefone/Fax: 3751-1620 / 3751-5579
Atendimento: Manhã ou Tarde
E-mail: emefvmoog@prefeitura.sp.gov.br

CAMPO LIMPO

SAAI/EMEF CLEMENTE PASTORE

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Inácio Parreira Neves, 17
Jardim Nakamura – Cep: 04942-080
Telefone/Fax: 5831-0307
Atendimento: Intermediário
E-mail: emefpastore@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF EUCLIDES DA CUNHA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Costa Nova do Prado, 108
Jardim Lilah – Cep: 05885-190
Telefone/Fax: 5873-2676
Atendimento: Manhã
E-mail: emefcunha@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF FAGUNDES VARELLA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Av. Augusto Barbosa Tavares, 716
Jardim Itacema – Cep: 05790-140
Telefone/Fax: 5841-0845
Atendimento: Intermediário e Tarde
E-mail: emefvarella@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

HERMES FERREIRA DE SOUZA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Avenida Carlos Lacerda, 678
Jardim Pirajussara – Cep: 05789-000
Telefone/Fax: 5843-4833
Atendimento: Tarde
E-mail: emefcucampolimpo@prefeitura.sp.gov.br
emefhsouza@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

JOSÉ OLYMPIO PEREIRA FILHO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Travessa Passareira, 200
Cohab Instituto Adventista
Cep: 05868-120 – Telefone/Fax: 5821-7556
Atendimento: Tarde
E-mail: emefjopfilho@prefeitura.sp.gov.br

CAPELA DO SOCORRO

SAAI/EMEF FREI DAMIÃO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Daniel Alomia, 325
Pq. Residencial Cocaia – Cep: 04851-340
Telefone/Fax: 5528-0997 / 5933-6224 / 5528-0578
Atendimento: Manhã ou Tarde
E-mail: emeffreidamiao@prefeitura.sp.gov.br

FREGUESIA DO Ó

SAAI/CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CIEJA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento
Rua Jitauna, 30 – Jardim Maracanã
Cep: 02839-070 – Telefone/Fax: 3859-0011
Atendimento: Manhã, Tarde ou Noite
E-mail: ciejanae03@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEI CORONEL

JOSÉ CANAVÓ FILHO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Euvaldo Augusto Freire, 2

Jardim Carombé – Cep: 02855-030

Telefone/Fax: 3921-3260 / 3921-5132

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emejcanavo@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DOUTOR

ELIAS DE SIQUEIRA CAVALCANTI

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Santa Ângela, 50

Vila Palmeira – Cep: 02727-000

Telefones/Fax:

3931-0100 / 3931-6134 / 3933-0095

Atendimento: Tarde

E-mail:

emefeliascavalcanti@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF ÉRICO VERÍSSIMO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Rafael Alves, 295

Vila Regina – Cep: 02967-050

Telefone/Fax:

3992-5613 / 3992-0329 / 3975-5517

Atendimento: Manhã

E-mail: emedverissimo@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEI MANUEL BANDEIRA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Antônio Genelle, 151

Jardim Monte Alegre – Cep: 02811-020

Telefone/Fax:

3992-5878 / 3978-2337 / 3975-8973

Atendimento: Manhã

E-mail:

emeimbandeira@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEI MANOEL PRETO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Bonifácio Cubas, 356

Vila Albertina – Cep: 02731-000

Telefones/Fax:

3931-3871 / 3932-6809 / 3931-3887

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emeimpreto@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PAULO NOGUEIRA FILHO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Brasília Alves de Carvalho, 356

Casa Verde Baixa – Cep: 02510-030

Telefone/Fax: 3966-4317 /

3858-1892 / 3857-5644

Atendimento: Tarde

E-mail: emefpnfilho@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PEDRO AMÉRICO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Vicente Jorge, 100

Vila Bancária Munhoz – Cep: 02759-100

Telefone/Fax: 3923-4650 / 3924-4167

Atendimento: Tarde e Noite

E-mail:

emepedroamerico@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSOR ANDRÉ

RODRIGUES DE ALCCKMIN

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Marcelino José de Freitas, 619

Vila Terezinha – Cep: 02853-010

Telefone/Fax: 3921-3875 /

3921-3280 / 3921-7778

Atendimento: Manhã

E-mail: emefalcckmin@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSORA

JOANINHA GRASSI FAGUNDES

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Rua Alberto Andalo, 36

Parque São Luis – Cep: 02840-080

Telefone/Fax:

3924-6452 / 3924-0067 / 3923-4464

Atendimento: Manhã

E-mail:

emeifjoaninhag@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF TENENTE AVIADOR

FREDERICO GUSTAVO DOS SANTOS

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento

Avenida General Penha Brasil, 139

Vila Angélica – Cep: 02673-000

Telefones/Fax: 3851-5820 /

3984-1740 / 3851-5633

Atendimento: Manhã

E-mail: emefigsantos@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF THEO DUTRA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental ou transtorno global do desenvolvimento
Av. Guilherme de Almeida, 110
Vila Penteado – Cep: 02866-040
Telefone/Fax: 3859-5245 / 3851-8820
Atendimento: Intermediário
E-mail: emeftheo Dutra@prefeitura.sp.gov.br

GUAIANAZES

SAAI/CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CIEJA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Meira Pena, 33 – Guaianazes
Cep: 08410-080 – Telefone/Fax: 6557-1831
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: ciejaguianases@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF ALEXANDRE DE GUSMÃO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Porto do Bezerra, 25
Jardim Guaianazes – Cep: 08440-000

Telefone/Fax: 6135-1656

Atendimento: Tarde

E-mail: emefagusmao@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DOUTOR

JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência auditiva
Rua dos Têxteis, 2.907

Chácara Santa Etelvina – Cep: 08490-600

Telefone/Fax: 6282-2126

Atendimento: Manhã ou Tarde

E-mail: emefacsalgado@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF JOÃO RIBEIRO DE BARROS

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência auditiva
Rua Ananai, 968 – Vila Nova Curuçá
Cep: 08032-370 – Telefone/Fax: 6135-1650
Atendimento: Tarde
E-mail: emefjr@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

MADRE JOANA ANGÉLICA DE JESUS

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Torre de Santiago, 425 – Jardim Soares
Cep: 08460-180 – Telefone/Fax: 6557-8088
Atendimento: Manhã
E-mail: emefmadrejoana@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF MAURÍCIO GOULART

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua René de Toledo, 700
Cidade Tiradentes – Cep: 08471-740
Telefone/Fax: 6282-0040
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefmgoulart@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

PROFESSOR JOÃO DE LIMA PAIVA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência visual
Rua Getulina, 278 – Guaianazes
Cep: 08450-020 – Telefone/Fax: 6557-8176
Atendimento: Manhã, Tarde e Noite
E-mail: emeflpaiva@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

PROFESSOR MAILSON DELANE

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Salvador Vígano, 100
Cohab Barro Branco II – Cep: 08470-273
Telefone/Fax: 6282-9577
Atendimento: Manhã
E-mail: emefmdelane@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSORA OLINDA

MENEZES SERRA DE VIDAL
Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental
Rua Várzea Nova, 40
Cidade Tiradentes – Cep: 08475-420
Telefones/Fax: 6282-2264
Atendimento: Tarde
E-mail: emefolinda@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF SATURNINO PEREIRA

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência física e deficiência mental
Estrada Igatemi, 4.977
Jardim Três Marias – Cep: 08375-000
Telefone/Fax: 6555-8181 / 6555-9379
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefsaturnino@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF VEREADORA

ANNA LAMBERGA ZÉGLIO

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental e deficiência física
Rua Olímpia Montani, 231
Santa Etelvina II B – Cep: 08475-320
Telefones/Fax: 6964-9068 / 6516-0364
Atendimento: Manhã ou Tarde
E-mail: emefazeglio@prefeitura.sp.gov.br

IPIRANGA

SAAI/EMEF CLEÓMENES CAMPOS

Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência mental

Rua Bartolomeu Corrêa Bueno, 268

Jardim Tereza – Cep: 03261-040

Telefones/Fax: 6911-8530 / 6104-4528

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefccampos@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSOR QUEIROZ FILHO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Fernandes Sardinha, 222 – Vila Bella

Cep: 03147-020 – Telefone/Fax: 6917-0052

Atendimento: Tarde

E-mail: emefqfilho@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEI QUINTA DAS PAINEIRAS

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Praça Mário Ortiz, 88 – Quinta da Paineira

Cep: 03151-080 – Telefone/Fax: 6347-2891

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emeiqpaineiras@prefeitura.sp.gov.br

ITAQUERA

SAAI/EMEF

DOUTOR JOÃO NAOKI SUMITA

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Av. Monsenhor Antônio Castro, 222

Vila Formosa – Cep: 03461-000

Telefones/Fax: 6104-7028 / 6104-1121

Atendimento: Manhã

E-mail: emefjoaonaoki@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF ROQUETTE PINTO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Prof. Alzira de Oliveira Giioli, 32

Jardim Ivã – Cep: 03905-090

Telefones/Fax: 6916-1022 / 6216-3864

Atendimento: Tarde

E-mail:

emefroquettepinto@prefeitura.sp.gov.br

TREMEMBÉ

SAAI/EMEF MARTIN FRANCISCO

RIBEIRO DE ANDRADA

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Borges, 242

Parque Rodrigues Alves – Cep: 02247-000

Telefones/Fax:

6201-3734 / 6202-9637 / 6931-8089

Atendimento: Manhã

E-mail: emefralves@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

VEREADOR ANTÔNIO SAMPAIO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência auditiva

Rua Voluntários da Pátria, 733

Santana – Cep: 0211-000

Telefones/Fax: 6221-4615 / 6221-5599

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail:

emeifmasampaio@prefeitura.sp.gov.br

PENHA

SAAI/EMEI ALUISIO DE AZEVEDO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Farol Paulistano, 250

Jardim Itália – Cep: 03192-060

Telefones/Fax:

6128-3769 / 6965-3891 / 6965-8470

Atendimento: Tarde

E-mail: emeiaazevedo@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF ANÁLIA FRANCO BASTOS
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Av. Condessa Elisabeth Robiano, 454
Catumbi – Cep: 03074-000
Telefones/Fax:
6693-6619 / 6618-2100 / 6693-2197
Atendimento: Tarde
E-mail: emefabastos@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF ASSAD ABDALA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Vila Gomes Cardim – Cep: 03318-000
Telefones/Fax:
2296-5533 / 2293-0750 / 6198-0440
Atendimento: Manhã
E-mail: emefabdala@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF LEONOR MENDES DE BARROS
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Raymundo Correia, 5 – Vila Diva
Cep: 00331-000 – Telefone/Fax: 6965-7517
Atendimento: Manhã e Tarde

SAAI/EMEF LUIZ WASHINGTON VITA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Conceição de Brejuba, 68

Jardim Popular – Cep: 03671-010
Telefones/Fax:
6091-3790 / 6957-4092 / 6687-1833
Atendimento: Manhã
E-mail: emefwashignton@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF MARECHAL JUAREZ TÁVORA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Japaraíquara, 679
Vila Rio Branco – Cep: 03873-000
Telefones/Fax:
6280-9975 / 6148-1570 / 6141-0460
Atendimento: Manhã
E-mail:
emefmarechaljuarez@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF OCTÁVIO MANGABEIRA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Paulo Bifano Alves, 658
Parque Boturussu – Cep: 03801-000
Telefones/Fax:
6546-4145 / 6546-0433 / 6547-0282
Atendimento: Tarde
E-mail: emefomangabeira@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PREFEITO JOSÉ CARLOS DE FIGUEIREDO FERRAZ
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Alexander Bain, 89
Jardim Nordeste – Cep: 03690-060
Telefones/Fax:
6280-5151 / 6148-3469 / 6142-9014
Atendimento: Manhã
E-mail: emefciferraz@prefeitura.sp.gov.br

PIRITUBA

SAAI/EMEF DEPUTADO ROGÊ FERREIRA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Estrada do Corredor, 1.210
Parque Panamericano – Cep: 02992-210
Telefone/Fax: 3949-5366
Atendimento: Manhã
E-mail: emefferreira@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DESEMBARGADOR EUCLIDES CUSTÓDIO DA SILVEIRA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua José de Morais, 191
Parque São Domingos – Cep: 05121-060

Telefone/Fax: 3834-9504
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefecsilveira@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DILERMANDO DIAS DOS SANTOS
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Paulo Franco, 815 – Vila Leopoldina
Cep: 05305-031 – Telefone/Fax: 3832-2945
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefddsantos@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF FERNANDO GRACIOSO
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Silveirania, s/nº – Jardim do Russo
Cep: 05211-060 – Telefone/Fax: 3917-1388
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefgracioso@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF MARECHAL ESPERIDÃO ROSAS
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Guimarães Rosa, 118 – Vila Lageado
Cep: 05338-080 – Telefone/Fax: 3768-2898
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefrosas@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF MINISTRO ANIBAL FREIRE

Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental

Rua Silva Airoso, 100

Vila Ribeiro de Barros – Cep: 05307-040

Telefone/Fax: 3832-2307

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefalfreire@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PADRE LEONEL FRANCA

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Xavier dos Pássaros, 39 – Jardim Rincão

Cep: 02991-100 – Telefone/Fax: 3941-3625

Atendimento: Intermediário

E-mail: emefffranca@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSOR GABRIEL

SYLVESTRE TEIXEIRA DE CARVALHO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Coronel Albino Rego, 132

Pq. Maria Domitila – Cep: 05128-030

Telefone/Fax: 3904-6042

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefgscarvalho@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

PROFESSOR JOSÉ FERRAZ DE CAMPOS

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Pauva, 644 – Vila Jaguara

Cep: 05116-001 – Telefone/Fax: 3625-1792

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefjcampos@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF

TENENTE JOSÉ MARIA PINTO DUARTE

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Alaláia, 100 – Sumaré

Cep: 01251-060 – Telefone/Fax: 3873-6283

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefjmduarte@prefeitura.sp.gov.br

SÃO MATEUS

SAAI/EMEF

ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Guaraniã, 1 – Parque dos Bancários

Cep: 03924-120 – Telefone/Fax: 6703-5946

Atendimento: Tarde

E-mail: emefvartigas@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF BENEDITO DE JESUS

BATISTA LAURINDO – PADRE BATISTA

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Afonso Ferrabosco, 52

Parque dos Bancários – Cep: 03923-085

Telefone/Fax: 6721-1129

Atendimento: Tarde

E-mail: emefbatista@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF COELHO NETO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Diogo Garcia, 128

Parque Boa Esperança – Cep: 08370-030

Telefone/Fax: 6731-2970

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail: emefcneto@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF FAZENDA DA JUTA A – 7

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Alexandre Gropalli, 147

Fazenda da Juta 7 – Cep: 03977-414

Telefone/Fax: 6110-0054

Atendimento: 7h às 15h

E-mail: emefazjuta7@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF HERALDO BARBUY

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Cristóvão de Vasconcelos, 86

Jardim Adutora – Cep: 03978-000

Telefone/Fax: 6703-5411

Atendimento: Manhã

E-mail: emefhbarbuy@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF JOSÉ LINS DO REGO

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Rua Augusto Ferreira Ramos, 54 – Jardim

Tietê

Cep: 03947-030 – Telefone/Fax: 6919-4320

Atendimento: Manhã

E-mail: emefjrego@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF JÚLIO DE GRAMMONT

Atendimento educacional especializado

a alunos com deficiência mental

Travessa do Meiri, 73

Jardim Rodolfo Pirani – Cep: 08311-560

Telefones/Fax: 6751-3175 / 6751- 7256

Atendimento: Manhã e Tarde

E-mail:

emefjgrammont@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PLÍNIO DE QUEIROZ
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência auditiva
Rua Manoel Henriques de Paiva, s/nº
Parque Boa Esperança – Cep: 08341-080
Telefone/Fax: 6731-1596
Atendimento: Manhã
E-mail: emefpqueiroz@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF
PROFESSOR BENEDITO MONTENEGRO
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Av. Ragueb Choifi, 4.046
Jardim Três Marias – Cep: 08375-000
Telefone/Fax: 6731-5764
Atendimento: Manhã
E-mail:
emefbmontenegro@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF PROFESSOR
CARLOS CORREA MASCARO
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Travessa Salve a Mocidade, 932
Jardim da Conquista – Cep: 08343-320
Telefone/Fax: 6731-3179
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefcmascaro@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF RODRIGO MELLO
FRANCO DE ANDRADE
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Av. José Velho Barreto, 371
Parque Colonial – Cep: 03968-080
Telefone/Fax: 6919-0409
Atendimento: Manhã
E-mail: emefrmsandrade@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF VINÍCIUS DE MORAES
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Brás Pires, 345 – Jardim Tietê
Cep: 03943-090 – Telefone/Fax: 6115-3191
Atendimento: Intermediário
E-mail: emefvmoraes@prefeitura.sp.gov.br

SÃO MIGUEL

SAAI/EMEF COMENDADOR
VICENTE AMATO SOBRINHO
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua Valdomiro Gonzaga Silva, 1.161
Jardim Meluinas – Cep: 08111-540
Telefone/Fax: 6963-3686
Atendimento: Manhã
E-mail:
emefvasobrinho@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF DOUTOR
JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência auditiva
Rua Desembargador Fernando de
Albuquerque Prado, 250
Cidade Kemel – Cep: 08130-110
Telefone/Fax: 6963-8627
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail:
emefjpcordeiro@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF
PROFESSOR FLÁVIO AUGUSTO ROSA
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência física
Rua Gruta das Princesas, 165 A – Vila Itaim
Cep: 08191-460 – Telefone/Fax: 6581-1398
Atendimento: Manhã e Tarde
E-mail: emefaros@prefeitura.sp.gov.br

SAAI/EMEF SUD MENUCCI
Atendimento educacional especializado
a alunos com deficiência mental
Rua João Biscione, 200 – Jardim Camargo
Cep: 08121-700 – Telefone/Fax: 6963-2597
Atendimento: Manhã
E-mail: emefsmenucci@prefeitura.sp.gov.br

**ESCOLA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL - EMEE**

A EMEE destina-se a crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência auditiva/ surdez, incluindo surdocego, e outras deficiências, limitações, condições ou disfunções associadas à deficiência auditiva/surdez. O serviço pode ser usado por opção dos pais, do próprio aluno ou nos casos em que ficar demonstrado que a educação nas classes comuns não pode satisfazer as necessidades educacionais e sociais desses educandos, na educação infantil, no ensino fundamental regular e na educação de jovens e adultos.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Educação /
Coordenadoria de Educação

Público atendido: Crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência auditiva/surdez, surdocego ou outras deficiências, limitações, condições ou disfunções associadas.

UNIDADES DE EMEE

FREGUESIA DO Ó / BRASILÂNDIA

EMEE PROFESSOR

MÁRIO PEREIRA BICUDO

Avenida Felix Alves Pereira, s/nº

Cachoeirinha

Telefone/Fax:

3985-5475 / 3985-6179 / 3984-6400

Atendimento: Manhã e Tarde

Documentação necessária

para a matrícula:

Audiometria e documentos pessoais

Site:

www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: emempbicudo@prefeitura.sp.gov.br

IPIRANGA

EMEE HELEN KELLER

Rua Pedra Azul, 314

Adimação – Cep: 04109-000

Telefone/Fax: 5573-0667 / 5573-4189

Atendimento: Manhã, Tarde e Noite

Documentação necessária

para a matrícula:

PIRITUBA

EMEE PROFESSORA

VERA LÚCIA APARECIDA RIBEIRO

Rua Benedito Pereira, 206 – Jardim Libano

Cep: 05138-120

Telefone/Fax: 3906-7229 / 3906-7057

Atendimento: Manhã e Tarde

Documentação necessária para a matrícula:

Audiometria e documentos pessoais

Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: emefvlaribeiro@prefeitura.sp.gov.br

SANTO AMARO

EMEE ANNE SULLIVAN

Rua Rodrigues Pais, 512

Chácara Santo Antônio

Telefone/Fax: 5183-5704 / 5181-9456

Atendimento: Manhã, Tarde e Noite

Documentação necessária para a matrícula:

Audiometria e documentos pessoais

Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: emefasullivan@prefeitura.sp.gov.br

Audiometria e documentos pessoais

Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: emeehelenkeller@prefeitura.sp.gov.br

JAÇANÃ

EMEE MADRE LUCIE BRAY

Rua São Geraldo, 236

Vila Constança – Cep: 02258-220

Telefone/Fax: 6244-1005 / 6246-7909

Atendimento: Manhã e Tarde

Documentação necessária para a matrícula:

Audiometria e documentos pessoais

Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: emeelbray@prefeitura.sp.gov.br

PENHA

EMEE PROFESSORA NEUSA BASSETTO

Rua Taquari, 459 – Mooca – Cep: 03166-000

Telefone/Fax:

6693-2374 / 6694-7609 / 6694-6923

Atendimento: Manhã, Tarde e Noite

Documentação necessária para a matrícula:

Audiometria e documentos pessoais

Site: www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

E-mail:

emeneusabassetto@prefeitura.sp.gov.br

**SERVIÇOS CONVENIADOS
À SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

Os serviços conveniados de Educação Especial atendem a crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. O uso desses serviços, que podem ser solicitados pelos pais ou pelos próprios alunos, requer uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem. A sua adoção será aceita se comprovada a impossibilidade de se beneficiarem dos serviços públicos municipais de Educação. Os serviços de Educação Especial são oferecidos em caráter transitório, a fim de garantir a permanência ou o retorno do aluno à classe comum.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal de Educação/CEFAI

Público atendido: Crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

A ALTERNATIVA – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL
Atende a pessoas com deficiência mental ou comprometimento sério na área emocional, voltando-se à preparação de jovens maiores de 14 anos para o trabalho.
Rua Getúlio Soares da Rocha, 182 – Brooklin
Cep: 04621-003 – Telefone/Fax: 5542-6072
Atendimento: das 8h às 18h
Site: www.alternativa.org.br
E-mail: a.alternativa@uol.com.br

AACD – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE
Atende a crianças e pré-adolescentes com deficiência física até o 4º ano do Ensino Fundamental I.
Av. Prof. Ascendino Reis, 724
Vila Clementino – Cep: 04027-000
Telefones/Fax: 5576-0777/ 5576-0986
Atendimento: das 7h às 18h
Site: www.aacd.org.br

ADEFAV – ASSOCIAÇÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO-VISÃO
Atende a pessoas com surdocegueira e multideficientes.
Rua Clemente Pereira, 286
Ipiranga – Cep: 04216-060
Telefones/Fax: 6215-6745 / 274-6745
Atendimento: das 8h às 18h

Site: www.adefav.org.br
E-mail: adefav@adefav.org.br
adefav@adefav.org.br
marcelo@adefav.org.br

ADERE – ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO EXCEPCIONAL
Atende a pessoas com deficiência mental, sem graves distúrbios de conduta, a partir dos 16 anos, na área da educação para o trabalho.
Rua Contos Gauchescos, 86
Vila Santa Catarina – Cep: 04369-000
Telefones/Fax: 5562-4523 / 5562-4276 / 5562-4523
Atendimento: das 8h às 16h
E-mail: unidadejacana@promove.org.br

AHIMSA – ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA
Atende a pessoas com necessidades especiais a partir de 0 ano na área educacional. Apoio educacional.
Rua Baltazar Lisboa, 212
Vila Mariana – Cep: 04110-060
Telefones/Fax: 5579-5438 / 5579-003
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.ahimsa.org.br
E-mail: ahimsa@ahimsa.com.br

AMA – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA
Atende a pessoas com autismo.
Rua Henrique Reimberg, 1015
Parelheiros – Cep: 04882-010
Telefones/Fax: 3272-8822 / 3207-2363
(Rua Lavapés) / 5920-8018 (sítio)
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.ama.org.br
E-mail: marcia@ama.org.br / anamaria@ama.org.br / rafael@ama.org.br / carla@ama.org.br / cida@ama.org.br

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO
Atende a pessoas com deficiência mental.
Rua Loeígreen, 2109 – Vila Clementino
Cep: 04040-033 – Telefone/Fax: 5080-7000
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.apaesp.org.br
E-mail: evasilva@apaesp.org.br

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE GUAINUMBI
Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada, promovendo a inclusão social e educacional, a partir de 18 anos de idade.
Rua Emanuel List, 96 – Chácara Bandeirantes
Cep: 04949-000 – Telefone/Fax: 5895-7501
Atendimento: das 8h às 16h
E-mail: associacaoguainumbi@ig.com.br

**ASSOCIAÇÃO CASA DOS DEFICIENTES
DE ERMELINO MATARAZZO**

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada, associada ou não a deficiência física.

Rua Miguel Rachid, 596
Ermelino Matarazzo – Cep: 03808-130
Telefones/Fax:

6541-1548 / 6546-0998 / 5851-5370

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.acdem.org.br

E-mail:

acdem@terra.com.br / acdem@ig.com.br

ASSOCIAÇÃO

COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada e deficiência física leve (paralisia cerebral).

Av. Tomás de Souza, 552

Jardim Monte Azul – Cep: 05836-350

Telefones/Fax: 5851-0006 / 5851-5370

Atendimento: das 8h às 17h

E-mail: monteazul@monteazul.org.br

ASSOCIAÇÃO DE

DIABETES JUVENIL – ADJ

Atende a educandos matriculados nas unidades educacionais ou conveniadas à Secretaria Municipal de Educação.

Av. Dr. Arnaldo, 2.052

Sumaré – Cep: 01255-000

Telefones/Fax: 3675-3266/ 0800 100 627

Atendimento: das 8h às 17h (2ª a 6ª feiras)
das 9h às 13h (sábados)

Site: www.adj.org.br

E-mail: adj@adj.org.br

ASSOCIAÇÃO FILHAS DE SANTA

MARIA DA PROVIDÊNCIA – AFHSMAP

Atende a pessoas de 2 a 45 anos com deficiência mental leve e moderada, com leve perda motora.

Av. Cel. Sezefredo Fagundes, 5550

Vila Zilda / Tremembé

Telefones/Fax: 6995-2095 / 6995-2095

Atendimento: das 8h às 17h e

sábado das 9h às 13h

E-mail: crscjesus@ig.com.br

ASSOCIAÇÃO NOSSA ESCOLA

Atende a pessoas com deficiência mental, na área educacional, voltada para preparação ao trabalho.

Rua Marquês de Praia Grande, 115 – sala 1

Vila Prudente – Cep: 03129-110

Telefones/Fax: 6965-9259 / 6965-8482

Atendimento: das 8h às 18h

Site: www.anossaescola.org.br

E-mail: nossaescola2002ig@ig.com.br
contato@anossaescola.org.br

**ASSOCIAÇÃO NOVA PROJETO EDUCAÇÃO
E TRABALHO PARA PESSOA ESPECIAL**

Atende a pessoas com deficiência mental, sem comprometimentos emocionais e motores graves, a partir de 14 anos em meio período ou período integral na área educacional, voltada para a preparação ao trabalho.

Rua Texas, 1074 – Brooklyn – Cep: 04557-001

Telefones/Fax: 5505-8929

Atendimento: das 8h às 16h

Site: www.escolaprojeto.com.br

E-mail: raphaela@escolaprojeto.com.br
raphaelacoutinho@terra.com.br

ASSOCIAÇÃO OBRAS

SOCIAIS SANTA CRUZ

Atende a pessoas com deficiência mental sensório-motora.

Av. Santa Inês, 2.229

Parque Modelo – Cep: 02631-000

Telefones/Fax: 6203-0361 / 6203-6249

Atendimento: das 8h às 16h

Site: www.recantoguanella.org.br

E-mail: recantoguanella@uol.com.br
meireagm@ig.com.br

ASSOCIAÇÃO PRO-HOPE –

APOIO À CRIANÇA COM CâNCER

Oferce atendimento educacional a crianças, adolescentes e jovens com

câncer enquanto estiverem em tratamento hospitalar (Educação Infantil e Ensino Fundamental I).

Rua Joaquim Távora, 1.428

Vila Mariana – Cep: 04015-014

Telefones/Fax: 5087-7999 / 5087-7998

Atendimento: das 8h às 18h

E-mail: imoribe@hope.org.br

CAMINHANDO – NÚCLEO

ESPÍRITA DE EDUCAÇÃO E

INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada com independência na vida diária, com dependência ou não no uso de transporte, e pessoas surdas.

Rua Rosaria Musarra, 90

Vila Califórnia – Cep: 04775-150

Telefones/Fax: 5541-8845

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.caminhando.org.br

E-mail: caminhando@caminhando.org.br
jaqueline@caminhando.org.br

CASA JESUS, AMOR E CARIDADE

Atende a pessoas com deficiência física e mental, simples e múltipla, a partir de 3 anos.

Rua Prof. Dario Ribeiro, 1.386

Bairro do Limão – Cep: 02559-000

Telefone/Fax: 3965-9226

Atendimento: das 9h às 18h
Site: www.larzinho.org.br
E-mail: larzinho@uol.com.br

CENHA – CENTRO SOCIAL

NOSSA SENHORA DA PENHA

Atende a pessoas com deficiência mental leve a partir de 5 anos de idade
Rua Francisco Bueno, 384 – Itatupé
Cep: 03077-020

Telefones/Fax: 2296-4149 / 2293-8099

Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.cenha.com.br
E-mail: acessa.cenha@hotmail.com

CENTRO DE AÇÃO SOCIAL ESPAÇO LIVRE

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada a partir de 4 anos de idade
Rua Arumarana, 26 – Jardim Eliane / Itaquera
Cep: 03578-170

Telefones/Fax: 6727-5094 / 6725-5644

Atendimento: das 8h às 17h
E-mail: casespacolive@ig.com.br

CENTRO DE APOIO À CRIANÇA

CARENTE COM CâNCER – CACCC

Atendimento educacional a crianças, adolescentes e jovens com câncer enquanto estiverem em tratamento hospitalar (Educação Infantil e Ensino Fundamental I).

Av. Aclimação, 786
Liberdade – Cep: 08210-040
Telefones/Fax: 3208-1162 / 3207-9399
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.caccc.org.br
E-mail: apoio@caccc.org.br

CENTRO ISRAELITA DE

ASSISTÊNCIA AO MENOR – CIAM

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada.

Rua Irmã Pia, 78 – Jaguaré – Cep: 05335-050
Telefones/Fax: 3714-0688 / 3719-3802

Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.ciam.org.br
E-mail: ciamsp@terra.com.br
vanessa@terra.com.br

CENTRO SUVAG DE REABILITAÇÃO

AUDITIVA E DA FALA

Atende a pessoas com deficiência auditiva de idades entre 4 e 60 anos, que apresentem perdas de leves a profundas e, consequentemente, ampla defasagem lingüística e vocabulário bastante reduzido.

Rua Dr. Isaias Salomão, 135
Mirandópolis – Cep: 04055-050

Telefone/Fax: 2577-8443
Atendimento: das 8h às 17h
E-mail: suvag.centro@bol.com.br
jusiara@bol.com.br

COMUNIDADE CANTINHO DA PAZ

Atende a pessoas com deficiência física e mental leve e moderada a partir dos 4 anos.

Rua Clelio Wanderley, 238
Jardim Nova Sapopemba
Cep: 03977-520

Telefones/Fax: 6919-5501 / 6119-9579
Atendimento: das 8h às 17h
E-mail: c_c_da_paz@ig.com.br
cantinhodapazsp@hotmail.com

DESPERTAR – INSTITUTO DE

DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada e distúrbios globais de desenvolvimento com idades de 3 a 27 anos.

Rua Curupace, 227 – Mooca

Cep: 03114-000 – Telefone/Fax: 6605-6005

Atendimento: das 8h às 17h

E-mail: monica_pierro@ig.com.br
monicapierro@terra.com.br

ESCOLA ESPECIAL PARA

EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS "4 E"

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada, distúrbios leves de aprendizagem, síndrome de Down, síndrome do X Frágil, paralisia cerebral, deficiência física associada à deficiência mental com independência de locomoção, má formação congênita.

Rua Bresser, 2.701

Brás – Cep: 03162-030

Telefones/Fax: 6693-4777 / 6693-0433
Atendimento: das 8h às 16h
Site: www.escola4e.com.br
E-mail: escola4e@uol.com.br

FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE

Atendimento educacional a crianças, adolescentes e jovens com câncer

enquanto estiverem hospitalizados

(Educação Infantil e Ensino Fundamental I).

Rua Prof. Antonio Prudente, 211

Liberdade – Cep: 01509-010

Telefones/Fax: 3272-5000 / 3276-5088.
Site: www.hcanc.org.br

**GRUPO BRASIL DE APOIO AO
SURDOCEGO E AO MÚLTIPLO
DEFICIENTE SENSORIAL**

Atende a pessoas surdocegas e múltiplo-sensoriais em oficinas culturais e profissionalizantes, a partir de 16 anos.
Rua Balazar Lisboa, 212
Vila Mariana – Cep: 04110-060
Telefones/Fax: 5579-5438 / 5579-0032
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.grupobrasil.org.br
E-mail: contato@grupobrasil.org.br

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE NOSSO LAR

Atende a pessoas com deficiência mental e outras deficiências associadas a partir de 6 anos.
Rua Florence Nightingale, 56
Jardim da Glória – Cep: 01547-140
Telefones/Fax: 6163-8681
Atendimento: das 8h às 17h
E-mail: ibnl@terra.com.br

INSTITUTO EFORT

Atende a crianças e jovens em situação de risco, alunos do ensino fundamental das escolas municipais, com deficiência auditiva, mental, física e visual, em cursos de artes,

apoio à educação, profissionalizantes de informática e orientação para o trabalho.
Rua Sena Madureira, 137
Vila Clementino – Cep: 04021-050
Telefones/Fax: 5549-6313
Atendimento: das 8h às 19h
Site: www.institutoefort.org.br
E-mail: regina@efort.org.br
angelina@efort.org.br

INSTITUTO MATER DEI

Atende a pessoas com deficiência mental leve e moderada a partir de 7 anos.
Av. Luís Pires de Minas, 716
Jardim Imperador – Cep: 03933-070
Telefones/Fax: 6721-3301
E-mail: gizelemauro@ig.com.br

INSTITUTO SANTA TEREZINHA

Atende a pessoas com deficiência auditiva com idades entre 3 e 25 anos.
Rua Jaguari, 474 A – Bosque da Saúde
Cep: 04137-080 – Telefones/Fax: 5581-1928
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.institutosantateresinha.org.br
E-mail: ist_sp@terra.com.br

**INSTITUTO SEVERINO FABRIANI
PARA CRIANÇAS SURDAS**

Atende a pessoas com deficiência auditiva.
Rua Odilon Chaves, 39
Itaim Paulista – Cep: 08150-560
Telefones/Fax: 6135-1824 / 6135-8092
Atendimento: das 8h às 16h
E-mail: severino.fabriani@terra.com.br

LAR MÃE DO DIVINO AMOR

Atende a pessoas com deficiência mental, auditiva, distúrbios neurológicos ou psiquiátricos, distúrbios de aprendizagem (dislexia e disgrafia) e problemas emocionais.
Rua Francisco Zicardi, 420
Tatuapé – Cep: 03335-090
Telefones/Fax: 6671-7677 / 6671-5047
Atendimento: das 8h às 18h
Site: www.larmae.hpg.com.br
E-mail: larmae@ig.com.br / lemda@uol.com.br

**LARAMARA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE VISUAL**

Atende pessoas com deficiência visual.
Rua Conselheiro Brotero, 338
Barra Funda – Cep: 01154-000
Telefones/Fax:
3660-6461 / 3660-6479 / 3826-9108

Atendimento: 2ª às 5ª feiras: das 8h às 18h e 6ª feira: das 8h às 17h
Site: www.laramara.org.br
E-mail: acuesta@laramara@laramara.org.br
centro.tecnico@laramara.org.br

**NACEME – NÚCLEO
ASSISTENCIAL À CRIANÇA
EXCEPCIONAL MUNDO ENCANTADO**

Atende a pessoas com deficiência física ou mental nos níveis leve, moderado e severo.
Rua dos Rodrigues, 313
Vila Santa Maria – Cep: 02750-000
Telefones/Fax: 3936-2690 / 3936-4959
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.naceme@uol.com.br
E-mail: naceme@uol.com.br

**NASCE – NÚCLEO DE APOIO SOCIAL
AO CANTINHO DA ESPERANÇA**

Atende a pessoas com deficiência física, mental e múltipla a partir dos 4 anos.
Av. Primavera de Caiena, 338
Parque Santa Madalena – Cep: 03981-010
Telefones/Fax: 6703-4905
Atendimento: das 8h às 16h
E-mail: nasce_br@hotmail.com

PROMOVE – AÇÃO SOCIOCULTURAL

Atende a pessoas com deficiência mental, física, auditiva, múltipla, transtornos da linguagem, fala e psicológico, transtornos psiquiátricos e no processo da aprendizagem, a partir de 3 anos. Rua Duarte de Azevedo, 768 Santana – Cep: 02036-022

Telefones/Fax:

6221-2786 / 6242-3327 / 6246-5539

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.promove.org.br

E-mail: promove@promove.org.br

unidadejacana@promove.org.br

SAMEPI – SERVIÇO DE

ASSISTÊNCIA MÉDICA, EDUCACIONAL E PSICOLÓGICA INTEGRADA – CENTRO DE HABILITAÇÃO

Atende a educandos de 4 a 14 anos com problemas de aprendizagem, atraso no desenvolvimento motor e fala, distúrbios de comportamento e atraso no desenvolvimento intelectual.

Rua Antonio Toledo Piza, 23 – Lapa

Cep: 05050-050 – Telefone/Fax: 3873-8592

Atendimento: das 9h às 16h

SOCIEDADE PESTALOZZI DE SÃO PAULO

Atende a pessoas com deficiência mental moderada e leve na faixa etária de 6 a 22 anos.

Av. Morvan Dias de Figueiredo, 2.801

Vila Guilherme – Cep: 02063-000

Telefone/Fax: 3047-3045 /

6905-3048 / 6905-3945 / 6905-3047

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.pestalozzisp.org.br

E-mail: pestalozzisp@uol.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL

DE SÃO PAULO – ESCOLA PAULISTA

DE MEDICINA – UNIFESP

Realiza avaliação de alunos nas áreas da comunicação humana e visão.

Rua Botucatu, 740

Vila Clementino – Cep: 04023-900

Telefones/Fax: 5576-4465 / 5576-4411 /

5576-4175 / 5576-4549 / 5549-7249

Atendimento: das 7h às 17h

E-mail: dac@epm.br / paulistinha.dac@com.br

ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

PROGRAMA INCLUIR

Sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, o Programa Incluir se propõe a favorecer a inserção da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, de forma espontânea, nas turmas regulares de atividades físicas e esportivas nos Centros Educacionais e Esportivos.

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Órgão prestador: Departamento de Unidades Educacionais – DUED

Documentação necessária:

Documento de identidade, comprovante de residência e 2 (duas) fotos 3x4 recentes.

Crianças até 14 anos devem ter autorização dos pais para realizar a inscrição.

Rua Pedro de Toledo, 1591
Vila Clementino.

Telefones: 5088-6419 / 5088-6476.

Atendimento: de 2ª a 6ª das 8h às 17h

Site: www.prefeitura.sp.gov.br/esportes

E-mail: seme.dued@prefeitura.sp.gov.br

CENTROS EDUCACIONAIS E ESPORTIVOS

Antes de dirigir-se a um Centro Educacional e Esportivo, o interessado deve fazer contato por telefone para confirmar a possibilidade de atendimento.

Centro Educacional e Esportivo

Alfredo Ignácio Trindade

Clube da Cidade Jardim São Paulo
Rua Veri, 425 – Jardim São Paulo / Santana
Telefone: 6973-5390

Centro Educacional e Esportivo

Arthur Friedenreich

Clube da Cidade Vila Alpina
Av. Francisco Falconi, 83 – Vila Alpina
Telefone: 6347-0785

Centro Educacional e Esportivo

Aurélio de Campos

Clube da Cidade Freguesia do Ó
Rua Jacutiba, 167 – Freguesia do Ó
Telefone: 3975-7569

Centro Educacional e Esportivo

Brigadeiro Eduardo Gomes

Clube da Cidade Tatuapé
Rua Monte Serrat, 230 – Tatuapé
Telefone: 6192-1935

Centro Educacional e Esportivo

Edson Arantes do Nascimento

Clube da Cidade Lapa
Rua Belmont, 957 – Alto da Lapa
Telefone: 3834-0032

Centro Educacional e Esportivo

Flávio Calabresi Conte

Clube da Cidade V. Independência
Rua das Municipalidades, 10
Heliópolis – Telefone: 6160-0814

Centro Educacional e Esportivo

Geraldo José de Almeida

Clube da Cidade Pirituba
Av. Agenor Couto Magalhães, 32 – Pirituba
Telefone: 3904-1154

Centro Educacional e Esportivo Gerdy Gomes

Clube da Cidade Guaianazes

Rua Profª Lucila Cerqueira, 194
Guaianazes – Telefone: 6557-8116

Centro Educacional e Esportivo Joerg Bruder

Clube da Cidade Santo Amaro

Av. Padre José Maria, 555 – Santo Amaro
Telefone: 5687-6340

Centro Educacional e Esportivo

José Ermirio de Moraes

Clube da Cidade Curuçá
Rua Grapira, 537 – Itaim Paulista
Telefone: 6584-3865

Centro Educacional e Esportivo Luiz Martinez

Clube da Cidade Triquetra
Av. Gov. Carvalho Pinto, 2
Vila Rui Barbosa – Telefone: 6958-9705

Centro Educacional e Esportivo

Mané Garrincha

Clube da Cidade Ibirapuera
Rua Pedro de Toledo, 1651 – V. Clementino
Telefone: 5549-5691

Centro Educacional e Esportivo

Oswaldo Brandão

Clube da Cidade Vila Brasilândia
Rua Michihisa Murata, 120
Vila Brasilândia – Telefone: 3975-0700

Centro Educacional e Esportivo

Raul Tabajara

Clube da Cidade Raul Tabajara
Rua Anhanguera, 484 – Barra Funda
Telefone: 3619-5592

Centro Educacional e Esportivo

Riyuso Ogawa

Clube da Cidade Jabaquara
Rua Lussanvira, 178 – Vila Guarani
Telefones: 5012-0150 / 5014-0049

Centro Educacional e Esportivo

Rubens Pecce Lordello

Clube da Cidade Cambuci
Av. Lins de Vasconcelos, 804 – Cambuci
Telefone: 3209-0995

Centro Educacional e Esportivo Rumi de Ranieri

Clube da Cidade Parque do Carmo
Av. Afonso Sampaio e Souza, 2001
Itaquera – Telefone: 6740-7303

Centro Educacional e Esportivo Salim Farah Maluf

Clube da Cidade Mooca
Rua Taquari, 635 – Mooca
Telefone: 6694-7668

Centro Educacional e Esportivo Solange Nunes Bibas

Clube da Cidade Butantã
Rua Ernani da G. Correia, 367 – Butantã
Telefone: 3721-5711

Centro Educacional e Esportivo Thomaz Mazzoni

Clube da Cidade Thomaz Mazzoni
Praça Jânio da Silva Quadros, 150 – V. Maria
Telefone: 6949-9825

Centro Educacional e Esportivo Vicente Italo Feola

Clube da Cidade Vila Manchester
Praça Haroldo Dalto, s/nº – Vila Manchester
Telefone: 2295-2391

CENTROS DE ESPORTE E LAZER

Centro de Esporte e Lazer André Vital Ribeiro Soares

Clube da Cidade Tiradentes
Av. dos Metalúrgicos, 2.255 – Cohab III
Telefone: 6282-0204

Centro de Esporte e Lazer Brigadeiro Eduardo Gomes

Clube da Cidade Taipas
Rua João Amado Coutinho, 240
Cohab Taipas – Telefone: 3972-2247

Centro de Esporte e Lazer José Bonifácio

Clube da Cidade José Bonifácio
Rua Ana Perena, 110 – Cohab II
Telefone: 6521-3513

Centro de Esporte e Lazer Padre José de Anchieta

Clube da Cidade José de Anchieta
Rua José Balangio, 188 – Cohab I
Telefone: 6741-8960

Centro de Esporte e Lazer Presidente Juscelino Kubitschek

Clube da Cidade JK
Rua Inácio Monteiro, 55 – Cohab JK
Telefone: 6555-2533

Centro Esportivo e de Lazer Teotônio Vilela

Clube da Cidade Teotônio Vilela
Rua Carlo Clausetti, 19
Cohab Teotônio Vilela
Telefone: 6704-4652

BALNEÁRIOS E MINI BALNEÁRIOS

Balneário Carlos Joel Nelli

Clube da Cidade Ipiranga
Praça Nami Jafet, 45 – Ipiranga
Telefone: 2273-1302

Balneário Geraldo Alonso

Clube da Cidade Santana
Av. Santos Dumont, 131 – Santana
Telefone: 6221-5214

Balneário Jalisco

Clube da Cidade Vila Santa Catarina
Rua Rodes, 112 – Vila Santa Catarina
Telefone: 5031-4848

Balneário Mário de Moraes

Clube da Cidade Mário de Moraes
Rua Edward Carmilo, 840 – Jardim Celeste
Telefone: 3751-0314

INCLUI SAMPA

Ação que objetiva inserir a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida nos torneios esportivos em diferentes modalidades individuais (atletismo e xadrez) ou coletivas (basquetebol, futsal, goalball, natação, remo e voleibol sentado) bem como atender o interesse de novos atletas em relação a sua participação em modalidades paradesportivas.

Órgão responsável: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação

Órgão prestador: Departamento de Promoções Esportivas, Lazer e Recreação

Público atendido: Pessoas com deficiência mental, física, visual, auditiva e não deficientes de ambos os sexos.

Documentação necessária: (consultar a secretaria)

Rua Pedro de Toledo, 1.591 – Vila Clementino
Telefone: 5088-6415
Atendimento: 8h às 18h

Site:

www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/esportes

E-mail: efabre@prefeitura.sp.gov.br

Balneário Princesa Isabel

Clube da Cidade Vila Carioca
Rua Campante, 100 – Vila Carioca
Telefone: 6215-5299

Mini Balneário Almirante Pedro de Frontim

Clube da Cidade Jardim São Vicente
Rua Sargento Luis Batista, 83 – São Miguel
Telefone: 6297-1038

Mini Balneário Antonio C. Abreu Sodré

Clube da Cidade Jardim Sabará
Rua Cúria, 249 – Jardim Sabará
Telefone: 5611-0915

Mini Balneário

Comendador Garcia D' Ávila

Clube da Cidade Casa Verde
Rua Armando Coelho e Silva, 775
Parque Petuche – Telefone: 6239-2334

Mini Balneário

Comendador Gastão Moutinho

Clube da Cidade Mandaqui
Rua Cel. João da Silva Feijó, 80 – Mandaqui
Telefone: 6231-4705

Mini Balneário Espiridião Rosas

Clube da Cidade Jaguaré
Rua Gal. MacArthur, 1.304 – Jaguaré
Telefone: 3714-3196

Mini Balneário Irmãos Paolillo

Clube da Cidade Jardim Cabuçu
Rua Gal. Jerônimo Furtado, 751 – Jacanã
Telefone: 6241-0454

Mini Balneário José Maria Whitaker

Clube da Cidade São Mateus
Av. Satélite, 756 – São Mateus
Telefones: 6919-2653 / 6114-1130

Mini Balneário Ministro Sinésio Rocha

Clube da Cidade Campo Limpo
Rua Cibaúma, 54 – Campo Limpo
Telefone: 5843-0686

Ginásio de Esportes Darcy Reis

Clube da Cidade Vila Guilherme
Av. Guilherme, 1819 – Vila Guilherme
Telefone: 6909-0883

QUALIDADE

NÚCLEO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO (NIR)

Os NIRs são núcleos de reabilitação que contemplam prevenção, promoção, o diagnóstico e o tratamento de pessoas com deficiência. Funcionam na Unidade Básica de Saúde (UBS) ou nos Ambulatórios de Especialidades (AE). Alguns deles são serviços conveniados, que assumem a mesma característica de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

A UBS mais próxima da residência do cidadão realiza o encaminhamento para os NIRs de referência de cada região de saúde. Há dois tipos de NIR:

- NIR I** – Promoção, Prevenção, Diagnóstico e Reabilitação de Pessoas com Deficiência.
- NIR II** – Promoção, Prevenção, Diagnóstico e Reabilitação de Pessoas com Deficiência e concessão de órteses e próteses.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal da Saúde
Público atendido: Pessoas com deficiência.
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.prefeitura.sp.gov.br

COORDENADORIAS DE SAÚDE (NIR)

LESTE

Supervisão Itaquera

- UBS Nossa Senhora Aparecida – NIR II
Rua Guaia Guaçu, 1
Telefones: 6179-7871 / 6171-0057
- Ambulatório de Especialidades
José Bonifácio IV – NIR I parceria da APAE
Rua Andréas Amon, 150
Telefones: 6523-3322 / 6524-2455

Supervisão São Miguel

- Ambulatório de Especialidades
Tito Lopes – NIR I
Rua Antonio Gama de Cerqueira, 347
Telefone: 6956-9099

Supervisão São Mateus

- UBS Jardim Tietê I – NIR I
Rua Engenho Novo, 120
Telefone: 6962-3644

Supervisão de M'Boi Mirim

- UBS Jardim Herculano – NIR I
Rua Inácio Lima, 11
Telefones: 5832-6643 / 5833-9946

Supervisão de Campo Limpo

- UBS Capão Redondo – NIR I
Av. Comendador Santana, 774
Telefones: 5873-2928 / 5870-7308

Supervisão de Capela do Socorro

- Ambulatório de Especialidades
Jardim Clipper – NIR I
Rua Dr. Carlos Pejollo, s/nº
Telefone: 5928-5703

NORTE

Supervisão de

- Santana/Tucuruvi/Jaçanã/Tremembé**
- Ambulatório de Especialidades Prof. Armando de Aguiar Pupo (Tucuruvi) – NIR II
Av. Nova Cantareira, 1.467
Telefones: 6952-6700 / 6204-5311

Supervisão de Itaim Paulista

- UBS Camargo Novo – NIR I
Rua Boiguacu, 51
Telefones: 6963-2610 / 6567-5959
- UBS Jardim Campos – NIR I
Rua Crescente, 97 – Telefone: 6135-4922

Supervisão de Cidade Tiradentes

- UBS Carlos Gentile de Melo – NIR I
Av. dos Têxteis, 3.765
Telefone: 6282-2522

Supervisão de Ermelino Matarazzo

- ACDEM – Associação da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo – NIR I conveniado
Rua Miguel Rachid, 596
Telefones: 6541-4360 / 6546-0998
- Lar Vicentino – NIR I conveniado
Rua Ovídio Lopes, 253
Telefone: 6546-5682

SUL

Supervisão de Santo Amaro/Cidade Ademar

- Ambulatório de Especialidades César Antunes (Pedreira) – NIR II
Rua Córrego Azul, 433
Telefones: 5611-5044 / 5614-4440

Supervisão de Vila Maria/Vila Guilherme

- UBS Carandiru – NIR I
Rua José Pereira Jorge, 305
Telefone: 6222-4144

Supervisão Pirituba/Perus

- UBS União das Vilas de Taipas – NIR I
Av. Elísio Teixeira Leite, 7.703
Telefones: 3971-2432 / 3972-1355

Supervisão Brasilândia/Freguesia do Ó

- Ambulatório de Especialidades
Maria Cecília Ferro Donnangelo – NIR I
Rua Rui de Moraes Apocalipse, 2
Telefone: 3921-7759
- UBS Jaçanã – NIR I
Rua São Geraldino, 222 – Vila Constança
Telefone: 6244-0065

SUDESTE

Supervisão

Mooca/Aricanduva/Formosa/Carrão

- Centro de Referência
Infantil Tatuapé – NIR I
Rua Jarinu, 730
Telefones: 6197-7989 / 6694-3338

NÚCLEO INTEGRADO DE SAÚDE AUDITIVA (NISA)

NISAs são núcleos de saúde auditiva que fazem parte da Rede Municipal de Saúde Auditiva e contemplam a prevenção, o diagnóstico auditivo e a reabilitação de pessoas com perdas de audição. Funcionam em Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou Ambulatórios de Especialidade (AE).

A UBS mais próxima da residência do cidadão realiza o encaminhamento para os NISAs de referência de cada região de saúde. Há dois tipos de NISA:

NISA I – Diagnóstico Audiológico e reabilitação auditiva.

NISA II – Diagnóstico Audiológico, indicação, concessão e adaptação de aparelho auditivo e reabilitação auditiva.

Órgão responsável: Secretaria Municipal da Saúde

Público atendido:

Pessoas com deficiência auditiva

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.prefeitura.sp.gov.br

CENTRO OESTE

Supervisão Butantã

- Ambulatório de Especialidades
Jardim Peri-Peri – NIR II
Rua João Guerra, 247
Telefones: 3742-0552 / 3742-9513

Supervisão Lapa/Pinheiros

- Ambulatório de Especialidades Lapa –
Dr. Fernando Ramires Cruz – NIR I
Rua Cotoxó, 664
Telefones: 3865-2077 / 3865-2213

Supervisão Sé

- Ambulatório de Especialidades Santa
Cecília – Dr. Humberto Pascale – NIR I
Rua Vitorino Carmilo, 599
Telefones: 3826-0096 / 3826-7970

COORDENADORIAS
DE SAÚDE (NISA)

LESTE

Supervisão de São Miguel

- Ambulatório de Especialidades
- Titto Lopes – NISA I
- Rua Antonio Gama de Cerqueira, 347
- Telefone: 6956-9099

SUL

Supervisão de Capela do Socorro

- Ambulatório de Especialidades
- Dr. Milton Aldred – NISA I
- Rua São Caetano do Sul, 381
- Telefones: 5932-2015 / 5528-1475

NORTE

Supervisão de Pirituba/Perus

- Ambulatório de Especialidades Pirituba – NISA II
 - Av. Menotti Laudisio, 100
 - Telefones: 3974-8539 / 3974-7000
- Supervisão**
- Santana/Tucuruvi/Jacaná/Tremembé**
- Ambulatório de Especialidades Prof. Armando de Aguiar Pupo (Tucuruvi) – NISA I
 - Av. Nova Cantareira, 1.467
 - Telefones: 6952-6700 / 6204-5311

SUDESTE

Supervisão Ipiranga

- Ambulatório de Especialidades
- Dr. Flávio Gianotti – NISA I
- Rua Xavier de Almeida, 210 – Ipiranga
- Telefones: 6163-0622 / 6163-4715 / 6163-5479

Supervisão Vila Mariana/Jabaquara

- Ambulatório de Especialidades Ceci – Dr. Alexandre Kalil Yasbek – NISA I
- Av Ceci, 2.235 – Planalto Paulista
- Telefone: 5581-2828

OUTRAS UNIDADES DO MUNICÍPIO QUE
COMPÕEM A REDE DE SAÚDE AUDITIVA

Hospital das Clínicas – Espaço Reouvir
Rua Teodoro Sampaio, 417 – 9º andar – cj 93
Pinheiros – Telefone: 3062-4852

Santa Casa de São Paulo
Rua Jaguaribe, 355 – Santa Cecília
Telefone: 2176-7000 – ramal 5939

Unitesp – Escola Paulista de Medicina
Rua dos Otonis, 556 – Vila Clementino
Telefone: 5571-5776

**CEMA – Instituto CEMA
de Oftalmologia e Otorrinolaringologia**
Rua Pascoal Moreira, 450 – Moca
Telefone: 6602-4099

Santa Casa de Santo Amaro
Av. Adolfo Pinheiro, 256 – sala 18
Telefone: 5548-2593

**Divisão de Educação e Reabilitação
dos Distúrbios da Comunicação –
DERDIC-PUC-SP**

Rua Dra. Neide Aparecida Solitto, 435
Vila Clementino – Telefone: 5908-8000

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ADULTO (CAPS ADULTO)

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço especializado em saúde mental que atende a pessoas com transtorno mental grave e persistente em diferentes níveis de cuidado: intensivo (diariamente), semi-intensivo (de duas a três vezes por semana) e não intensivo (até três vezes por mês).

É um serviço ambulatorial territorializado, que integra uma rede de atenção substitutiva à internação psiquiátrica e que tem como princípio básico a inserção comunitária. Compreende ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar) na perspectiva da reinserção social.

Assim como em outras especialidades, a porta de entrada para todos os serviços de saúde mental da rede de assistência à saúde é a UBS mais próxima à residência do usuário, que realiza o encaminhamento para as unidades de referência de cada região de saúde.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal da Saúde

Público atendido: Adultos com transtorno mental grave e persistente.

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.prefeitura.sp.gov.br

COORDENADORIAS DE SAÚDE – CAPS ADULTO

LESTE

Subprefeitura de Ermelino Matarazzo

- CAPS ADULTO Ermelino Matarazzo
Av. Boturussu, 168 – Ermelino Matarazzo
Cep: 03802-000 – Telefone: 6546-6787

Subprefeitura de Guaianazes

- CAPS ADULTO Guaianazes –
Arthur Bispo do Rosário
Rua Professor Francisco Pinheiro, 300
Guaianazes – Cep: 08410-020
Telefone: 6961-3240

Subprefeitura de Itaquera

- CAPS ADULTO Itaquera
Rua Porto Xavier, 57 – Itaquera
Cep: 08210-170 – Telefone: 6205-6382

Subprefeitura de São Mateus

- CAPS ADULTO São Mateus
R. Clóvis Monteiro de Carvalho Junior, 22
Jardim Tietê – Cep: 03946-060
Telefone: 6962-3464

Subprefeitura de São Miguel

- CAPS ADULTO São Miguel
Rua Olávio de Rosa, 37 – São Miguel
Cep: 08011-150 – Telefone: 6956-8047

SUL

Subprefeitura de Campo Limpo

- CAPS ADULTO Jardim Lúcia
Rua Gutemberg José Ferreira, 50
Jardim Lúcia – Cep: 05860-070
Telefone: 5513-9560

Subprefeitura de Santo Amaro

- CAPS ADULTO Largo 13
Rua Paula Cruz, 71
Jardim Dom Bosco – Cep: 04757-120
Telefone: 5686-6076 – Fax: 5686-6076

NORTE

Subprefeitura de

Freguesia do Ó/Brasília

- CAPS ADULTO Brasília
Rua Dr. Augusto do Amaral, 222
Brasília – Cep: 02731-030
Telefone: 3921-8924 – Fax: 3921-8976

Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé

- CAPS ADULTO Jaçanã/Tremembé
Av. Paulo Lincoln do Valle Pontin, 323
Jaçanã – Cep: 02273-010
Telefone: 6242-3884

Subprefeitura de Pirituba

- CAPS ADULTO Pirituba
Rua Urutinga, 90 – Pirituba
Cep: 02933-140 – Telefone: 3976-7581
- CAPS ADULTO Pirituba/Jaraguá
Rua Raimundo Pereira Magalhães, 5.214
Pirituba – Cep: 02938-010
Telefone: 3974-9122

Subprefeitura de Santana/Tucuruvi

- CAPS ADULTO Mandaqui
Rua Dr. Luis Lustosa da Silva, 369
Mandaqui – Cep: 02406-040
Telefone: 6979-0923

SUDESTE

Subprefeitura de

- Aricanduva/Vila Formosa/Carrão**
- CAPS ADULTO Aricanduva/Vila Formosa
- Pça Domingos Ditano, 84 – Vila Formosa
Cep: 03359-089 – Telefone: 6675-1155

Subprefeitura de Jabaquara

- CAPS ADULTO Jabaquara
- Rua Getúlio Vargas Filho, 27
Cidade Vargas – Cep: 04318-030
Telefones: 5012-7952 / 5012-8148
Fax: 5012-8148

Subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba

- CAPS ADULTO Sapopemba
- Rua João Lopes de Lima, 1.151
Jardim Sapopemba – Cep: 03976-020
Telefone: 6119-7080
- CAPS ADULTO Vila Prudente
- Pça. Santa Helena, 56 – Vila Prudente
Cep: 03138-030 – Telefone: 6347-0886

Subprefeitura da Penha

- CAPS ADULTO Vila Matilde
- Rua José Manoel da Fonseca Junior, 416
Vila Matilde – Cep: 03511-000
Telefone: 6653-0944

CENTRO-OESTE

Subprefeitura de Butantã

- CAPS ADULTO Butantã
- Rua Oscar Pinheiro Coelho, 287
Caxingui – Cep: 05516-050
Telefones: 3727-1819 / 3726-6382
Fax: 3726-6382

Subprefeitura da Lapa

- CAPS ADULTO Lapa
- Rua Roma, 446 – Lapa
Cep: 05050-090 – Telefone: 3675-5648
- CAPS ADULTO Perdizes
- Rua Dr. Cândido Espinheira, 616
Perdizes – Cep: 05004-000
Telefone: 3672-2000

Subprefeitura de Pinheiros

- CAPS ADULTO Itaim Bibi
- Av. Horácio Lafer, 590
Itaim Bibi – Cep: 04582-082
Telefone: 3078-6886
Fax: 3078-6886

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL
(CAPS INFANTIL/ADOLESCÊNCIA/JUVENTUDE)

COORDENADORIAS
DE SAÚDE – CAPS INFANTIL /
ADOLESCÊNCIA

LESTE

Subprefeitura de Itaquera

- CAPS INFANTIL – CRIA Itaquera
- Rua Bernardino Prudenti, 86 – Itaquera
Cep: 08255-020 – Telefone: 6521-1162

Subprefeitura de São Mateus

- CAPS INFANTIL São Mateus
- Rua Ernesto Manograsso, 133
São Mateus – Cep: 03963-100
Telefones: 6919-0697 / 6112-5956

SUL

Subprefeitura de Santo Amaro

- CAPS INFANTIL Santo Amaro
- Rua Senador Milton Campos, 149
Chácara Santo Antônio – Cep: 04708-040
Telefones: 5181-1122 / 5181-1186
Fax: 5181-1122

O Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS Infantil) é um serviço especializado em saúde mental que atende crianças e adolescentes com transtorno mental grave em diferentes níveis de cuidado: intensivo (diariamente), semi-intensivo (de duas a três vezes por semana) e não-intensivo (até três vezes por mês).

É um serviço ambulatorial territorializado, que integra uma rede de atenção que tem como princípio básico a inserção comunitária e ações intersetoriais, principalmente relacionada à socialização e inclusão escolar. Compreende ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar) na perspectiva da inclusão social. Alguns serviços são referência para adolescência apenas (Vila Prudente e Santo Amaro). O Centro de Referência para a Infância e Adolescência atende também população adolescente e jovem.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal da Saúde

Público atendido:

Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com transtorno mental grave e persistente.

Atendimento: das 8h às 17h

Site: www.prefeitura.sp.gov.br

- CAPS JUVENTUDE Santo Amaro
Rua Iguaçu, 134
Santo Amaro – Cep: 04752-010
Telefones: 5687-3666 / 5521-9777

NORTE

- Subprefeitura de Santana/Tucuruvi**
- CAPS INFANTIL Santana
Rua Conselheiro Saraiva, 411 – Santana
Cep: 02037-020 – Telefone: 6973-9434

SUDESTE

- Subprefeitura de Jabaquara**
- CAPS INFANTIL –
CRIA Casinha Jabaquara
Rua Onze de Fevereiro, 318
Cidade Vargas – Cep: 04319-020
Telefone: 5021-8005 – Fax: 5021-8005

- Subprefeitura do Ipiranga**
- CAPS INFANTIL Vila das Mercês
Rua Nossa Senhora das Mercês, 1.315
Vila das Mercês – Cep: 04065-001
Telefone: 6940-2200

- Subprefeitura da Mooca**
- CAPS INFANTIL Mooca
Rua Taquari, 549 – Mooca
Cep: 03166-000 – Telefone: 6694-4628

- Subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba**
- CAPS ADOLESCENTE Vila Prudente
Av. Zelina, 322
Vila Prudente – Cep: 03143-000
Telefone: 6341-9570 – Fax: 6341-9570

CENTRO-OESTE

- Subprefeitura da Lapa**
- CAPS INFANTIL Lapa
Rua Bergson, 52 – Parque da Lapa
Cep: 05301-060 – Telefone: 3836-2690
 - CAPS JUVENTUDE Butantã
Rua Jacinto de Moraes, 22
UBS Vila Borges – salas 12 e 22
Cep: 05546-040 – Telefone: 3782-4739

CAPS AD – ÁLCOOL E DROGAS

O Centro de Atenção Psicossocial para dependentes de álcool ou drogas (CAPS AD) integra a rede de serviço especializado em saúde mental. Também atua regionalmente e atende a pessoas dependentes dessas substâncias que procuram as UBS e AEs.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal da Saúde
Atendimento: das 8h às 17h
Site: www.prefeitura.sp.gov.br

SUL

- Subprefeitura de Santo Amaro**
- CAPS AD Santo Amaro
Rua São Benedito, 2.400
Telefones: 5523-3566 / 5522-4833

- Subprefeitura de M^o Boi Mirim**
- CAPS AD Jardim Ângela
Rua Ipirapema, 41 – Telefone: 5833-2838

NORTE

- Subprefeitura de Santana/Tucuruvi**
- Ambulatório de Especialidades Tucuruvi
Av. Nova Cantareira, 1.467
Telefone: 6952-6700

- Subprefeitura de Pirituba**
- CAPS AD Casa Azul Pirituba
Rua Lino Pinto dos Santos, 203
Jardim Felicidade – Telefone: 3835-2905

SUDESTE

- Subprefeitura de Jabaquara**
- CAPS AD Jabaquara
Rua Barão de Iapura, 1 – Vila Guarani
Telefone: 5011-1583

Subprefeitura de Vila Mariana

- CAPS AD Vila Mariana
Av. Ceci, 2.101 – Planalto Paulista
Telefone: 5581-2828

Subprefeitura da Mooca

- CAPS AD Mooca
Rua Taibará, 251 – Mooca
Telefone: 6694-6364

Subprefeitura da Penha

- CAPS AD Penha
Av. Nossa Senhora da Penha, 55
Telefones: 2295-0953 / 6197-6826

CENTRO-OESTE

- Subprefeitura da Sé
CAPS AD Centro
Rua Frederico Alvarenga, 259 – 5º andar
anexo B – Telefone: 3241-0901

Subprefeitura da Lapa

- CAPS AD PROSAM Lapa
Rua Heitor Pentead, 1.448
Sumarezinho – Telefone: 38621385

Subprefeitura de Pinheiros

- CAPS AD Pinheiros
Rua Nicolau Gagliardi, 439
Pinheiros – Telefone: 3816-3959

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E COOPERATIVA (CECCO)

Os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO) são unidades de saúde não assistencial, que têm o objetivo de promover a reinserção social e a integração no mercado de trabalho de pessoas que apresentam transtornos mentais, pessoas com deficiências físicas, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

As ações ocorrem por meio de atividades diversificadas, tais como oficina de artes, música, esporte, marcenaria, costura. E são desenvolvidas preferencialmente em espaços públicos.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal da Saúde

Público atendido:

Pessoas com transtorno mental, pessoas com deficiência e população em geral.

Atendimento:

das 8h às 17h

Site: www.prefeitura.sp.gov.br

COORDENADORIAS DE SAÚDE – CECCO

LESTE

Subprefeitura de Ermelino Matarazzo

- CECCO Ermelino Matarazzo
Alameda Rodrigo de Brum, 36
Ermelino Matarazzo
Cep: 03807-230 – Telefone: 6546-5806

Subprefeitura de Itaim Paulista

- CECCO Parque Ecológico Chico Mendes
Rua Cembira, 1.201 – Vila Curuçá
Cep: 08032-010 – Telefone: 6135-3130
- CECCO Parque Santa Amélia
Rua Timóteo Correia de Goes, 100
Itaim Paulista – Cep: 08122-490
Telefone: 6369-2446

Subprefeitura de Itaquera

- CECCO Parque Raul Seixas
Rua Murmúrios da Tarde, 211 – Itaquera
Cep: 08253-580 – Telefone: 6521-3699

SUL

Subprefeitura de Campo Limpo

- CECCO Campo Limpo
Av. Carlos Lacerda, 678 – Campo Limpo
Cep: 05789-000 – Telefone: 5843-4843

- CECCO Santo Dias

Trav. Jasmin da Beirada, 71
Capão Redondo – Cep: 05868-580
Telefone: 5821-2220

Subprefeitura de Capela do Socorro

- CECCO Interlagos
Rua Catanumí, 60 – Interlagos
Cep: 04788-010 – Telefone: 5666-7166

Subprefeitura de M'Boi Mirim

- CECCO Parque Guarapiranga
Estrada de Guarapiranga, 575
Parque Alves de Lima – Cep: 04901-000
Telefone: 5515-1696

Subprefeitura de Santo Amaro

- CECCO Santo Amaro
Rua Padre Jose Maria, 555 – Santo Amaro
Cep: 04753-060 – Telefone: 5521-5538

NORTE

Subprefeitura de Freguesia do Ó/Brasilândia

- CECCO Freguesia do Ó
Rua Antonio Genelle, 30
Jardim Monte Alegre – Cep: 02811-020
Telefone: 3975-2893

Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé

- CECCO Jaçanã/Tremembé
Av. Paulo Lincoln do Valle Pontin, 241
Jaçanã – Cep: 02273-010
Telefones: 6242-8791 / 6243-5356

Subprefeitura de Perus

- CECCO Perus
Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 5.214
Telefone: 3974-9122

Subprefeitura de Pirituba

- CECCO São Domingos
Rua Pedro Sernagioti, 125
Parque São Domingos – Cep: 05124-050
Telefones: 3835-3353 / 3835-2063

SUDESTE

Subprefeitura de Jabaquara

- CECCO Vila Guarani
Rua Lussanvira, 178
Vila Guarani – Cep: 04316-000
Telefone: 5011-3106 – Fax: 5011-3106

**DEMAIS UNIDADES DE
SAÚDE MENTAL QUE COMPÕEM
A REDE DE ASSISTÊNCIA**

HD Infantil Pinel

Rua Padre Rodrigues, s/nº – Pirituba
Cep: 02938-010
Telefones: 3974-8917 – ramal 293

CRIA – Unifesp

Rua Cel. Lisboa, 60 – V. Mariana
Cep: 04020-040 – Telefone: 5082-3961

Subprefeitura da Mooca

- CECCO Mooca
Rua Taquari, 549 – Mooca
Cep: 03166-000 – Telefone: 6692-6323

Subprefeitura da Penha

- CECCO Padre Manoel da Nóbrega
Rua Irmão Nicolau da Fonseca, 33
Arthur Alvim – Cep: 03590-170
Telefone: 6748-9166

Subprefeitura de Vila Mariana

- CECCO Parque Ibirapuera
Av. Pedro Álvares Cabral – Portão 2, s/nº
Ibirapuera – Cep: 04094-050
Telefone: 5549-7840 – Fax: 5549-7840

Subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba

- CECCO Vila Prudente
Av. Francisco Falconi, 100 – Jardim Avelino
Cep: 03227-000 – Telefone: 6211-8131

CENTRO-OESTE

Subprefeitura de Butantã

- CECCO Parque Previdência
Rua Pedro Peccinini, 88
Jardim Ademar – Cep: 05532-030
Telefones: 3721-5521 / 3722-6235
Fax: 3721-5521

Subprefeitura da Lapa

- CECCO Eduardo Leite Bacuri
Av. Sumaré, 67 – Perdizes
Cep: 05016-090 – Telefone: 3862-9933

CENTRO DE APOIO AO TRABALHO

O acesso do cidadão ao mercado de trabalho é uma preocupação da Prefeitura de São Paulo, que criou o Centro de Apoio ao Trabalho (CAT) para fazer, gratuitamente, a intermediação de mão-de-obra e de habilitação de seguro-desemprego.

O telefone 156 fornece informações sobre os CATs (endereços, dias e horário de atendimento). Porém, informações sobre vagas são fornecidas apenas pessoalmente nos seis centros espalhados na capital paulista.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal do Trabalho

Site: www.prefeitura.sp.gov.br/trabalho

Público atendido: Desempregados e empresas que queiram oferecer vagas de emprego

Documentos necessários: Carteira de identidade (RG), carteira de trabalho, CPF. É imprescindível a apresentação de um laudo médico contendo o Código Internacional de Doenças (CID) fornecido pela rede pública ou particular de saúde.

Atendimento: das 7h às 16h, de segunda a sexta-feira

Endereços:

- Avenida Interlagos, 6.122 – Interlagos
- Rua Barão do Rio Branco, 864 – Santo Amaro

- Rua Gregório Ramalho, 12 – Itaquera
- Rua Catão, 312 – Lapa
- Rua Voluntários da Pátria, 1.553 – Santana
- Rua Galvão Bueno, 782 – Liberdade

INCLUSÃO EFICIENTE

Para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Secretaria Municipal do Trabalho (SMTTrab) e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED) firmaram uma parceria e criaram um cadastro on-line de pessoas com deficiência que queiram trabalhar. O projeto chama-se Inclusão Eficiente.

Órgão responsável: Secretaria Municipal do Trabalho (SMTTrab) e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED)

Site: www.prefeitura.sp.gov.br/eficiente

Público atendido: Pessoas com deficiência maiores de 16 anos de idade.

Documentos necessários: Carteira de identidade (RG), carteira de trabalho, CPF. É imprescindível a apresentação de um laudo médico contendo o Código Internacional de Doenças (CID) fornecido pela rede pública ou particular de saúde.

SÃO PAULO CONFIA

Pessoas idosas também contam com um programa da Prefeitura paulistana. São Paulo Confia é um programa da Secretaria Municipal do Trabalho criado em julho de 2001 com o objetivo de oferecer crédito a pessoas de baixa renda.

Os beneficiários são cidadãos que não conseguem acesso a financiamento no sistema bancário tradicional por terem restrições cadastrais (nome inscrito no SPC ou Serasa), falta de comprovante de renda e garantias de pagamento.

O acesso ao crédito é feito pela concessão do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) em sete unidades operacionais instaladas na capital.

O empréstimo só é concedido para grupos formados por quatro a sete empreendedores (são os chamados grupos solidários ou relação de dependência). Nesses grupos são reunidas pessoas sem qualquer tipo de parentesco e de diversos ramos de atividades, que se comprometem a garantir solidariamente, cada uma, o pagamento do crédito concedido a todos os integrantes. Na prática, o objetivo deste tipo de

comprometimento é fazer com que cada empreendedor tenha responsabilidade, fiscalize e acompanhe o pagamento das prestações dos demais participantes do grupo (como se fosse uma espécie de fiador) sob pena de ter de arcar com o reembolso do valor total da prestação.

Órgão responsável: Secretaria Municipal do Trabalho

Sites: www.saopauloconfia.org.br e www.prefeitura.sp.gov.br/trabalho

Público atendido: Empreendedores de baixa renda informais ou RC, CPF e comprovante de residência

Documentos necessários: RG, CPF

Atendimento: das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira

Condições para solicitar o crédito:

- Ser brasileiro ou estrangeiro, com residência permanente e comprovada
- Ser maior de 18 anos ou emancipado
- Desenvolver atividade que não se caracterize como delituosa (crime)
- Desenvolver atividade que não prejudique o meio-ambiente
- Desenvolver atividade em condições de higiene
- Apresentar viabilidade econômico-financeira
- Ter capacidade de gerar ou manter trabalho e renda

Endereços:

- Estrada das Lágrimas, 1.777 Heliópolis – Telefone: 6215-7222
- Estrada do M'Boi Mirim, 4.050 Jardim Ângela – Telefone: 5834-0574
- Traversa Somos Todos Iguais, 855 São Mateus – Telefone: 6734-6844
- Av. Marechal Tito, 565 – Pavilhão B – Box 2 Telefone: 6131-3489
- Rua Rio Quebra Anzóis, 217 Itaim Paulista – Telefone: 6586-1179
- Av. Deputado Cantídio Sampaio, 3.666 Brasilândia – Telefone: 3923-6206
- Praça Presidente Getúlio Vargas, s/nº – Guianazes – Telefone: 6961-2709

TRANSPORTE

ATENDE

Serviço do tipo porta a porta, gratuito, destinado a pessoas com deficiência física e alto grau de comprometimento da mobilidade, impossibilitadas de utilizar outros meios de transporte público.

Para inscrever-se no serviço, o interessado (ou seu representante) deve comparecer a um dos 25 postos de atendimento da SPTrans. O processo de inscrição prevê o preenchimento da Ficha de Avaliação Médica, Inscrição e Programação de Viagem.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Transportes – SMT
Site: www.sptrans.com.br

Público atendido: Pessoas com deficiência física e alto grau de comprometimento da mobilidade, impossibilitadas de utilizar outros meios de transporte público.

Órgão prestador:

São Paulo Transporte S/A – SPTrans

Documentos necessários:

- **Usuário** – CPF e RG ou Certidão de Nascimento para o menor de idade (originais); e comprovante de endereço (conta de água, luz ou telefone).
- **Responsável/representante** – RG (original) e comprovante de endereço (conta de água, luz ou telefone).

Atendimento: das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto nos postos instalados nos Shopping Centers Light e Metrô Tatuapé, que atendem das 9h às 17h.

ENDEREÇOS

Subprefeitura Aricanduva

Rua Eponina, 82 – Vila Carrão
Telefone: 2294-0988

Subprefeitura Butantã

Rua Ulpiano da Costa Manso, 201
Telefone: 3739-4978

Subprefeitura Campo Limpo

Rua N. S. do Bom Conselho, 51
Telefone: 5513-6201

Subprefeitura Capela do Socorro

Rua Cassiano dos Santos, 499
Telefone: 5666-9688

Subprefeitura Cidade Ademar

Rua Yervant Kissajian, 416
Telefone: 5565-0494

Subprefeitura Freguesia do Ó

Rua João Marcelino Branco, 95
Telefone: 3984-2576

Subprefeitura Ipiranga

Rua Lino Coutinho, 444
Telefone: 6215-7229

Subprefeitura Itaquera

Rua Gregório Ramalho, 103
Telefone: 6944-7983

Subprefeitura Jaconã
Av. Luiz Stamatís, 300
Telefone: 6246-6089

Subprefeitura Lapa
Rua Guatcurus, 1.000
Telefone: 3801-4126

Subprefeitura Parelheiros
Av. Sadamu Inoue, 5.552
Telefone: 5926-6510

Subprefeitura Penha
Rua Candapuí, 492
Telefone: 6958-3125

Subprefeitura Perus
Rua Ylídio Figueiredo, 349
Telefone: 3918-4467

Subprefeitura Santana
Av. Tucuruvi, 808
Telefone: 6982-0150

Subprefeitura São Mateus
Av. Ragueb Chohfi, 1.400
Telefone: 6962-2118

Subprefeitura São Miguel
Rua Ana Flora P. de Souza, 76
Telefone: 6297-0634

Subprefeitura Sé
Av. do Estado, 900
Telefone: 3326-4531

Subprefeitura Vila Maria
Rua General Mendes, 111
Telefone: 6967-8096

Subprefeitura Vila Mariana
Rua José de Magalhães, 450
Telefone: 5549-3678

Subprefeitura Vila Prudente
Av. do Oratório, 172
Telefone: 6106-4118

Shopping Light
Rua Xavier de Toledo, 23
1º piso – lojas 16/17
Telefone: 3237-4473

Shopping Metrô Tatuapé
Rua Domingos Agostin, 91 – piso G2
Telefone: 6191-8654

SPTTrans – Complexo Santa Rita
Rua Santa Rita, 500 – Pari (prédio O)
Telefone: 6096-3299 – ramal 636

Terminal Piratuba
Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 4.991
Telefone: 3974-4919

Terminal Santo Amaro
Rua Padre José Maria, 400
(acesso ao Metrô)

BILHETE ÚNICO – CARTEIRA DE PASSAGEIRO DE ESPECIAL

As pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual têm direito à Carteira de Passageiro Especial (Bilhete Único), que lhes garante a isenção do pagamento da tarifa nos ônibus urbanos da cidade. As gestantes e os obesos também contam com este benefício, conforme a legislação vigente. Para estes usuários, a utilização da Carteira permite o desembarque pela porta dianteira do ônibus após o pagamento da tarifa.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal de Transportes

**Documentos necessários
(originais e cópias):**

- Carteira de Identidade – RG;
- Certidão de nascimento, quando menor de idade sem RG;
- comprovante de endereço recente, com no máximo seis meses;
- conta de água, luz, telefone ou outro documento de comprovação;
- laudo médico (novo modelo com selo da SPTTrans) fornecido por uma das Unidades de Saúde – Município de São Paulo (US) ou Unidades de Saúde – Região Metropolitana (US).

Atendimento:
das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira.

ENDEREÇOS

Aricanduva

Rua Eponina, 82 – Vila Carrão
Telefone: 2294-0988

Butantã

Rua Ulpiano da Costa Manso, 201
Telefone: 3739-4978

Capela do Socorro

Rua Cassiano dos Santos, 499
Telefone: 5666-9688

Campo Limpo

Rua N.S. do Bom Conselho, 51
Telefone: 5513-6201

Freguesia do Ó

Rua João Marcelino Branco, 95
Telefone: 3984-2576

Itaquera

Rua Gregório Ramalho, 103
Telefone: 6944-7983

Lapa

Rua Guaicurus, 1.000
Telefone: 3801-4126

Penha

Rua Candapuí, 492 – Telefone: 6958-3125

Perus

Rua Ylídio Figueiredo, 349
Telefone: 3918-4467

Santana

Av. Tucuruvi, 808 – Telefone: 6982-0150

São Mateus

Av. Ragueb Chohfi, 1.400
Telefone: 6962-2118

São Miguel

Rua Ana Flora Pinheiro de Souza, 76
Telefone: 6297-0634

Sé II (Shopping Light)

Rua Xavier de Toledo, 23
1º piso – lojas 16/17
Telefone: 3237-4473

Terminal Santo Amaro

Av. Padre José Maria, 400
Telefone: 5685-7071

Vila Mariana

Rua José de Magalhães, 450
Telefone: 5549-3678

CARTÃO DEFIS-DSV

A Prefeitura concede uma autorização especial, gratuita, para o estacionamento de veículos em via pública, em vagas especiais – demarcadas com o Símbolo Internacional de Acesso –, para pessoas com deficiência de mobilidade obrigadas ou não a usar cadeira de rodas, aparelhagem ortopédica ou prótese, temporária ou permanente. O Cartão Defis-DSV é regulamentado pela portaria DSV/G. n.º 014/02, de abril de 2002. Para obter o requerimento do Cartão Defis-DSV, o interessado deve se dirigir ao setor de Autorizações Especiais do DSV (DSV-AE) ou solicitá-lo via internet. O requerimento pode ser protocolado pessoalmente no DSV-AE, ou pelo correio, por meio de correspondência enviada a esse mesmo endereço. A retirada do cartão é feita no DSV-AE.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Transportes

Site:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/smt>

Órgão prestador: Departamento de Operação do Sistema Viário

Documentos necessários:

- Formulário de requerimento do Cartão Defis-DSV;
- Formulário de atestado médico que comprove a deficiência física ambulatória ou a mobilidade reduzida, contendo a respectiva indicação de acordo com o Código Internacional de Doenças (CID), o carimbo, o CRM e a assinatura do médico, com data de emissão não superior a três meses;
- Cópia simples da Carteira de Identidade (ou de documento equivalente) da pessoa com deficiência física ambulatória ou com mobilidade reduzida e do seu representante, quando for o caso. Este último deve apresentar cópia simples de documento comprovando ser representante da pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Atendimento:

das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Rua Sumidouro, 740 – Pinheiros

Cep: 05428-010

Telefones: 3812-3281 / 3816-3022

AGITA SAMPA DEFICIENTE

O Agita Sampa Deficiente, da Secretaria Municipal de Participação e Parceria e da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), visa estimular a atividade física entre as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mostrando a importância de movimentar-se por, no mínimo, 30 minutos ao dia. Busca ainda promover o conhecimento sobre os benefícios adquiridos por meio da prática regular de atividade física e sua eficácia para a promoção da saúde.

Órgão responsável:

Secretaria Municipal de Participação e Parceria e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Site: www.celafiscs.org.br

Público atendido:

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Órgão prestador:

Celafiscs – Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul.

Documento necessário:

(verificar com órgão prestador do serviço)

Rua Heloísa Pamplona, 279
sala 31 – Bairro Fundação
São Caetano do Sul – Cep: 09520-320
Telefones: 4229-8980 / 4229-9643

Atendimento:

das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira
E-mail: celafiscs@celafiscs.com.br

PROGRAMA OFÍCIO SOCIAL

O programa Ofício Social, da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, realiza oficinas nos Centros de Convivência e Cooperativas (CECCOs), Organizações não Governamentais (ONGs) e Subprefeituras distribuídas em todas as regiões de São Paulo. O objetivo é incrementar o acesso da população a políticas efetivas de inclusão sócio-humana e cultural, mediante o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e organizações não governamentais, observando seu prévio credenciamento.

Órgão responsável:
Secretaria Municipal de Participação e Parceria

Site:
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria

Público atendido:
Todos os cidadãos interessados.

Órgão prestador:
CECCOs, ONGs e Subprefeituras.

Documentos necessários:
Documentos pessoais

Atendimento:
das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

E-mail:
participacao-social@prefeitura.sp.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD) é o órgão de representação dos municípios perante a Prefeitura de São Paulo, com o propósito de elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas voltadas aos segmentos da deficiência, nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, transporte, cultura, lazer, acessibilidade ao espaço público e esportes.

O CMPD promove atividades para a inclusão das pessoas com deficiência, além de fazer e receber denúncias de discriminações.

Órgão responsável: SMPED.

Público atendido:

Pessoas com deficiência

residentes na cidade de São Paulo.

Órgão prestador: Conselho Municipal

da Pessoa com Deficiência.

Rua Líbero Badaró, 119 – 3º andar

Centro – São Paulo

Telefones/Fax:

3113-9672 / 3113-9673 / 3113-9676

Fax: 3113-9675

TDD: 3113-9674 (Telefone para surdos)

Site:

[http://portal.prefeitura.sp.gov.br/](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/cmpd)

[secretarias/deficiencia_](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/cmpd)

[mobilidade_reduzida/cmpd](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/cmpd)

Atendimento: das 8h às 17h.

E-mail: cmpd@prefeitura.sp.gov.br